



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ OSVALDO HENRIQUE CORRÊA

**HISTORICIDADE E NARRATIVAS SOBRE DIOGO DA
ROCHA FIGUEIRA, O DIOGUINHO**

Londrina
2013

JOSÉ OSVALDO HENRIQUE CORRÊA

**HISTORICIDADE E NARRATIVAS SOBRE DIOGO DA
ROCHA FIGUEIRA, O DIOGUINHO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, para submissão ao exame de qualificação, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social. Linha de Pesquisa: Cultura, Representações e Religiosidades.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano

Londrina
2013

JOSÉ OSVALDO HENRIQUE CORRÊA

**HISTORICIDADE E NARRATIVAS SOBRE DIOGO DA ROCHA
FIGUEIRA, O DIOGUINHO**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina – UEL, para submissão ao exame de qualificação, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História Social. Linha de Pesquisa: Cultura, Representações e Religiosidades.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Ivano

BANCA EXAMINADORA

Prof^o Dr. Rogério Ivano
Universidade Estadual de Londrina

Prof^o Dr. Gabriel Giannattasio
Universidade Estadual de Londrina

Prof^o Dr. Paulo Alves
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 19 de abril de 2013.

“Onde há uma interpretação, não há interpretação”

Franklin Ankersmit

*“Se
Porém
Se
Por quê?
Se
De quem?
Se
O quê?
Se isso for possível
Pois, me contem
Como escrever de novo
um jornal de ontem...”*

Tom Zé

*“É um nome bastante idiota! – interrompeu
Humpty Dumpty com impaciência – Que
significa?”*

Lewis Carroll

A Diogo da Rocha Figueira. Vou lhe oferecer uma missa.

CORREA, José Osvaldo Henrique. *Historicidade e narrativas sobre Diogo da Rocha Figueira, o Dioguinho*. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Os debates entre História e Literatura, correntes na historiografia e em outras áreas das Ciências Humanas, têm colocado em questão as implicações e os limites da representação da experiência histórica e do imaginário social, que se traduzem nos debates a respeito do que é real e do que é ficcional, estético e científico. Os conflitos e arranjos decorrentes dessas representações evidenciam as condições epistemológicas do saber histórico e as problematizações acerca das convergências e divergências entre a arte e a razão científica. Nossa pesquisa propõe-se ao estudo das elaborações e apropriações de categorias históricas que operam na formalização de uma produção literária a respeito de Diogo da Rocha Figueira, o “bandido Dioguinho” — tida aqui como uma obra que estetiza perspectivas teóricas, ao mesmo tempo em que historiciza perspectivas artísticas —, baseando-se nas contribuições contemporâneas da História Cultural, da Teoria Literária e produções alinhadas ao chamado pensamento pós-moderno.

Palavras-chave: Diogo da Rocha Figueira. História social. Literatura e história.

CORREA, Osvaldo José Henrique. Historicity and narratives about Diogo Figueira da Rocha, the Dioguinho. In 2013. 137 f. Thesis (MA in History) - University of Londrina, Londrina, 2013

ABSTRACT

The discussions between History and Literature, current in historiography and other areas of Humanities/Human Sciences, has called into question the implications and limits of historical experience representation and the social imaginary, which is translated in some discussions about what is real and what is fictional, aesthetic and scientific. Conflicts and arrangements arising from these representations highlight the epistemological conditions of historical knowledge and some problematization about convergences and divergences between art and scientific reason. Our research proposes the study of the elaboration and appropriation of historical categories that operate in the formalization of a literary production about Diogo Figueira da Rocha, the "bandit Dioguinho" — taken here as a work that aestheticizes theoretical perspectives, while it historicizes some artistic perspectives — based on the contemporary contributions of Cultural History, of Literary Theory and some productions lined up to the postmodern thought.

Keywords: Diogo da Rocha Figueira. Social history. Literature and history.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ENTRELACES HISTORIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS.....	15
3 DIOGUINHO, OLHARES E MÁSCARAS.....	39
CONCLUSÃO	118
REFERENCIAS	119
ANEXOS	124
ANEXO A	125
ANEXO B	126
ANEXO C	127
ANEXO D	134

1 INTRODUÇÃO

Desde que nasci morei sempre no mesmo condado chamado Edadinredom. Lá, o conde havia estabelecido uma lei:

“Todas as pessoas, todos os seres, objetos e sentimentos devem ter um nome, e todos os homens os reconhecerão apenas por esses nomes a eles atribuídos, pela convenção chancelada pelo conde”.

Com essa deliberação, o conde queria fazer do quinhão o território mais lógico do mundo. Sendo assim, imaginava que tudo o que se fizesse estaria livre da contradição e dos infames paradoxos que existiam até nas coisas mais singulares que a linguagem queria abarcar. Queria-se ajustar, nivelar e igualar duas dimensões muito distintas uma da outra, a dimensão do vivido e a dimensão do conhecido. A intenção era livrar o conhecimento do mundo das contradições, tais como não existiam na vida vivida, dia após dia. Desse modo, não existiria mais macieiras pequenas, baixas, copudas, nespereiras retorcidas, de tronco robusto, grevileas secas ou com muitas folhas, ou ainda oliveiras amargas, ou com frutos de gosto tão suaves. Os jardins, florestas e pomares tornar-se-iam grandes exércitos de igual nomenclatura. Igualava-se por meio das palavras coisas que eram naturalmente desiguais.

Toda a população de Edadinredom havia aclamado aquela medida. E assim, a medida se tornou convenção. A convenção tomou força de lei. E como se sabe, as leis são passíveis de punições, se desobedecidas.

Porém, naquele condado, todos viviam satisfeitos com o modo como as coisas haviam sido estabelecidas pois, desse modo, acreditavam livrar-se do caos que

as confusões nominais poderiam causar. Assim, preto era preto, branco era branco, razão era razão, alma era alma, emoção era emoção, liberdade era liberdade, tigre não era cavalo. Ou se era bom, ou se era mal, essas duas faces não poderiam coexistir dentro de uma única alma. Feliz ou triste. Assim, reiterou-se no condado o ato de dar forma ao mundo, como outrora fez Adão. E isso só não bastava, não havia satisfação somente em conceituar e nomear. Havia a necessidade de encontrar naquele lugar todas as coisas concretas que haviam sido batizadas.

O condado era cortado por um lago, não era lagoa, nem rio, nem se cogitava a hipótese. Era cercado por altos muros, assim como se pretendia encarcerar os objetos por meio da linguagem. Esse muro era o que nos impossibilitava avistar para além dos limites do lugar. Ninguém entrava ou saía do condado. Isso era necessário para que as leis não fossem contestadas por nenhum forasteiro. Era permitido o acesso aos postos de guarda somente aos vigias, que deveriam ser, necessariamente, cegos. A visão, como boa parte dos sentidos, não era imprescindível para avistar aonde dava aquela estrada que saía de Edadinredom e que, no horizonte, para além das fronteiras do condado, desmembrava-se em muitos ramais as terras de Sopedadinredom, um lugar de muitos caminhos, onde reinava o múltiplo e onde a ideia de verdade devia ser artigo raro.

Todos os que nasciam em Edadinredom, passavam por uma pedagogia da não-contradição. Os valores determinados pela convenção e cancelados pelo conde lhes eram impostos, já a partir do nascimento, pelos educadores anciãos. E não havia contenda, já que não existira para eles, um mundo de valores diferentes daqueles que lhes eram introjetados. Sendo assim, não havia quem descumprisse as determinações do conde quanto à convenção nominal

estabelecida, e isso lhes tirava o fardo de viver sob o perigoso acometimento das dúvidas.

Em Edadínredom não se podia sair à noite, pois dizia-se que os instintos poderiam vir à tona mais facilmente e sobrepor-se à austeridade e o siso que deveriam imperar no modo de viver dos habitantes do condado.

*

Um homem cavalga tranquilamente em seu cavalo negro, a poeira da estrada agarrava-se ao suor do rocinante. Dia quente. Desce da sela *western* e apeia o cavalo. Fazem barulho suas esporas. A arma de grande calibre fica sobre o animal. Em seu coldre duas armas de menor calibre. Artigo comum. Postura elegante, entra no bar, dirige-se à uma das extremidades do balcão, de modo que não tenha ninguém à sua retaguarda. Põe seu chapéu sobre a madeira, e com o lenço vermelho que tira do pescoço enxuga a testa e molda o bigode. *Cachaça, por favor.* A primeira dose traga rápido, mas a segunda, degusta devagar, de modo a poder escutar o que se diz no estabelecimento. Um grupo sentado à mesa discute a melhor pontaria. O de barba rala argumentou que seu avô havia entortado uma moeda jogada para o alto, com uma única bala em seu *colt*. O mais velho, com bolsas debaixo dos olhos, explicou metódicamente o processo por meio do qual tombou seis garrafas de modo que as balas que saíram de sua arma entravam pelo gargalo da garrafa, atravessavam seu interior e estouravam o fundo, espalhando os estilhaços de vidro. Era um feito de quando ainda era jovem. O terceiro sentado a mesa, satisfeito desistiu de inventar a sua história. Dioguinho, entorna seu último gole de cachaça. *Quero ver se alguém neste lugar consegue essa façanha!* Passos firmes e largos até seu cavalo. Com um só golpe alcançou a arma da sela. Silêncio e olhares. O primeiro barulho fez ao engatilhar, o segundo ao puxar o gatilho. Um estampido e uma queda. Um infeliz a cerca de cento e cinquenta metros recebe na cabeça um tiro de carabina. Assim. O motivo? *Não há mira melhor que a de Dioguinho.*

Não seria difícil para nossos avós, pais, ou mesmo você e eu imaginarmos grandes espetáculos de horror, onde o protagonista transite em uma tênue fronteira entre aquilo o que identificamos como herói e aquele comportamento que tachamos de vilania. Nós, antes mesmo de sabermos o final da trama, procurarmos — como quando assistimos a um filme ou uma novela em que o vilão é apresentado a partir de suas práticas, e os motivos que o levaram a cometê-las são revelados somente no desfecho da história —, procuramos descortinar seus motivos e marcá-lo com uma espécie de máscara tipológica.

Realizamos este exercício sem dificuldade, pois somos, há muito, acostumados com outro tipo de violência e com a crueldade forjada pela racionalidade. Diria ainda que suas primeiras manifestações se fazem por meio da linguagem e por meio do conhecimento que nos foram impostos desde o momento em que fomos paridos. Valores que nos forçam a pensar a realidade e vivê-la em eterno sofrimento quando percebemos que ela não se manifesta em sua crueza como um duplo idealizado.

O conceito de violência enquanto prática de coação, constrangimento e submissão de algo ou alguém contra sua vontade, cometida por um grande número de indivíduos tratados como “bandidos” — os quais muitos são por nós cultuados, tais como Lampião, Jesse James, Bonnie, Clyde, Robin Hood, Unabomber, Al Capone —, é um conceito marcadamente histórico e que, com certeza, acarretou em menores danos à humanidade quando se comparada à violência decorrente do pensamento lógico-racional-socrático-platônico. O imperativo decorrente desse tipo de pensamento de ordem ascética — ou seja, um pensamento que propõe práticas que visam o aperfeiçoamento espiritual por meio da disciplina da vida — representou o abandono de uma perspectiva trágica de mundo, onde não havia separações evidentemente marcadas de uma dicotômica dos valores.

Com o advento da modernidade, abandonamos a estreita relação que tínhamos com o mundo natural, em benefício de um pensamento racional-científico. Nesse sentido se adotou e se elegeu o conhecimento como ferramenta que nos levaria à uma existência que julgamos melhor, livre das dores que o mundo natural nos oferece. Este movimento, contudo, se realizou com golpes ingênuos — quer dizer, ingênuos não, ingênuo seria afirmar isto. O que nos ocorre é que o fato de que, por aprisionar e petrificar a vida, o próprio conhecimento é um crime contra a natureza.

E, de todas a vida e ações que outrora Dioguinho ostentou com moderna elegância, de arma em punho ou por coação, de toda respiração, de todos os golpes, de todo o sangue, de todos os impulsos, dores, prazeres e crimes, o que nos restou foram apenas palavras. Palavras que não dão conta de explicar a realidade e a totalidade da vida do homem em cena.

Desse modo, vamos caminhar no terreno das interpretações, o que nos permitirá atribuir sentidos a partir das leituras que queremos promover. Vamos interpretar fontes produzidas durante o século XX, que se debruçam sobre passagens da vida do personagem. Interpelar esses discursos procurando interpretar o seu modo de ser, a metodologia utilizada pelos autores para caracterizá-lo, bem como as características mais próprias dos diversos tipos de narrativa acerca de Diogo da Rocha Figueira: literária,

jornalística, jurídica, cinematográfica, entre outros.

Observando todo esse trato das fontes utilizadas — que discursam também, acerca da conjuntura de sua época, período do chamado “ciclo de ouro do café”, da produção cafeeira no interior paulista, contexto social e temporal no qual Diogo da Rocha Figueira estava inserido — e as implicações e usos delas para a discussão de algumas categorias como verdade, imaginário social, representação e poder, pretendemos observar que papéis Dioguinho ocupa nos textos, observando as funções variáveis e complexas dos discursos e como o personagem pode ser visto enquanto “objeto” de análise em um trabalho de História.

Ao que tudo indica, Dioguinho nasceu no ano de 1863 como consta em sua certidão de batismo¹, um documento datado de 20 de julho do mesmo ano (apêndice número 3 do livro), pertencente ao arquivo da Cúria Diocesana da cidade de Botucatu, no interior da então província² de São Paulo, onde nasceu aquele que aterrorizou várias cidades paulistas, fazendo uma carreira de crimes notórios na região.

Em meio a coronéis, jagunços e matadores de aluguel, Dioguinho diferenciava-se por seu jeito asseado. Vestia-se na medida do possível com muita elegância, usando vez ou outra, terno de linho branco ou “sempre bem trajado, tendo preferência por ternos de casimira preta. Só usava gravata borboleta, escura”³, camisas com as mangas em babados, bengala nova, barba feita. “Quando viaja, usa botas de couro marron, sempre brilhantes, e esporas de prata, muito trabalhadas”⁴, pala, lenços vermelhos no pescoço e guaiaca.

Dioguinho era

[...] um homem de metro e setenta e cinco de altura [...] magro, espaúdo, cabelos pretos repartidos do lado, bigodes escuros, sempre bem tratados, nariz fino, comprido e um tanto torto para um lado, olhos castanhos [...]. Seu traço mais característico [...] é uma cicatriz no queixo, que dá a impressão de ter o mento separado em duas metades. Uns dizem ser proveniente de um tiro disparado acidentalmente por um amigo que examinava certa arma; outros, no entanto, a atribuem a um antigo acidente, quando Dioguinho costumava mergulhar na lagôa dos Guedes, em Tatuí. Era ainda menino e um belo dia, ao atirar-se nágua, bateu com o queixo numa tora de pau que estava no fundo.⁵

Destacado, Dioguinho estabeleceu contato com os homens poderosos da

¹ Anexo número 1.

² O termo estado só passou a ser usado a partir da Proclamação da República, em 1889.

³ NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. São Paulo: Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo, 1949. p. 99.

⁴ Op. cit.

⁵ Op. cit.

região do Vale do Paraíba. Fator relevante, pois, entre eles encontrou abrigo e proteção. Sua relação com pessoas de prestígio, autoridades policiais e judiciárias fazia com que estes confiassem e abafassem seus crimes. Logo ele se tornou, de acordo com diversas narrativas, uma figura que causava pavor, quer em quem o acobertava, quer em quem o rivalizava.

Esse contexto foi marcado pelo coronelismo⁶, que viria a vigorar durante praticamente todo o período conhecido por República Velha. As condições caracterizavam-se pela excessiva concentração de autoridade nas mãos de indivíduos, geralmente os fazendeiros mais prósperos, grandes latifundiários que agiam por meio de jagunços, que eram a extensão de seus braços, sua milícia particular:

Nesse ambiente em que predominava a politicagem, a polícia e até mesmo a magistratura viviam sob o peso de injunções nefastas, da parte de chefetes e facções. Não existia a polícia de carreira. Exerciam a função de autoridade policial indivíduos que nem sempre sabiam assinar o próprio nome, arrebanhados entre os apaniguados dos “coronéis” governistas. Por isso, sofriam a influência perniciosa de seus protetores que, em última instância, eram os verdadeiros mentores da polícia local.⁷

Pela acusação de seu primeiro crime Dioguinho foi processado, porém, a sentença “reconheceu a seu favor a justificativa de legítima defesa”⁸. Além disso, “[...] quase todos os seus crimes, por esta ou por aquela razão, nunca puderam ser convenientemente apurados. Sem contar, naturalmente, os que nunca chegaram ao conhecimento das autoridades.”⁹

Somente com a mudança de regime é que se iniciou um combate das forças do Estado para sua captura. O interesse republicano era substituir a violência privada dos coronéis pela força pública policiadora do Estado. O Código Penal elaborado no regime republicano possuía uma especificidade muito mais voltada ao sistema de repressão, que não surgiu por acaso, eram dirigidas e deveriam se fazer valer para que fosse notório que as normas republicanas eram eficazes. Assim, “os dispositivos de controle social, implementados pelo governo republicano, através das fontes legais, estabeleceram as práticas de manutenção da ordem [...]”¹⁰

⁶ Trataremos mais deste assunto no capítulo 2.

⁷ Ibidem, p. 13.

⁸ Ibidem, p. 17.

⁹ Ibidem, p. 100.

¹⁰ ALVES, Paulo. *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na Ordem Republicana (1890-1921)*. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP, 1997. p. 28.

“[...] Entendiam os republicanos ser necessário o policiamento da sociedade, para a sua adequação ao progresso e à modernidade.”¹¹ A República ia, portanto, modelando seus discursos de verdade aos comportamentos sociais, através da lei, que classificava determinados comportamentos como certos ou errados, bons ou maus, por meio do “Código Penal de 1890 e [da] Constituição de 1891 – primeiras medidas republicanas que vieram definir o modo de governar e gerenciar o poder do novo Estado.”¹²

Organizar o poder significava instituir estratégias que pudessem efetivar os meios de controle e de ordem sobre toda a sociedade. [...]

A Constituição e o Código Penal marcaram nitidamente o modo de pensar e de fazer a política republicana. Os comportamentos dos grupos sociais que se opunham à ordem da República eram enquadrados nos dispositivos disciplinares da lei penal e da Constituição. [...]

O Código Penal teve importância vital na organização, tanto com relação ao Estado quanto à sociedade. A preocupação dos dirigentes republicanos era, em primeiro lugar, com a ordem, por isso a necessidade de se apressar em instituir o Código Penal, sem mesmo ter a Constituição republicana [...].¹³

O Estado republicano construiu todo um sistema repressivo, baseando-se em um modelo Constitucional e Penal, entre os anos de 1890 e 1891, visando disciplinar, controlar os conflitos sociais e enquadrar comportamentos, conforme a ordem legal que deveria ser preservada e mantida na sociedade.

¹¹ Idem, p. 28.

¹² Ibidem, p. 12.

¹³ Ibidem, p. 13; 15.

2 ENTRELACES HISTORIOGRÁFICOS E LITERÁRIOS

Em pleno século XXI, algumas histórias sobre Dioguinho ainda são ouvidas. Conta-se que em fins do século XIX um homem manchava com sangue rubro o chão das vermelhas terras do interior da Província de São Paulo. A poeira deixada pelo rastro do cavalgar de seu negro cavalo espanhol anunciava que mais um fato terrível estava para acontecer. Qual será desta vez o ritual aterrorizante por meio do qual ceifará mais uma vida?

Indagações como esta se perpetuaram durante muitos anos, mesmo após a suposta morte de Dioguinho. Para além das fontes narrativas que se ocuparam em tratar deste que foi tido como o maior matador paulista que já existiu, também no imaginário social ele se tornou um vulto a semear medo. Ele inflamou o imaginário social, e também, por isso, se tornou figura tão fascinante.

Até os dias atuais, histórias que envolvem Dioguinho são contadas nas conversas entre compadres animados ao narrar os “causos” que ouviram de seus ancestrais ou que transmitem os acontecimentos ocorridos com pessoas que lhes são conhecidas.

Este costume de narrar histórias, tão comum entre a população que habita, sobretudo, a região interiorana do atual estado de São Paulo, regiões sul de Minas Gerais e norte do Paraná, foi responsável por conduzir memórias que, ao serem recontadas, aglutinam novos elementos, contribuindo para a permanência do imaginário social a respeito de um determinado personagem, no nosso caso, Dioguinho.

Ele foi um indivíduo que seduziu e ainda seduz quem se aventura a investigar ou produzir materiais acerca de sua vida polêmica, dando margem a vários tipos de narrativas. Como prova disso, ao longo dos anos, tornou-se personagem central nos mais diferentes tipos de fontes: literária, jornalística, jurídica, cinematográfica, musical, entre outros.

Personagem que poetas puseram em verso e prosa, que músicos já puseram em melodia, ritmo e harmonia e que o cinema já pôs em imagem, movimento e trilha sonora. Trazendo-o para o campo da História, apresentaremos algumas produções narrativas como um modo de representação a seu respeito, e buscaremos identificar a partir delas, como personagem Dioguinho passou a ser imbuído de diversas facetas e a ser representado polimorficamente, com diferentes “máscaras”.

Pistola e faca eram seus instrumentos de trabalho e a fama de seus crimes fez com que surgissem numerosas pessoas dispostas a narrá-los.

Nesta etapa do meu trabalho historiográfico debruçar-me-ei sobre uma produção literária, uma espécie de romance híbrido com o qual tive contato no primeiro semestre de 2008. Seu aspecto físico é de páginas de fotocópias reencadernadas com uma capa dura em vermelho vivo, cor de sangue. Em seu frontispício há somente a inscrição *DIOGUINHO* em letras maiúsculas, todas na cor dourada, símbolo de opulência e poder. Como consta na folha de rosto, a obra intitula-se *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*, e foi escrita por João Amoroso Netto, tendo sido publicada no inverno de 1949 pela extinta Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo, situada no tradicional bairro da Mooca, cidade de São Paulo.

É comum que, ao trabalharmos com uma fonte literária, busquemos situá-la dentro de um tipo narrativo e de um gênero literário correspondente. Ao ler a obra, é possível observar elementos fundamentais por meio dos quais o texto se estrutura. Esses elementos nos permitem caracterizar a obra como um tipo de narrativa de prosa, possuidora de personagens em seu enredo, que atuam em uma determinada temporalidade e em uma esfera espacial tal. E, além disso, todos esses dados são expostos por aquele que conta, o narrador, outro componente categórico para a configuração do texto de Amoroso Netto como um gênero narrativo específico, o romance. Vamos procurar trabalhar com este gênero sem cair em uma espécie de “biografismo”, procurando perceber que não há uma “ordem natural” na narrativa dos acontecimentos que envolveram a vida de Dioguinho, e elaborando uma abordagem narrativa, com um sentido e uma perspectiva.

Não pretendemos situar categoricamente uma obra tão singular e diferenciada como uma narrativa do ponto de vista literário ou como um romance, mas identificar aqui e ali, elementos que seriam partes do mosaico que ela é, um mosaico que não pretendemos completar.

Segundo Massaud Moisés¹⁴, uma das apropriações da palavra romance denota uma composição em prosa narrativa feita em terceira pessoa, e tomando a palavra de Henry James, acrescenta que o romance, do ponto de vista da narrativa, é “[...] a mais

¹⁴ Apesar de ter sua primeira edição sido escrita na década de 1970, *Dicionários de termos literários*, escrito pelo ex-professor da Universidade de São Paulo, Massaud Moisés foi reeditado algumas vezes, tornando-se uma obra abrangente no campo lexical e que envolve termos da crítica e da historiografia literária além de termos oriundos de áreas vizinhas. A obra apresenta gêneros e espécies literárias como a prosa, poesia, conto, romance, lírica, teatro etc., formas literárias como balada e, soneto, etc., termos de retórica e poética como discurso, metonímia, sinédoque, etc., movimentos literários, artísticos e filosóficos como romantismo, modernismo, surrealismo, existencialismo etc.

independente, a mais elástica, a mais prodigiosa de todas [...]”¹⁵ as formas literárias. Como veremos adiante, Amoroso Netto se vale muito bem dessa elasticidade.

Procurando perceber como cada um dos elementos que compõem estruturalmente um romance são apresentados na obra de Amoroso Netto, vamos proceder a uma análise mais atenta do enredo, dos personagens, da temporalidade e da espacialidade circunscrita no texto, bem como daquele que narra as histórias sobre Dioguinho.

O enredo é o resultado da ação dos personagens e só toma forma a partir do discurso narrativo, que passa a organizar os acontecimentos a serem contados. É aquilo que dá sustentação ao discurso em um plano holístico.

[...] Vale dizer: o enredo pressupõe umnexo de causalidade entre os acontecimentos (o leitor não pergunta: *e depois?*, como faz quando perante a história, mas: *por quê?*), e por isso depende de uma série de recursos narrativos, como o mistério, o suspense, o *flashback*, os intervalos, etc.¹⁶

Podemos, portanto, entender o enredo da obra como a composição dos atos e acontecimentos que cercaram a vida narrada de Dioguinho e que foram organizadas por Amoroso Netto de modo a haver conexões entre esses atos e acontecimentos de maneira cronológica, possuidora de uma ordem temporal dentro do discurso que propõe começo, meio e fim. Como veremos mais adiante, o próprio autor procura definir algumas características da sua obra.

Não podemos obstante, confundir o enredo, que só é perceptível na medida em que se avança na leitura do romance, com o assunto tratado no livro. Pois, enquanto o enredo é aquilo que “[...] denota a totalidade das causas e efeitos que se organizam no curso da narrativa [...]”¹⁷, o assunto seria a síntese da história, a redução, ao essencial, dessa totalidade da trama.

Estruturalmente, o romance caracteriza-se pela pluralidade da ação, ou seja, pela coexistência de várias células dramáticas, conflitos ou dramas. Em princípio, não há limite para o número de células dramáticas que concorrem para a organização do romance. Entretanto, o [...] [autor] elege apenas algumas, as que podem harmonizar-se dentro de um conjunto. [...] O romance termina completamente na última cena. [...]”¹⁸

¹⁵ MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1997. p. 452.

¹⁶ Idem, p. 174.

¹⁷ Op. cit.

¹⁸ Ibidem, p. 452.

Desse modo, o assunto da obra *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*, é a série de crimes cometidos por Dioguinho, que formam várias células dramáticas, e o cerco policial que pretendia sua captura, a última cena do romance.

[...] Tudo se passa, no romance, como uma pedra que, jogada na água, formasse uma série de anéis concêntricos que se fossem esbatendo à proporção que se afastassem do foco gerador: o romancista escolhe para o núcleo um drama, julgado o mais importante, e inspeciona os que lhe estão aglutinados. Monta-se desse modo, uma genuína simbiose entre o conflito central e os secundários: ao mesmo tempo que aquele jorra luz sobre estes, deles recebe auxílio esclarecedor.¹⁹

Podemos dizer que, no romance de Amoroso Netto, o ponto central atingido pela “pedra”, do qual emanaram círculos concêntricos, seria o primeiro ato delitivo cometido por Dioguinho, pois, “[...] ao que dizem, teria sido esse o ponto de partida de sua vida criminoso. [...]”²⁰ O próprio Dioguinho, no entanto, em uma carta enviada a um amigo seu, no inverno de 1896, avaliou a menos de um ano antes da data que foi dado como morto, que seus atos foram motivados pela vingança, e não se tratavam de crimes, mas de uma reação natural de um homem possuidor “[...] de brio, e vergonha [...]”²¹.

No romance, podemos identificar diversos temas além do delito, como violência, fidelidade, banditismo, vingança, entre outros, levados à cena por *motivos* variados, os quais mostraremos adiante, e que entre eles estão a legítima defesa. Segundo Angélica Soares, o que oferece unidade aos elementos do enredo “[...] é o *tema*, entendido como ideia comum, que constrói um sentido pela união de elementos mínimos da obra, chamados *motivos*. [...]”²²

Ao ler a obra, deparei-me, porém, com uma grande dificuldade, a de definir em qual categoria romanesca a obra de Amoroso Netto se enquadra. Ora, apesar de ter sido produzido em uma época ainda marcada pelo alcance das produções modernistas, parece-me a obra ter recebido influências tardias do que se convencional chamar de romance regionalista. Digo isto em função da prioridade dada à temática rural, à procura da verossimilhança, a tentativa de retratar os elementos históricos e sociais, bem como de tipos sociais, entre outros elementos bem resumidos desde a apresentação da obra pelo autor:

¹⁹ Ibidem, p. 453.

²⁰ Ibidem, p. 17.

²¹ Ibidem, p. 149.

²² SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1993. p. 43.

Já o dissemos mais de uma vez e não será de mais repeti-lo: a história de Dioguinho, baseada toda ela, nos seus fatos essenciais, em documentos, processos, noticiário da imprensa da época, depoimentos de testemunhas idôneas, etc., não teve em vista outro fim senão o de descrever a vida do maior bandido paulista de todos os tempos, situando-o na época em que viveu, no ambiente em que agiu, sem sensacionalismo nem escândalo. [...] Não foi a forma nem o estilo o que nos preocupou, mas sim a intenção de escrever para o grande público uma história verídica e o mais possível completa, sobre a vida de um homem que, depois de haver aterrorizado o interior deste Estado [São Paulo], por mais de um lustro, ainda hoje é lembrado e discutido, principalmente entre a população rural.²³

Apesar de o próprio autor ter escrito não preocupar-se nem com “a forma nem o estilo”²⁴, parece-me que o historiador ou qualquer outro profissional que venha a ocupar-se dessa obra sente a necessidade de identificar o lugar do romance. Porém, neste caso, a obra escrita por Amoroso Netto, assemelhasse a um romance histórico de tipo singular, um tipo de romance híbrido, que encontra como diferencial o modo como o seu texto foi composto, mesclando os diálogos a relatos orais, e formando por vezes um texto tipicamente policialesco, omitindo ou preservando a identidade daqueles que prestaram depoimentos ou concederam informações.

Isso mostra como conteúdos normalmente abrigados dentro do campo da História podem servir como objeto para a área da ficção.

Nesse sentido, a leitura do romance histórico clássico, ou do romance histórico moderno e pós-moderno, fornece pistas instigantes de como o conteúdo da história pode servir de matéria ficcional, intercruzando as narrativas literária e histórica; ou de como se pode comparar diferentes processos de construção de significados para os eventos.²⁵

O personagem Dioguinho não esteve envolvido na chamada “crise do personagem”, a qual novas tendências, como o *nouveau roman* anunciaram ao dizer que o “[...] romance de personagens pertence realmente ao passado [e] caracteriza uma época: a que assinalou o apogeu do indivíduo”²⁶. Não se trata de um personagem “[...] sem contornos, indefinível, inacessível e invisível, um eu anônimo que é tudo e que não é nada e que quase sempre não é mais que um reflexo do próprio autor [...]”²⁷, pelo contrário, Dioguinho ocupa papéis fundamentais em diversas formas narrativas. Ele é, quase sempre, o protagonista. É em

²³ Idem, p. 8-9.

²⁴ Ibidem.

²⁵ FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História: Revista de pós-graduação em História*, Assis, v. 4, p. 36, 1996.

²⁶ REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988. p. 216.

²⁷ Idem, p. 216.

torno de sua figura e de suas ações que se organizam a maioria das tramas narrativas nas quais ele transita.

Algumas categorias próprias da teoria da narrativa podem nos auxiliar na problematização da figura de Dioguinho dentro da obra de Amoroso Netto. Ele se afasta da forma assumida pelos chamados *personagens planos*, que são construídos

[...] Ao redor de uma única ideia ou qualidade [e] [...] apresentam [apenas] duas dimensões (altura e largura), ou seja, carecem de profundidade: definidas em poucas palavras, a sua personalidade não revela surpresa, e a ação que praticam apenas confirma a impressão de *personagens estáticas* [...].²⁸

Mesmo atuando em um romance que tem por característica temporal linear e não a psicológica, o personagem Dioguinho aproxima-se daquilo que se convencionou denominar *personagem redondo*.

Baseando-se nas contribuições de Edward Morgan Foster, em *Aspects of the novel*²⁹, Carlos Reis e Ana Cristina Lopes, definem o personagem redondo como aquele que

[...] Se reveste da complexidade suficiente para construir uma personalidade bem vincada. Trata-se, neste caso, de uma entidade que quase sempre se beneficia do relevo que a sua peculiaridade justifica: sendo normalmente uma figura de destaque no universo diagético, a *personagem redonda* é, ao mesmo tempo, submetida a uma caracterização relativamente elaborada e não-definitiva. A condição de imprevisibilidade própria da *personagem redonda*, a revelação gradual de seus traumas, vacilações e obsessões constituem os principais fatores determinantes da sua configuração [...].³⁰

Trata-se, portanto, de uma complexidade empregada ao personagem pelo autor, que o enquadra no interior da narrativa, moldando-o a partir da vida e das ações perpetradas por Diogo da Rocha Figueira, fazendo-o mover-se em um espaço específico, um espaço arquitetado pelo escritor, mas que se confunde com que poderia ter sido a realidade vivida por Dioguinho.

Porquanto, preferimos nos referir a Dioguinho no decorrer deste trabalho utilizando a categoria *personagem*, entendendo a impossibilidade de atingir as relações e os acontecimentos levados a cabo na sua crueza real, por este que é tido como o mais célebre criminoso paulista. E assim não pretendemos, a partir dos elementos que temos, reconstruir o

²⁸ MOISÉS, Massaud, op. cit., p. 398.

²⁹ FOSTER, E. M. *Aspects of the novel*. London: Edward Arnold, 1937.

³⁰ REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M., op. cit., p. 219.

real tal como teria acontecido, mesmo entendendo que alguns o intentam sob o argumento de que os textos que produzem são historicamente datados e cruzados por uma dose de subjetividade.

Procurando percorrer caminho inverso, vemos que não podemos tomar esses elementos como indícios de um real que está à espera de ser revelado, ou de um real que se encontraria nas “entrelinhas” do texto, pronto para ser reconstruído pelo historiador mais atento, mas, cientes de que o texto enquanto fonte histórica é uma construção histórica e discursiva, e “[...] embora se remeta a um acontecimento; ela própria é um acontecimento que deve ser explicado.”³¹

As relações entre história e literatura têm se tornado tema corrente na historiografia, nos estudos literários e em outras áreas das ciências humanas, acompanhando uma “[...] propensão contemporânea de se interrogar as fronteiras de conhecimento que a tradição institucional construiu [...]”³², colocando em questão os limites da representação da experiência histórica e do imaginário social, que se traduzem nos debates a respeito do que é real e do que é ficcional, assim como do que é estético e científico, e quais as implicações desses fatores.

Os conflitos e arranjos decorrentes dessas representações colocam em evidência as condições epistemológicas do saber histórico, que já há algum tempo tem debatido as múltiplas convergências e divergências entre a arte e a razão científica, “[...] lançando indagações de enorme amplitude, que, aliás, estão longe de conduzir a respostas conclusivas abrangentes [...]”³³.

Os tratados a respeito das relações entre História e Literatura constituíram-se ao longo do tempo em um grande acervo, congregando vários escritos em torno de uma grande área, a chamada História Cultural, uma área teórica onde o ponto de partida para uma pesquisa deve ser a cultura, isto é, uma teoria interpretativa da cultura.

Procederemos agora de um breve panorama a respeito de algumas abordagens entre Literatura e História, a fim de situar-nos a respeito dessas discussões de cunho interdisciplinar, procurando observar que a linha fronteira distinta entre esses dois campos, que muitos ainda insistem atualmente em afirmar, é parte de uma tradição constituída historicamente.

³¹ JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Revista Resgate*, n. 2, 1991. p. 49.

³² FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História: Revista de pós-graduação em História*, Assis, v. 4, p. 23, 1996.

³³ Idem, p. 23.

Ao teorizar sobre as relações entre esses dois campos, Aristóteles (384-322 a. C.) foi o primeiro pensador a estabelecer uma relação antitética entre Literatura (poesia) e História, que não diferem pelo estilo de escrita, “[...] diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outros as que poderiam suceder”.³⁴

Para ele, a poesia seria uma área elevada, enquanto a História seria possuidora de um caráter mais terreno, e “[...] por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente ao universal, e esta o particular.”³⁵

Ao assumir esta postura, Aristóteles demonstra, como homem de seu tempo, a fuga de um modelo trágico rumo a um novo modelo de pensamento racionalista, que estava em formação desde o nascimento da dialética socrática³⁶. A concepção trágica do mundo, o pensamento trágico pré-socrático, consistia em aceitar o mundo tal como ele era, um mundo de coexistência entre o ser e o devir. Aristóteles, ao contrário, faz um movimento no sentido de estabelecer uma dicotomia entre história e poesia, racionalizando-a.

[...] Por referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa a poesia, ainda que dê nomes às suas personagens; Outra não é a finalidade da poesia, embora dê nomes particulares aos indivíduos; o particular é o que Alcibiades fez ou que lhe aconteceu.³⁷

A posição de Aristóteles veio a estabelecer a supremacia de um campo em relação a outro, a supremacia do ser sobre o devir. Desse modo, passa-se a distinguir a poesia da história, bem como a arte da história, a filosofia da história e também a ficção da verdade.

³⁴ ARISTÓTELES, p. 451 apud. FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História: Revista de pós-graduação em História*, Assis, v. 4, p. 35, 1996.

³⁵ Ibidem.

³⁶ O filósofo alemão Werner Jaeger em sua *Magnum opus Paideia* trata com brilhantismo dessa temática. Ele observa que:

Dizer pré-socrático equivalia a dizer pré-filosófico, uma vez que os pensadores do mundo arcaico eram agora fundidos com a grande poesia e a grande música da sua época, para formarem o quadro da “época trágica” dos Gregos. Naquela época e nas suas criações apareciam ainda maravilhosamente equilibradas as forças do “apolíneo” e do “dionisíaco” [...]. Ao conceder a primazia ao elemento apolíneo-racional, Sócrates destruiu a tensão entre este elemento e o dionisíaco-irracional, quebrando assim a própria harmonia. Com isso, o que ele fez foi moralizar, escolasticizar, intelectualizar a concepção trágica do mundo na Grécia antiga. [...]

JAEGER, Werner Wilhelm. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994. p. 496.

³⁷ ARISTÓTELES, p. 451 apud FERREIRA, Antonio Celso, op. cit., p. 35.

Mais tarde, a imposição e a intensificação de certos estatutos da modernidade que levaram a cabo um amplo processo de racionalização da vida, a dicotomia estabelecida por Aristóteles se acentuou, contudo, de maneira inversa. A racionalização da vida trouxe consigo um gradativo desencantamento do mundo, e a disposição de que este deveria ser entendido à luz da razão.

A poesia, a arte e o ficcional perderam espaço para as ciências que prezavam pela verdade, objetividade, lógica, referencialidade e razão, e “[...] solidificou-se assim a separação entre ficção e verdade, base do divórcio entre a arte e a ciência. [...]”³⁸ Essa pretensão de cientificidade na História foi também um eixo norteador para escolas historiográficas que tiveram maior produção no século XIX.

[...] A Escola Metódica³⁹ francesa encarregou-se de estabelecer os parâmetros metodológicos orientadores da crítica interna e externa das fontes com o objetivo de assegurar a autenticidade documental para reconstituir objetivamente o passado “numa correlação explicativa de causas e consequências”. Foi nessas circunstâncias que as fontes escritas, preferencialmente oficiais, ganharam o *status* de documentos verdadeiros para uma historiografia preocupada, sobretudo, com o encadeamento cronológico dos acontecimentos políticos nacionais. Nessa perspectiva, os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica.⁴⁰

A mudança de enfoque se deu com o advento de uma renovação historiográfica decorrente de uma crise paradigmática que pousou sob as demais Ciências Humanas no século XX, que passou a questionar o modo de produção do conhecimento da época.

Avant-garde desse movimento no campo da História, historiadores franceses ligados à *Annales d’Histoire Économique et Sociale*, fundada em 1929, trouxeram à discussão a chamada *História-problema*. Os *Annales* propuseram um diálogo interdisciplinar com outras disciplinas, tais como Geografia, Sociologia, Psicologia, entre outras.

Marc Bloch tentou encontrar outra definição para o que seria a História. Ele se utilizou da ideia do passado como um *continuum*, recusando a categoria *passado*, tal como havia sido cara à escola metódica, que tendo a pretensão de fazer ciência, compreendia o

³⁸ FERREIRA, Antonio Celso, op. cit., p. 35.

³⁹ A chamada Escola Metódica formou-se a partir do trabalho conjunto de historiadores fortemente influenciados pela pesquisa histórica alemã e pelo contexto histórico desencadeado pelo conflito de 1870-1871 entre França e o Reino da Prússia, que fundaram a *Revue Historique*. O adjetivo “metódica”, atribuído à escola refere-se às suas preocupações com o rigor do método científico, procurando evitar trabalhos especulativos e sem objetividade.

⁴⁰ FERREIRA, Antonio Celso. Literatura A fonte fecunda Apud. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de, op. cit., p. 63.

passado como uma cronologia esgotada, pois o passado como tal é fundamental para a garantia do distanciamento do sujeito em relação ao objeto, carregando em si uma lição, algo a ensinar, mas que era distinta do fenômeno enunciado. O fenômeno se esgotou, mas a lição que tiramos dele não. Isso é o que manteria alguma atualidade nessa ideia, a ideia de que a história pudesse ensinar, como também queria Tucídides.

Os *Annales* fundaram uma história problema, onde quem o formula não é outro senão o historiador, que está por sua vez inserido na sua contemporaneidade, em sua cultura e que faz a pergunta sobre o objeto.

Bloch procura encontrar um ponto de mediação da ideia que se tinha com a escola metódica - de que as fontes falam por si só (e pensar que documentos falam por si só, é dizer que o passado fala por si só). O instrumento que ele estabelece para firmar o compromisso com suas fontes é o método crítico e o respeito às fontes.

Lucien Febvre realizou um trabalho pioneiro utilizando a literatura produzida por Rabelais como fonte⁴¹, assumindo a responsabilidade do historiador em explorar e ampliar seu campo documental:

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio [...]. Mas também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana [...].⁴²

Imbuídos desse espírito crítico dos primeiros historiadores da *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, uma nova geração de historiadores da década de 1970, que haviam apreendido com entusiasmo as mentalidades, realizaram uma reavaliação das propostas da revista e, a partir dessas reflexões, iniciaram um movimento ao qual denominaram *História Nova*. Além da proposição de novos problemas e de novos métodos, outra contribuição da *História Nova* foi a ampliação do campo documental:

[...] A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são para a história nova, documentos de primeira ordem.⁴³

⁴¹ A obra *O problema da incredulidade no século XVI*, de Lucien Febvre foi publicada em 1942.

⁴² FEBVRE, Lucien apud. FERREIRA, Antonio Celso. Literatura A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de, op. cit., p. 88.

⁴³ LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 36-37.

Nessa mesma época, o historiador francês Paul Marie Veyne escreveu uma obra sintomática, porém, que muito se diferenciava das propostas da *História Nova*. Em *Como se escreve a história*⁴⁴ ele assume uma postura muito diferente das postuladas pelos historiadores do momento ao escrever que a história tende à narrativa e à literatura e que o ofício do historiador muito se assemelharia ao do romancista, que tece a narração a partir de fatos escolhidos. E tal como o romance, a história seria um enredo tecido pelo narrador.

Apesar das críticas veementes de alguns historiadores, como as do francês Roger Chartier⁴⁵, uma das propostas mais desafiadoras sobre as relações e as fronteiras construídas entre História e Literatura é a do crítico literário estadunidense Hayden White.

Os resultados das reflexões de White acerca dessa problemática ganharam corpo durante as três décadas que esse crítico literário tem se dedicado ao tema, criando um lastro e influenciado cada vez mais historiadores. Contudo, o seu ponto de vista já foi tido por muitos historiadores como radical, a ponto de ter caído no desgosto de um considerável setor da academia, junto com outros sérios pesquisadores que assumiram uma postura de desconfiança em relação ao estatuto científico da história, tais como o britânico Keith Jenkins e o holandês Franklin Rudolf Ankersmit⁴⁶.

Em seu artigo esclarecedor, Antonio Celso Ferreira utiliza-se de um texto de autoria de Peter Burke, em que este comenta — sem subterfúgios —, o prestígio de White entre seus pares em meados da década de 1990.

⁴⁴ VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

⁴⁵ O historiador Roger Chartier tem se posicionado como um crítico da historiografia norte-americana, e alguns de seus expoentes, afirmando um suposto rompimento com outras ciências sociais em função da chamada *virada linguística* e da ficcionalização da narrativa histórica. Contudo, as críticas de Roger Chartier se pautam, segundo Antonio Celso Ferreira, em convenções disciplinares, e

“[...] ao invés de oferecer contra-argumentos convincentes fincados seja na filosofia, na teoria literária ou nas ciências [...] [ele] prefere [...] [atacar] refugiando-se num lugar institucional seguro. Invocando mestres da historiografia francesa (Braudel, de Certeau, entre outros) em defesa de suas formulações, traduz noções que já foram ultrapassadas na disciplina [...]”

Evidenciando essa indisposição contra Hayden White, por exemplo, Chartier oferece argumentos de uma corrente que vem perdendo hegemonia, e a expõe a críticas quando defende de maneira veemente um estatuto de *verdade* frente à *ficcionalização* da narrativa histórica.

⁴⁶ Os textos de Ankermit que tomei contato são *Historiografia e pós-modernismo e resposta a Zagorin*, ambos publicados na revista Topoi, Rio de Janeiro, mar. 2001.

Para muitos intelectuais, ele é um guru, um crítico cultural, um intérprete superior da pós-modernidade. Para outros, sobretudo historiadores, sua reputação lembra a dos ateus do século 17 ante os olhos do clero da época. Para certos historiadores [...], White é o exemplo horrível de um colega [ou seria melhor dizer ex-colega?] que cometeu traição, quebrou um tabu e violou a fronteira sagrada entre história e ficção.⁴⁷

O trecho de texto supracitado pode ser visto como um termômetro da intensidade que as concepções de White atingiram o mundo de produção acadêmica de conhecimento. Para ele, a história possui maior correspondência com a literatura do que com a ciência, já que ela se apresenta como uma produção ficcional, formulada em prosa e que é permeada por estruturas de enredo, como romance, tragédia, comédia e sátira, e por tropos retóricos, como metáfora, metonímia, sinédoque e ironia.

Atualmente, raríssimos historiadores têm assumido que os frutos oriundos de seu ofício têm muito mais a ver com a literatura do que com a ciência. A grande maioria ainda procura esquivar-se do debate e dos problemas decorrentes da linguagem na construção da história, abrigando-se sob um muro que a cada dia recebe doses extras de reboco para disfarçar os buracos e esconder suas rachaduras. Parece haver por parte desses historiadores um esforço militante no sentido de garantir a permanência de uma cientificidade no campo da história, como se isso conferisse um estatuto mais elevado àquilo que produzem.

Admitir que o discurso histórico seja dotado de ficcionalidade não é destituí-lo de valor, pelo contrário, este ato implica no reconhecimento da arte como uma força impulsionadora da experiência humana, o que contribuiria para superar a fama da qual o historiador tem gozado, e não sem razão, de ser o *protótipo extremo da sensibilidade reprimida*⁴⁸.

Orientando-se por uma perspectiva nietzschiana, White nos convida ao desafio de buscar na arte uma alternativa ao fazer histórico:

[...] Somente libertando a inteligência humana do senso histórico é que os homens estarão aptos a enfrentar os problemas do presente. As implicações de tudo isso para qualquer historiador que valoriza a visão artística como algo mais que mero divertimento são óbvias: ele tem de perguntar a si próprio de que modo pode participar dessa atividade libertadora, e se a sua participação acarreta forçosamente a destruição da própria história.⁴⁹

⁴⁷ BURKE, Peter. Enredos da História. *Jornal de Resenhas*: suplemento especial. São Paulo: Folha de São Paulo/Discurso Editorial-USP, 3/07/1995 apud. FERREIRA, Antonio Celso Ferreira, p. 32.

⁴⁸ FERREIRA, Antonio Celso, op. cit., p. 31.

⁴⁹ WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 52.

Os debates a respeito das relações entre história e literatura, como vemos, tem se tornado corrente na historiografia, nos estudos literários e em outras áreas das ciências humanas, colocando em questão os limites da representação historiográfica. Este problema se traduz na ruptura das fronteiras do que é real e ficcional, assim como do que é estético e científico. Os conflitos e arranjos decorrentes dessas representações colocam em evidência as condições epistemológicas do saber histórico, que hoje debate as múltiplas convergências e divergências entre a arte e a razão científica.

Ainda esclarecendo seu ponto de vista a respeito das fronteiras entre literatura e história, fato e ficção, Hayden White propõe em seu artigo *Teoria Literária e a escrita da história*, de 1994, que os historiadores percebam cada vez mais que a história trata-se de uma construção linguística:

[...] Se não existem fatos brutos, mas apenas eventos sob diferentes descrições, a facticidade torna-se questão de protocolos descritivos para transformar eventos em fatos [...]. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para constituir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre [...].⁵⁰

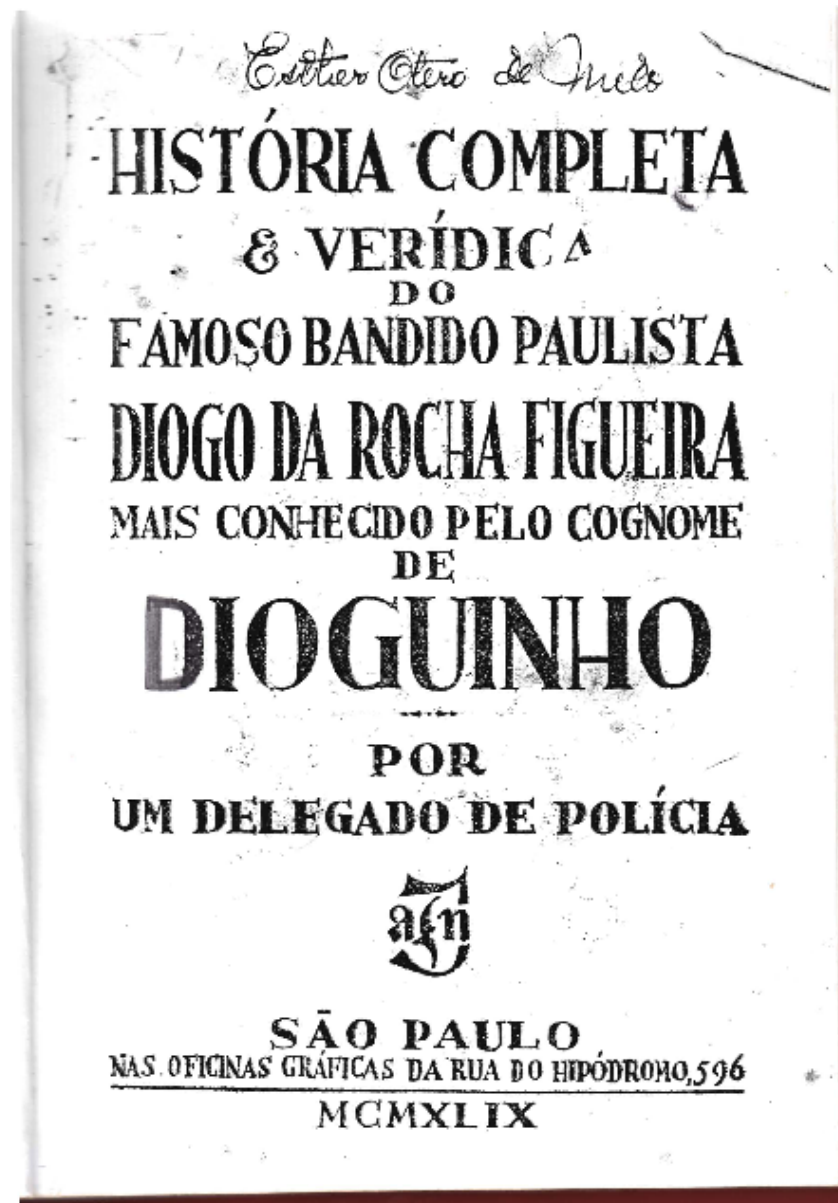
Porquanto, a partir desse breve panorama de abordagens, pode-se perceber no âmbito da História Cultural que encontram-se em debate duas abordagens distintas no que diz respeito ao direcionamento das relações entre história e literatura: “[...] de um lado, a que tenta garantir sobrevivência aos cânones fundamentais da disciplina; e de outro a que advoga a mobilidade das fronteiras de conhecimento, das formas de expressão e representação.”⁵¹

Para além dos elementos já tratados, que nos permitem caracterizar a obra, e perceber os debates que atravessam a discussão entre História e Literatura, podemos identificar ainda outros subsídios para o romance.

Segue abaixo o fac-símile da folha de rosto do livro de João Amoroso Netto acerca da qual faremos uma breve análise em busca de alguns *efeitos de sentido* a partir de alguns elementos que compõem a referida página.

⁵⁰ FERREIRA, Antonio Celso, op. cit. p. 33.

⁵¹ Idem, p. 42.



Fonte: NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. São Paulo: [s.n.], 1949. p. 3.

Como é possível verificar, abaixo do título da obra, há a seguinte inscrição: [escrito] “POR UM DELEGADO DE POLÍCIA”, seguida abaixo de três letras ornamentais entrelaçadas, respectivamente J. A. N., que são, obviamente, as letras iniciais do nome do autor, João Amoroso Netto.

Isso nos permitiria estabelecer a hipótese de que há, por parte do autor ou editor da obra, a intencionalidade em destacar, por meio da referida frase, que o romance teria sido redigido por um delegado de polícia, visando nitidamente ressaltar aos leitores a relevância do cargo profissional ocupado por Amoroso Netto. Ora, seu cargo profissional é mostrado de modo mais destacado do que seu próprio nome, codificado a partir dos caracteres

iniciais. A posição social ocupada pelo autor irá nos revelar mais algumas características do romance.

Amoroso Netto dividia-se entre duas atividades pelas quais se deslumbrava. Cotidianamente, ele cumpria todas as atribuições cabíveis a um delegado de polícia e, nas horas vagas, dedicava-se a atividade de escritor. A presença do Amoroso Netto delegado e escritor no decorrer da obra são constantes. Muitos leitores devem ter tomado o primeiro como uma perspectiva de credibilidade, de confiabilidade de um discurso de verdade a respeito de Dioguinho, um discurso que, mesmo tendo sido realizado pelo Amoroso Netto escritor e literato, têm a chancela de uma autoridade civil, o *delegado de polícia João Amoroso Netto*, possuidor de certa autoridade que lhe foi concedida pelo Estado graças a sua função social.

O delegado de polícia possuía juridicamente e ainda possui, enquanto servidor público empregado pelo Estado, algumas funções que lhe são atribuídas, tais como a apuração de infrações penais nos casos de crimes contra o patrimônio público ou privado; investigação de homicídios e demais crimes contra a vida; manutenção da vigilância geral e captura de infratores; presidência de inquéritos policiais; cumprimento de mandados de prisão; direção e orientação de investigações criminais. O delegado a serviço do Estado, fazendo valer suas ordens, se necessário pelo uso da força, acaba por atuar como um instrumento repressivo deste, contribuindo para a manutenção da ordem social.

Devido a sua habilidade como escritor, Amoroso Netto tornou-se associado e colaborador da revista *Investigações*⁵², escrevia ainda para o *Diário da Noite*, periódico pertencente à rede dos *Diários Associados*⁵³, do estado de São Paulo.

A fim de escrever um de seus sazonais artigos para a revista *Investigações*, Amoroso Netto considerou pertinente tratar de algum assunto ligado ao banditismo caipira e violência rural⁵⁴. Para isso, ele procurou fontes que tratassem da temática referida, tomando contato com o romance *Dente de Ouro* (1937) e o artigo *Banditismo Caipira* (1949), escritos

⁵² Revista periódica voltada para assuntos criminais.

⁵³ Atualmente um dos maiores conglomerados de empresas midiáticas do país.

⁵⁴ Os estudos das temáticas do banditismo e da violência rural no campo da chamada História Social obtiveram grande contribuição do historiador egípcio Eric Hobsbawm. Duas de suas obras — *Rebeldes primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. Zahar: Rio de Janeiro, 1970, e *Bandidos*. Crítica: Barcelona, 2001 —, passaram a ser frequentemente analisadas por estudiosos e interessados pelo tema.

[...] Em toda sociedade rural há ‘bandidos fazendeiros’ assim como ‘bandidos camponeses’, para não mencionar os bandidos do Estado [...]. Porque a característica mais impressionante do banditismo social é uma notável uniformidade de estandardização. [...] Essa uniformidade se aplica tanto aos mitos — isto é, à parte do bandido que é moldada pelo povo — como ao seu comportamento real. O padrão fundamental de banditismo [...], é quase sempre, universalmente, encontrado dentro de certas condições. Ele é rural e não urbano. [...] (HOBSBAWM, 1970).

por Menotti Del Picchia⁵⁵. Encontrou ainda, algumas referências de Diogo da Rocha Figueira na coleção do jornal *O Estado de S. Paulo* reminiscente ao ano de 1897, além do livro *O Dioguinho* (1903), de autoria de Antônio de Godói, sob o pseudônimo de Silvestre da Matta⁵⁶.

Neles Amoroso Netto encontrou referências a respeito de vários indivíduos descritos como assassinos, ladrões e bandidos, dentre os quais “o mais famoso de todos, Dioguinho”⁵⁷. Os textos sobre este indivíduo lhe causaram grande fascínio e curiosidade.

Com essa motivação, Amoroso Netto empenhou-se em uma tarefa um tanto complexa e executou de acordo com sua laboriosa empreitada de pesquisa e análise das fontes a qual os historiadores tanto se dedicam. Na apresentação feita pelos *Diários Associados*, em 1949, quando da publicação do livro, nota-se o reconhecimento ao autor:

[...] Acostumado ao trato com assuntos históricos, especialmente de São Paulo, ninguém melhor do que ele para se encarregar de rememorar a vida acidentada e quase lendária do afamado bandido paulista, cujos episódios se perdem na tradição oral e nuns poucos documentos esparsos e de difícil pesquisa. Assim, a dificuldade maior consistiria, para o historiador das aventuras de Diogo da Rocha Figueira, na busca, transladação, especulação, confronto e seleção de papéis, depoimentos, documentos e demais subsídios. Por isso os “Diários Associados” convidaram, para essa tarefa, o elemento que lhes pareceu mais indicado — um escritor que, a tal qualidade, associa o traquejo do historiador e o trato com os assuntos criminais. [...] ⁵⁸

A partir daí ele redigiu um artigo intitulado *O Dioguinho*, publicado no mês de abril de 1949, na revista *Investigações* nº 4.

Posteriormente, por ocasião da publicação deste artigo, Amoroso Netto foi convidado por Hermínio Saccheta⁵⁹ para escrever a história de Dioguinho “em capítulos diários, numa linguagem acessível ao grande público”⁶⁰ para o jornal *Diário da Noite*, posto que nessa ocasião Amoroso Netto contava com novos materiais para análise, materiais estes colhidos nos jornais *Correio Paulistano* e no *Diário Popular*⁶¹. Além disso, teve acesso a documentos e certidões de processos instaurados contra Dioguinho em comarcas do interior do estado de São Paulo.

⁵⁵ Menotti Del Picchia nasceu em São Paulo, em 1892 e faleceu na mesma cidade em 1988. Foi poeta, escritor e pintor modernista. Filho dos imigrantes italianos, Del Picchia foi também advogado, político, , entre outras funções assumidas durante sua vida. Grande entusiasta de novas tendências estéticas em sua época, Del Picchia foi eleito para a cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras, em 1943.

⁵⁶ Poeta, jornalista e também delegado.

⁵⁷ NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 7.

⁵⁸ Idem, p. 11.

⁵⁹ Hermínio Sacchetta (1909-1982), jornalista paulistano.

⁶⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 8.

⁶¹ Periódicos filiados aos *Diários Associados*.

Foi a compilação e reedição desta série de artigos diários, publicados no jornal *Diário da Noite* entre os dias 18 de junho e 10 de setembro de 1949, que deram origem a obra *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*.

A venda avulsa do jornal, dentro em pouco, foi aumentada de mais de dez mil exemplares, na Capital e no interior do Estado, e assim se manteve até o fim. Diante do interesse que a história despertou, mais pelo nome do personagem principal e de suas aventuras, do que pelo seu valor literário, e, levando em conta as sugestões de vários livreiros amigos, que me aconselharam a reunir os capítulos em volume, visto que já procuravam “esse livro” nas livrarias, resolvi fazê-lo.⁶²

Vale ressaltar que houve um processo de mudança de suporte midiático, do jornalístico para o literário. Isso demonstra certa elasticidade do texto produzido por Amoroso Netto. Além disso, é certo que essa mudança material, em que o texto deixou de ser apresentado nos jornais — então mais acessíveis a um número maior de leitores, em artigos diários que contavam pouco a pouco uma história sobre Dioguinho —, para ser reeditado e compilado em livro, acarretou uma consequente alteração nos modos de recepção e apropriação da obra entre os leitores⁶³.

É preciso ter claro que todo escritor traz para o texto que produz suas experiências e expectativas e, por isso, deve ser analisado em seu contexto. Conscientemente, ou não, Amoroso Netto comunga dos mesmos pressupostos apresentados pela concepção moderna de história, utilizando-se do argumento de verdade do discurso sobre o passado acerca da vida de Dioguinho. Logo no início da obra (esse texto foi escrito quando os artigos foram compilados, somente para o livro) o autor expõe sua intenção:

[...] A história de Dioguinho, baseada toda ela, nos seus fatos essenciais, em documentos, processos, noticiário da imprensa da época, depoimentos de testemunhas idôneas, etc., não teve em vista outro fim senão o de descrever a vida do maior bandido paulista de todos os tempos, situando-o na época em que viveu, no ambiente em que agiu, sem sensacionalismo nem escândalo [...].⁶⁴

⁶² NETTO, João Amoroso, op. cit.

⁶³ Entendemos que não é pertinente discorrer sobre as relações entre leitura, recepção e apropriação.

⁶⁴ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 8-9.

Algumas concepções historiográficas modernas entendem que mesmo por meio de um conhecimento produzido a partir da linguagem⁶⁵, é possível conhecer, se não todo, pelo menos parte do passado. A historiografia moderna tem privilegiado as formas de representação de uma determinada realidade para a formação de um discurso de verdade, assim como Amoroso Netto salienta:

[...] Não foi a forma nem o estilo o que nos preocupou, mas sim a intenção de escrever para o grande público uma história verídica e o mais possível completa, sobre a vida de um homem que, depois de haver aterrorizado o interior deste Estado, por mais de um lustro, ainda hoje é lembrado e discutido, principalmente entre a população rural.⁶⁶

Amoroso Netto parece tomar parte da visão, um tanto moderna, de que o passado seria cognoscível da maneira tal como ele aconteceu, e que haveria a possibilidade de trazer à luz um fato que já se esvaiu.

A ideia de verdade posta por Amoroso Netto foi corroborada pelos *Diários Associados*:

[...] É preciso acentuar que o autor da história da vida de Dioguinho procurará apresentar os acontecimentos, que tão famoso tornaram, nos anais do crime, o nome desse bandoleiro, exatamente como decorreram, na sua mais real e crua simplicidade [...]. O que deve ficar assentado, no entanto, é que todos os episódios que serão relatados aqui têm como base um fato real [...]. Finalmente, nesta reconstituição das façanhas de Dioguinho, em nenhum caso ele será feito mais feroz nem mais brutal do que realmente se revelou, segundo as longas e afanosas pesquisas procedidas.⁶⁷

O conhecimento moderno crê na possibilidade de poder representar os fatos tais como se deram, por meio do mecanismo da linguagem. Contudo, temos que reconhecer a dificuldade de se falar de *verdade* em História, pois tudo aquilo que é não precisa da linguagem, pois se a verdade já se apresentou, não há mais o que dizer a respeito do fenômeno. A verdade é totalitária⁶⁸.

⁶⁵ Estamos tratando da linguagem como representação, em seu sentido mais amplo, como qualquer e todo sistema de signos que serve de meio de comunicação de ideias ou sentimentos. Os elementos constitutivos da linguagem são, pois, sinais, sons, gestos, palavras ou símbolos, usados para representar conceitos de comunicação, idéias, significados e pensamentos.

⁶⁶ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 9.

⁶⁷ Ibidem, p. 11-2.

⁶⁸ A de ROSSET, Clément. *O princípio da crueldade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002, trata desta questão de maneira interessantíssima.

É evidente que um determinado discurso que queira tratar sobre o passado é perfeitamente capaz de passar por uma manipulação⁶⁹, pois está ao nosso alcance dar outros significados ao passado, já que:

[...] A “história” que é o tema de todo esse aprendizado só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como “história”; e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão varia quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.⁷⁰

Em sua reflexão sobre a história e suas particularidades, Keith Jenkins nos apresenta o passado e a história como duas categorias diferentes. É sabido que não existe história se não existe passado, porém, a natureza de passado é distinta da natureza do conhecimento histórico. Sendo assim, o passado existe, e ao existir possibilita a existência da história. Todavia, existe a impossibilidade de se alcançar a experiência vivida, ela não é cognoscível.

O pedacinho de mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. A história como discurso está, portanto, numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes. Ademais, o passado e a história não estão unidos um ao outro de tal maneira que se possa ter uma, e apenas uma leitura histórica do passado. O passado e a história existem livres um do outro; estão muitos distantes entre si no tempo e no espaço. Isso porque o mesmo objeto de investigação pode ser interpretado diferentemente por diferentes práticas discursivas, ao mesmo tempo que, em cada uma dessas práticas, há diferentes leituras interpretativas no tempo e no espaço.⁷¹

A história produzida pelos que exercem o ofício de historiadores seria, portanto, uma construção linguística, uma espécie de análise de discurso e metalinguagem. Desse ponto de vista, a história é interpretação, e ainda assim uma interpretação parcial e subjetiva, já que não podemos perder de vista o fato de que todo historiador carrega em sua pena uma carga pesada de experiências, de valores e de expectativas. E imaginemos que este historiador, ciente de todas as promessas e de todos os projetos fracassados, já deve ter percebido que a luz da razão não ilumina e não revela a natureza obscura das coisas e que as ideias de progresso e verdade, molas-mestras de toda uma engrenagem moderna, são de fato um rolo compressor do múltiplo. E, por outro lado, compreende que a posse de mais de uma

⁶⁹ Ma.ni.pu.la.ção (*manipular+ção*): dar forma, preparar manualmente.

⁷⁰ WHITE, Hayden. *Teoria Literária e escrita da história*. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/132.pdf>>. Acesso em: 14/12/2008. p. 1.

⁷¹ JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-4.

interpretação acerca de um determinado objeto não se caracteriza como maior conhecimento a seu respeito, significa somente outra interpretação, uma diferente avaliação acerca do objeto.

O historiador tem como opção, não buscar em seu ofício a ascese como prática e disciplina que teria por objetivo a busca da verdade. Tanto uma cultura histórica que não está a serviço da vida, como a verdade e seus valores, são impostos à nossa sociedade em um ato violento, desde o momento em que nascemos.

A cultura histórica é, com efeito, uma maneira de nascer com os cabelos grisalhos, e os que apresentam este sinal desde a infância chegam necessariamente à crença na velhice da humanidade. Mas à velhice convém uma ocupação de velhos: olhar para trás, totalizar, concluir, procurar uma consolação no passado através da recordação; é a cultura histórica.⁷²

Não sem sentido, o ato do conhecimento, da escrita, o movimento de regurgitar palavras, foi metaforicamente associado ao ato de crueldade. Uma crueldade que se aproxima da violência e que se difere de outro tipo de crueldade, a crueldade da vida vivida, do real que não é contraditório. Pensamentos, signos e palavras transbordam como o sangue do corpo de um moribundo. E é com esse sangue (*cruor*), que o pensamento moderno tem se assentado. Como definiu Nietzsche, a crueldade do conhecimento que nos afasta da natureza é “um dos mais antigos e indelévels substratos da cultura.”⁷³ Tem-se por desejo conhecer justamente para dominar o objeto pretendido, para livrar o ser humano de suas maiores dores, de seus maiores sofrimentos. Quer-se conhecer aquilo que é incognoscível. A verdadeira natureza das coisas, porém, não se dá a conhecer, tal como o pensador originário Heráclito já havia principiado, “a verdadeira natureza das coisas gosta de ocultar-se”⁷⁴. Este seria o primeiro ato criminoso do ser humano, o conhecimento.

Gostaria de citar uma famosa passagem, a qual foi composta pelo pensador alemão em forma de fábula:

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi só um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer.⁷⁵

⁷² NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. (História e Tragicidade, p. 150).

⁷³ NIETZSCHE, Friedrich apud BARRENECHEA, Miguel Angel et al. (Orgs.). *Assim falou Nietzsche III*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 47.

⁷⁴ BORNHEIM, Gerd A. (Org.) *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1977. p. 43.

⁷⁵ NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral (1873). In: NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores). p. 53.

A passagem acima trata da empreitada intelectual humana e sobre o conhecimento, que parece funcionar como uma espécie de cordão sanitário que pretende nos proteger da natureza cruel. E nosso personagem, o que tem com isso? Dioguinho escreveu sua história com sangue. E até hoje muitas coisas foram ditas a seu respeito, muitos julgamentos recaíram-lhe sobre os ombros, tirando-lhe o descanso que lhe era de direito, após ter pagado com a vida o défict dos crimes que lhe foi imputado.

Nessa teia cotidiana, acabamos por não cogitar que o conhecimento e a verdade são construções linguísticas e que existem em toda sociedade, que as ampara por meio de estatutos de poder e de práticas de controle e vigilância, como nos apresentou em seus estudos Michel Foucault⁷⁶. Os valores de verdade servem muitíssimo bem como força reguladora social, para exercer controle, evitar desordem e legitimar ações repressoras. E assim Dioguinho tornou-se réu perpétuo.

A história [sobretudo, a historiografia moderna] não está fora do âmbito do poder [...] é produzida apenas em virtude de múltiplas formas de repressão. [...] Cada sociedade tem [...] suas “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade [...]. A “verdade” deve ser entendida como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está ligada [...] a sistemas de poder, que produzem e sustentam [...] [um] “Regime de verdade”.⁷⁷

Poderíamos dizer que a moderna concepção de verdade advém da síntese de quatro percepções. Não precisamos observá-las a partir de uma ordem qualquer, mas apenas para ordená-las sumariamente: a primeira seria a verdade proveniente da ideia grega de *alétheia* (*a* = negação + *léthe* = esquecimento = “o não esquecido”), que considerava que a verdade abrigava-se nas coisas ou no real tal como ele é, e que o que se poderia extrair dali de maneira racional e intelectual seria o conhecimento verdadeiro, dado, deste modo, pela evidência, por uma automanifestação da realidade; a ideia hebraica *emunah* (verdade; confiança), designa a fé em na crença de que a verdade se estabelece a partir de um pacto entre iguais, que definem convenções universais pautadas na esperança e na confiança, e que devem ser — por seu caráter consensual —, sempre respeitadas; do rigor e a exatidão derivados de *veritas*, derivou uma terceira concepção de verdade, que dependia do enunciado, do relato, por fim de uma linguagem que narrava, a partir de uma moral rigorosamente

⁷⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1981.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 12-14.

normativa, os fatos e os acontecimentos, garantindo uma coerência lógica dos argumentos; e por último, podemos apresentar a teoria pragmática (*pragmatikós* = que concerne à ação) da verdade, que define um conhecimento verdadeiro por sua praticidade, e não por ser bom fundamento teórico. Para dar garantia à veracidade desse conhecimento, verifica-se sua eficácia por meio da experimentação.⁷⁸

Essas concepções, que afirmam uma verdade que existe e que deve ser apreendida pelo conhecimento e pela razão, tem, cada vez mais, perdido espaço para outras epistemologias, que percebem “[...] indivíduos e práticas como construções discursivas, conferindo à linguagem e seus meandros importante papel na elaboração dos “fatos” [...]”⁷⁹, e que tem privilegiado a multiplicidade de interpretações. A partir do surgimento de múltiplas interpretações acerca de um fenômeno qualquer, a verdade em sua rigidez perde espaço, pois, a verdade se distingue exatamente por seu absolutismo e por sua realidade. Contudo, a incoerência da verdade, tão almejada pelos pressupostos paradigmáticos da modernidade, tornou-se ainda mais evidente depois do fenômeno anunciado pela perda de todo e qualquer referencial teórico totalizante.

Testemunhamos em nossa contemporaneidade um estado de completo desassossego existencial. Decorrente em boa medida, da perda de todos os valores ou princípios transcendentais que criavam a falsa segurança de um porto seguro. Tais valores foram adquirindo na história da civilização humana distintos contornos, tendo sido chamados de Deus, liberdade, paz, igualdade, natureza, fraternidade, razão, comunismo, e tantos outros nomes. O pensamento pós-moderno anuncia a falência destes valores, identificando nosso tempo com a realização daquele fenômeno caracterizado pela morte de Deus, ou seja, com a perda de todo e qualquer critério universal de avaliação dos fenômenos.⁸⁰

A história produzida a partir de um determinado acontecimento passado se apresenta em forma de discurso, e é também um novo acontecimento. E nós, historiadores, não podemos tomar as fontes históricas, sejam elas de qualquer natureza,

[...] como indícios de um real que pode ser desvendado, um real que estaria nas entrelinhas e seria reconstruído pelo historiador. [...] A fonte histórica é sempre um monumento, ou seja, uma construção histórica e discursiva. Ela não é sinal de um acontecimento [...], embora se remeta a um acontecimento; ela própria é um acontecimento que deve ser explicado.⁸¹

⁷⁸ CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

⁷⁹ FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da história*. São Paulo: Brasiliense, 2008. p. 86.

⁸⁰ GIANNATTASIO, Gabriel. *Próxima parada: o haras humano (ensaio)*. Londrina: Atrito Art, 2004. p. 9.

⁸¹ JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. *Revista Resgate*, n. 2, 1991. p. 2.

Assim, podemos apenas interpretar um determinado discurso produzido acerca do passado, e não representá-lo na mesma natureza na qual esse tal como este acontecimento se deu.

Nossa intenção é produzir mais uma interpretação acerca de Diogo da Rocha Figueira, sem ter a pretensão de elaborar um discurso de verdade a seu respeito.

Criamos o mecanismo da linguagem⁸² e queremos que o mundo em toda a sua crueza e complexidade, se encaixe e se adapte a esse artifício que criamos. E, em um dado movimento, buscando representar algo, apagamos todas as diferenças existentes na multiplicidade dos objetos.

[...] Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbítrio abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial.⁸³

Para Nietzsche, ao conceituarmos e nomearmos uma coisa, simplificamos e reduzimos tudo o que ela nos oferece, graças à atribuição de valor que o conceito e o nome carregam, pois a natureza é sempre uma manifestação do singular. Somente quando se concebe atingir determinado fenômeno histórico por meio da linguagem, é que se crê que o fenômeno pode se esgotar. Tudo é uma questão de crença. E essa crença encontra abrigo unicamente em um discurso permeado pela ideia de verdade.

Mas a impossibilidade de dar conta do mundo por meio da linguagem não significa a inexistência de Dioguinho, e tampouco do pretérito por ele vivido. O discurso a respeito de Dioguinho seria desse modo, um mero pretexto para criarmos um sentido para aquilo, que, no fim das contas, não se dá a conhecer.

Nossa intenção é trilhar um caminho que se encontra entre um sentido universal imanente aos fenômenos e entre o não sentido. Este caminho intermediário seria

⁸² A linguagem é um sistema de símbolos arbitrários criados pelo ser humano. Os símbolos são arbitrários em relação ao objeto que representam e, por isso mesmo, convencionais, ou seja, dependentes da aceitação social. Tomemos como exemplo a palavra *bandido*. Não há nada no som nem na forma escrita que nos remeta ao objeto por ela representado. Designar um indivíduo pela palavra *bandido* é então, um ato arbitrário. Para estabelecer uma relação entre o signo *bandido* e o indivíduo por ele representado, necessitamos de uma convenção, aceita pela sociedade, de que aquele signo possa representar aquele indivíduo.

⁸³ NIETZSCHE, F. Sobre Verdade e Mentira no Sentido Extra-Moral. In: NIETZSCHE, F. *Obras incompletas*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os pensadores). p. 56.

nossa capacidade de criar sentido. Pois se a história não é capaz de dar conta do passado, ou seja, de representar o passado tal como ele se deu, ela nos serve porque é capaz de criar sentidos por meio da interpretação, e nós somos os artífices dessa criação. “[...] Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado no jardim do saber [...]. Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação [...].”⁸⁴

⁸⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 5.

3 DIOGUINHO, OLHARES E MÁSCARAS

A questão sobre a qual pretendemos tratar determina que tenhamos a noção de uma dose considerável de “[...] simbolização incôscia, [e de] identificação do objeto com uma soma de finalidades nem sempre racionalizáveis, projeção na imagem de tendências, aspirações e temores particularmente emergentes.”⁸⁵

Ao fixar certos valores e interpretações a respeito dessas “imagens”, contudo, não pretendemos interpretar todo o arcabouço arquetípico que elas carregam. Imagens que passaram a ser associadas a certas situações psicológicas, morais e até mesmo sobrenaturais da sensibilidade popular. Esse processo se deu de maneira tão densa, que se tornou difícil o estabelecimento de uma separação entre o que acontecia e o que se dizia a respeito de Dioguinho.

João Amoroso Netto, ainda nas páginas iniciais de seu livro, antes de adentrar mais propriamente nas histórias sobre Dioguinho, explica ao leitor toda a aura que envolve esse personagem:

[...] E, assim como acontece com a maioria dos bandoleiros célebres, a lenda e a fantasia também o envolveram em suas intrincadas malhas, de tal forma que, mesmo ao tempo em que ele viveu, já era dificultoso, acerca de sua vida e de seus crimes, separar o verdadeiro do fictício, o real do imaginário, o plausível do inadmissível.⁸⁶

As histórias contadas sobre ele assemelham-se ao processo acontecido nas antigas civilizações, onde a narrativa proferida, quase sempre se referia a alguma coisa já acontecida e já conhecida pelo público. Porém, os ouvintes não exigiam nada de absolutamente novo, e se davam por satisfeitos em escutar as grandes sagas, e reviver por meio da palavra os atos dos seus heróis.

Podia-se contar pela enésima vez a estória do Paladino Roldão, mas o público já sabia o que havia sucedido ao seu herói. Pulci retoma o ciclo carolíngio e, no final, nos diz o que já sabíamos, isto é, que Roldão morre em Roncesvales. O público não pretendia ficar sabendo de nada absolutamente novo, mas simplesmente ouvir contar, de maneira agradável, um mito, percorrendo o desenrolar conhecido, no qual se podia comprazer, todas as vezes, de modo mais intenso e mais rico. Não faltavam os vários acréscimos e os embelezamentos novelescos, mas esses não eram de molde a ofender a fixidez definitiva do mito narrado. [...] ⁸⁷

⁸⁵ ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976. p. 239.

⁸⁶ Idem, p. 14.

⁸⁷ Op. cit.

Quando todas essas histórias de Dioguinho são transferidas do “boca a boca”, das prosas verbais, e levadas para o plano da narrativa romântica, onde não mais o ouvinte, mas o leitor tem seu foco de interesse levado para o inesperado, e desse modo, o caminho para o desfecho é também um acontecimento. Esses fatores são ainda mais intensificados diante de situações de horror e violência.

Enquanto personagem do romance, Dioguinho não é de modo algum previsível, e nos reserva inúmeras surpresas, e os destinos traçados no enredo são tão imprevisíveis quanto aquilo que poderia acontecer a cada um dos seus leitores.

Dioguinho atualmente é, antes de tudo, linguagem e imaginário. E desse modo, com o passar dos anos, ele foi representado de muitas maneiras. O próprio perfil biográfico de Dioguinho esboçado por Amoroso Netto, parece coincidir com as problemáticas entre as fronteiras que foram estabelecidas entre História e a Literatura, nos limites da representação da experiência histórica e do imaginário social, nos debates a respeito do que é real e do que é ficcional, assim como do que é estético e científico.

Ao falar sobre o personagem, não podemos nos esquecer que estamos analisando não propriamente a vida de Dioguinho, mas discursos produzidos por determinados autores, que também pertencem a um contexto temporal e cultural específico, e quando escrevem também estão a fazer a sua interpretação sobre o tal personagem, e por mais que contem com a ajuda de outras fontes escritas, orais ou materiais, não é possível ausentar-se da manifestação de suas opiniões e ideias.

Ainda jovem, Dioguinho, filho de Avellino da Silva Rocha e de Emirena Augusta d’Oliveira, mudou-se com sua família (pai, mãe, irmão mais novo e irmã mais velha) para a cidade de Tatuí, a cerca de 100 quilômetros de Botucatu. Em Tatuí ele “[...] estudara e aprendera a medir terras, tornando-se, mais tarde, auxiliar de agrimensor. Com essa profissão ele ia ganhando a vida, pois serviço não lhe faltava. Com o pai, português de nascimento, homem de costumes severos e rígidos, desde pequeno aprendera a trabalhar honestamente [...]”⁸⁸.

Depois de algum tempo de experiência Dioguinho passou a dominar os meandros de sua profissão, tornando-se regionalmente conhecido por sua perspicácia e habilidade na arte da agrimensura. Assim, Dioguinho foi contratado por muitos proprietários de terras para trabalhar nas grandes propriedades da região, entre elas, inúmeras fazendas cafeeiras. Desse modo, segundo Amoroso Netto, Dioguinho era uma pessoa que contata com

⁸⁸ NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 15.

a amizade com pessoas muito influentes na região e ganhou a amizade de importantes donos de terras, fazendeiros, barões, coronéis, autoridades policiais e judiciárias, entre outros.

Obviamente, o contato que Dioguinho estabeleceu com os homens poderosos da região onde viria a cometer seus atos criminosos foi de extrema importância para a sucessão de suas atividades e para a duração de sua atuação criminal, pois, entre eles, durante cerca dos quatro anos em que agiu, encontrou abrigo e proteção. A amizade de Dioguinho com pessoas de prestígio fazia com que estes confiassem e acobertassem seus crimes. Logo Dioguinho, tornou-se, de acordo com as narrativas, uma figura que causava pavor, quer em quem o acobertava, quer em quem o rivalizava, aquele que mais tarde seria considerado o maior matador paulista de todos os tempos e que segundo se conta aterrorizou as cidades do interior da província de São Paulo, fazendo uma carreira de crimes notórios, contando. “Protegido e assalariado de homens influentes na zona em que mais agiu, Dioguinho contava de antemão com a impunidade para seus crimes [...]. Desfrutava até da amizade de autoridades às quais incumbia, por força do cargo, impedir a ação anti-social, tanto dele, quanto dos demais criminosos.⁸⁹”

Já no primeiro capítulo de seu livro, João Amoroso Netto começa a descrever o primeiro de uma série de crimes por ele narrados. Ao fazermos a leitura de cada uma desses eventos descritos, vamos procurar perceber algumas “máscaras” que foram atribuídas à Dioguinho.

O primeiro crime deles foi relatado ao autor por um parente de Dioguinho.

Certo dia, ao entardecer, depois de ter feito medições nos arredores, Dioguinho voltou para casa. Estava cansado e pretendia deitar-se logo após o jantar para levantar-se bem cedo. Ao dirigir-se ao poço, a fim de se lavar, encontrou seu irmão Joãozinho, que chorava sentado a um canto do quintal.⁹⁰

Indagando o irmão seu irmão João Dabney da Silva, conhecido como Joãozinho, que trazia, além das lágrimas, uma marca de surra, no rosto, Dioguinho soube que o gerente de um circo que havia chegado a cidade foi o responsável pela tristeza e pelo hematoma em seu irmão. O dito gerente havia enviado à família de Dioguinho entradas para o espetáculo da noite. Não desejando ir ao cinema, porém, o pai mandou Joãozinho devolver os ingressos. Contudo, o gerente não aceitou a devolução, dizendo à Joãozinho que os bilhetes deveriam ser pagos. A insistência de Joãozinho de acordo com as ordens do pai, gerou uma

⁸⁹ Idem, p. 14.

⁹⁰ Ibidem, p. 15.

ríspida discussão que culminou em uma agressão. O gerente desferiu um tapa no rosto do menino.

A par de toda a situação, Dioguinho armou-se com um rebenque e dirigiu-se ao circo com o irmão buscando uma satisfação para o acontecido. Chegando ao lugar onde o circo estava armado, ele encaminhou-se à cabine do gerente e o indagou. Intransigente, o homem ameaçou também Dioguinho, abrindo a gaveta de sua mesa, fazendo menção que pegaria uma arma. Diante disso,

Dioguinho, mais que ligeiro, desferiu-lhe um golpe com o rebenque. O home, porém, observava seus gestos, e se defendeu, agarrando o chicote com a mão esquerda. Foi a sua infelicidade. Dioguinho puxou o cabo e este se separou da parte que estava segura pelo outro. Surgiu um comprido estoque.⁹¹

Com um só golpe, Dioguinho enfiou toda a comprida lâmina na barriga do homem, matando-o. Acredita-se que este teria sido o primeiro crime cometido por ele, e o ponto de partida de sua vida criminoso.

Dioguinho não deixou de ser acusado pelo crime. Sendo processado, porém, ele foi impronunciado pela justiça terra, ou seja, a denúncia contra ele foi julgada improcedente, evitando que ele fosse submetido ao julgamento do Tribunal do Júri, uma instância superior, sob a justificativa de legítima defesa.

Apesar de ser absolvido pelo assassinato do gerente do circo, Dioguinho não demorou muito tempo para entrar em nova desventura, que foi descrita no segundo capítulo do livro. Há que se ressaltar que os quarenta e sete capítulos da obra de João Amoroso Netto, são curtos.

Uma sobrinha de Dioguinho, que desde pequena havia sido criada com os avós, por ser órfã de pai e mãe e era muito querida por todos, foi seduzida com a promessa de casamento por um jovem rapaz que exercia o ofício de serralheiro na cidade. Diante das rígidas regras familiares da época, a moça, como era de costume pediu ao jovem para resolver a situação amorosa dos dois. Porém, muito tempo se passou sem que o rapaz nada resolvesse.

⁹¹ Ibidem, p. 17.

Uma tarde, já cansada das desculpas do sedutor, que vinha protelando o pedido de casamento, a moça deliberou pôr um ponto final na situação. Disse-lhe que era preciso de um jeito e que aquilo assim não podia continuar. Ou sim ou não. Não aceitaria mais nenhuma desculpa esfarrapada. Usando dos mesmos argumentos de sempre, o rapaz pretendeu adiar ainda o casamento. Ela permaneceu irredutível. Que se resolvesse a ficar noivo até o próximo domingo ou então contaria tudo ao seu avô. Afinal, diante da atitude decidida da moça, o rapaz prometeu dar-lhe uma resposta definitiva no dia seguinte.

Passado algum tempo, Dioguinho descobriu a razão da tristeza de sua sobrinha. Seu primeiro namorado, que exercia o ofício de serralheiro na cidade, havia fugido para a casa da irmã, em outra cidade, quando foi pressionado a se casar. Dioguinho encontrou e inquiriu o rapaz sobre suas pretensões, e diante do desinteresse e das contradições do mesmo, resolveu acompanhá-lo até a casa onde o rapaz estava. Ao sair da venda onde estavam Dioguinho

[...] apanhara uma acha de lenha e vinha brincando com ele na mão. [...] Em dado momento, depois de certificar-se de que não eram vistos por ninguém, Dioguinho segurou o jovem pela gola do paletó [...] E ao som dos improperios que não cessava de repetir, foi-lhe dando de rijo na cabeça, com a acha de lenha. O moço nem gritou. Caiu alí mesmo, atordoado. Dioguinho deu-lhe mais quatro ou cinco pauladas — esfacelou-lhe a cabeça. Em seguida, montou no animal e tomou a direção da estrada, a caminho de casa.⁹²

Amoroso Netto esclarece, com a intenção de “respeitar essencialmente a verdade dos fatos⁹³” que quando já estava no processo de produção do penúltimo capítulo do livro, foi procurado em sua residência por um dos sobrinhos de Dioguinho, que garantiu não ser verídica a história contada sobre o segundo crime, que descrevemos acima, referente à sedução de sua prima e ao assassinato de seu sedutor. Segundo o parente de Dioguinho, esta história devia-se à “leviandade de um parente jovem e mal inteirado do passado de Dioguinho e sua família⁹⁴”.

Apesar de os crimes que, segundo Amoroso Netto, Dioguinho havia cometido, este ainda não possuía a fama de ser o maior bandido paulista de todos os tempos. Porém, vários outros acontecimentos desencadeados desde então deram à Dioguinho uma fama de um assassino sanguinário e cruel.

⁹² Ibidem, p. 23.

⁹³ Ibidem, p. 294.

⁹⁴ Ibidem, p. 294.

Ao escrever sobre Dioguinho, Amoroso Netto apresenta como contexto geográfico e político de sua narrativa o interior da província⁹⁵ cafeeira de São Paulo no final do século XIX. A introdução do café no Brasil ocorreu em 1727, quando Francisco de Melo Palheta trouxe para o estado do Pará as primeiras sementes da planta. Por volta de três décadas depois o café chegou à capital da colônia, no estado Rio de Janeiro, para em seguida, atingir a região do Vale do Paraíba⁹⁶ e do centro-oeste de São Paulo.

Nas férteis terras da região, localizada em altitude favorável e possuidora de um clima próprio para o seu cultivo, o café — “ouro verde” —, prosperou, e com ele os fazendeiros, mais tarde conhecidos como “barões do café”. Após uma grande expansão comercial, o produto espalhou-se rapidamente pelas fazendas de várias cidades da região, representando, por volta de 1854, 90% da produção da Província de São Paulo.

A implantação do sistema cafeeiro no interior de São Paulo em nível de exportação deu-se muitas vezes em grandes propriedades, com o emprego de trabalho escravo e utilizando técnicas e ferramentas bem simples, sem a preocupação com as condições de esgotamento da terra. Naquele período, a economia moderna por meio da expansão do ciclo do café e o consequente avanço da cultura para a região dos sertões paulistas causou grande impacto na paisagem do interior paulista:

[...] Inúmeras áreas ocupadas por roceiros e caipiras [de] São Paulo [...] cedem lugar a imensas fazendas cafeeiras. Nelas, as pequenas roças, estabelecidas nos interstícios das matas, são substituídas por grandes plantações. Florestas inteiras desaparecem de um dia para o outro, levando um especialista a reconhecer que, desde então, não existe “ferramenta melhor que a caixa de fósforos para estabelecer um plantação de café.”⁹⁷

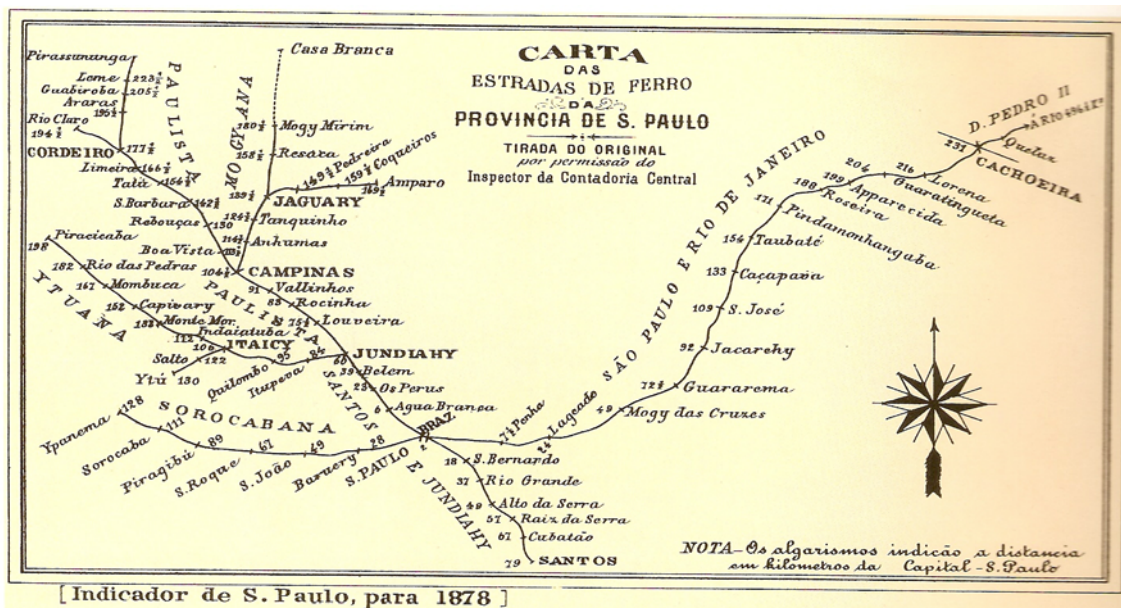
Esse fator foi ainda impulsionado pelo surgimento das ferrovias, que foram construídas para facilitar o escoamento do café para os portos. O século XIX foi para a Província de São Paulo, uma época de grandes transformações ecológicas, dadas, sobretudo, à idéia de progresso e desenvolvimento associadas. Houve nessa época a derrubada de grandes áreas de mata nativa para a expansão dos cafezais e para a construção dos muitos quilômetros de estradas de ferro pelas quais passariam os vagões de trem.

O mapa abaixo mostra um traçado que representa a malha ferroviária que se desenvolveu próxima às cidades onde Dioguinho atuou.

⁹⁵ O termo estado só passou a ser utilizado a partir da Proclamação da República, em 1889.

⁹⁶ O Vale do Paraíba Paulista é formada pela união de 39 municípios que encontram-se a leste do estado. Seu nome advém do Rio Paraíba do Sul, que atravessa a região.

⁹⁷ DEL PRIORI, Mary. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 124.



Mapa das Estradas de Ferro da Província de São Paulo, publicado no 'Indicador de São Paulo para 1878'.

Fonte: BARDI, P. M. *Lembrança do 'Trem de ferro'*. [S.l.]: Banco Sudameris, 1983. p. 59.

Até então, grande parte dos lucros com a produtividade das áreas cultivadas eram gastos com o transporte dos grãos até o porto. Esse transporte era feito por tropas que se dirigiam em uma trajetória de estradas precárias. Com a introdução das vias férreas e dos trens de carga, os grandes fazendeiros passaram a precisar cada vez menos das figuras dos tropeiros.

A iniciativa para a construção da malha ferroviária originou-se da necessidade de melhora das condições de transporte de mercadorias tipo exportação para o litoral, para que dos portos partisse para outros países. Havia a necessidade de encontrar alternativas para o caro transporte que resultava das difíceis condições de então, quando os lombos dos burros e mulas é que mantinham o fluxo dos produtos.

Além, é claro de maior quantidade de malha ferroviária, a acumulação de capital proveniente da economia cafeeira contribuiu também para o surgimento de bancos e empresas comerciais. Esses fatores atrelados a entrada de grande quantidade de imigrantes, a partir da década de 1880, serviu de estímulo de pequenos centros de consumo e de produção no interior paulista.

Assim, as estradas de ferro trouxeram grandes mudanças na economia cafeeira, além da diminuição das despesas com transporte e a valorização das porções de terras próximas aos trilhos. As ferrovias propiciaram a aceleração e tornaram mais eficientes as comunicações.

Após a fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, no ano de 1868, as estradas de ferro começaram a “rasgar” o interior paulista, desempenhando papel fundamental para o desenvolvimento e expansão da cultura cafeeira, bem como da ocupação espacial em diferentes regiões, havendo justa correlação entre desenvolvimento agrícola cafeeiro e ferroviário, o crescimento de antigos povoados e até mesmo a fundação de novas cidades.

As regiões férreas ficaram conhecidas pelo nome de algumas cidades, tornando-se legítimos pontos de referência: Zona da Paulista: cobria as cidades de Limeira, Rio Claro, Porto Ferreira, Araras, Leme, Pirassununga, São Carlos, Araraquara, Jaboticabal; Zona da Sorocabana: Sorocaba, Botucatu, e Lençóis (a Sorocabana foi uma exceção por vincular-se a produção de algodão e não de café); Zona da Noroeste: Presidente Alves, Cafelândia, Lins, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Bauru, Araçatuba, entre outras; Zona da Mogiana: Mogi-Mirim, Casa Branca, Amparo, São Simão Franca e Ribeirão Preto.

Estas regiões comportavam algumas estações de embarque e desembar, carregamento e descarregamento de produtos. Entre elas existia a estação Tatuca, situada na chamada Fazenda Velha, propriedade de Antônio Fernandes Nogueira, mais conhecido por coronel Tatuca. Essa estação, situada na Zona da Mogiana, era utilizada para carregar lenha. Corria-se o boato de que, desde o ano de 1872, “[...] o Coronel Tatuca, acoitava um bandido famoso à época, um tal de Dioguinho. [...] Era bandido, mas justiceiro. Matava as pessoas a mando do coronel Tatuca, mas, contavam, sempre era pra vingar alguma coisa⁹⁸.”

A província de São Paulo na época era constituída por uma baixa densidade demográfica. A paisagem do interior paulista era feita por enormes áreas despovoadas, que facilitavam fugas e esconderijos e, favorecia a atividade criminosa, agravada ainda, com a insuficiência dos dispositivos policiais, poucos recursos humanos e grandes dificuldades com os precários meios de comunicação da época.

Esse ambiente foi marcado pelo uso abusivo de poder e autoridade, por parte de fazendeiros prósperos e grandes latifundiários que agiam por meio de jagunços, que eram a extensão de seus braços, a milícia particular dos coronéis⁹⁹:

98MENEZES, Rogério. *Estações ferroviárias do Brasil*. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br/t/tatuca.htm>. Acesso em: 14 abr. 2008.

⁹⁹ Segundo FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, o sistema político na época, consistia em um compromisso entre os coronéis, chefes políticos da área rural, e o poder público. Ainda, segundo Flores, desde o período colonial os coronéis exerciam funções de justiça, proteção e assistência. Com a criação da Guarda Nacional, no período regencial, o chefe político local passou a exercer o mandonismo por meio do posto de coronel, estando seu poder político ligado à estrutura agrária, à sua fortuna, ao número de parentes e ao controle de certas profissões, exercidas por seus afilhados, como medicina,

Nesse ambiente em que predominava a politicagem, a polícia e até mesmo a magistratura viviam sob o peso de injunções nefastas, da parte de chefetes e facções. Não existia a polícia de carreira. Exerciam a função de autoridade policial indivíduos que nem sempre sabiam assinar o próprio nome, arrebanhados entre os apaniguados dos “coronéis” governistas. Por isso, sofriam a influência perniciosa de seus protetores que, em última instância, eram os verdadeiros mentores da polícia local.¹⁰⁰

Foi nessa época de forte bandoleirismo, onde vigoravam os grandes cafezais em fins do século XIX, que o personagem, Diogo da Rocha Figueira, segundo, Amoroso Netto, viveu.

Mas como veremos mais adiante, e como o próprio João Amoroso Neto destaca “Dioguinho [...] e outros que se salientaram no banditismo em nossa terra, foram produtos do meio e da época em que viveram. Tempo em que o “coronel” dominava a política do vasto território bandeirante.¹⁰¹”

Escravos e homens livres trabalhavam [nas atividades do café]. Aliás, esse último seguimento geralmente ocupava parte do território nas quais surgiam as fazendas cafeeiras. Na condição de posseiros, os caipiras e roceiros não tinham como proteger suas terras do avanço da lavoura de exportação. Muitos se deslocavam para áreas ainda não ocupadas. Outros resistiam a esse avanço, pegando em armas ou ingressavam nos grupos de foras da lei da região. Havia ainda aqueles que se tornavam agregados da grande propriedade. Viravam capangas, capatazes, feitores de escravos, tangedores de carro de boi, tropeiros ou mesmo simples empregados utilizados na derrubada das matas, quando então era muito arriscado o emprego da valiosa mão de obra escrava¹⁰².

Antes de tratarmos do terceiro assassinato cometido por Dioguinho e descrito por Amoroso Netto, vamos discorrer brevemente sobre algumas questões referentes às aparências e características físicas de Dioguinho, pois entendemos que isso nos ajudará a compreender melhor as motivações que o teriam levado a cometer seu terceiro crime.

advocacia, magistratura e tabelionato. Flores destaca, assim como outros historiadores, que uma característica marcante do coronelismo é o clientelismo, em que o voto era dado em forma de prestação de favores.

Iberê Dantas, contudo, em seu *Coronelismo e dominação* (Aracajú: UFS, 1987), considera que o voto nem sempre se constituiu como a principal fonte de poder do coronel. Sua hipótese sobre esse aspecto é a de que na Primeira República o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito mais significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto, enquanto tal. Diante das transformações político institucionais que afetam o Estado, o coronelismo vai explorando suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido e, por fim, o controle do eleitorado. Aí está a peculiaridade do coronelismo no Brasil: é a de que a fonte de poder do coronel apresentou algumas variações históricas. Se em um primeiro período o coronelismo se fundamenta no controle das massas e na legitimação da sociedade política, a partir da força de sua milícia particular, em um segundo momento, quando sua força coercitiva se torna desgastada, passa a explorar seu prestígio construído através de uma tradição de mando. E, somente em uma terceira fase o voto passa a ter papel primordial dentro do coronelismo.

¹⁰⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 13.

¹⁰¹ Ibidem, p. 13.

¹⁰² DEL PRIORI, Mary. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 135-136.

Se alguém o imaginasse como uma espécie de jagunço, desalinhado e maltrapilho, se espantaria ao visualizar a fotografia de Dioginho a seguir.



Fonte: GARCIA, João. *Dioginho, o matador dos punhos de renda*. São Paulo: Casa Amarela, 2002. Captura via scâner. Imagem extraída da capa do livro

Dioginho, era

um homem de metro e setenta e cinco de altura [...] magro, espaúdo, cabelos pretos repartidos do lado, bigodes escuros, sempre bem tratados, nariz fino, comprido e um tanto torto para um lado, olhos castanhos [...].

Seu traço mais característicos [...] é uma cicatriz no queixo¹⁰³, que dá a impressão de ter o mento separado em duas metades. Uns dizem ser proveniente de um tiro disparado acidentalmente por um amigo que examinava certa arma; outros, no entanto, a atribuem a um antigo acidente, quando Dioginho costumava mergulhar na lagôa dos Guedes, em Tatuí. Era ainda menino e um belo dia, ao atirar-se nágua, bateu com o queixo numa tora de pau que estava no fundo.¹⁰⁴

¹⁰³ Na página 234 da obra, Amoroso Netto atribui à Dioginho a versão de que um amigo que mexia em uma arma de fogo disparou sem querer, atingindo-o de raspão. Neste acidente, Dioginho ganhou a cicatriz e perdeu alguns dentes, substituindo-os por próteses de ouro.

¹⁰⁴ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 99.

Elegante na medida do possível, Dioguinho ostentava também — além dos ternos de casimira preta, das camisas com as mangas em babados, das botas lustrosas de couro e das esporas de prata, além do característicos lenço vermelho no pescoço —, belas armas em seu colde e facas de lâminas afiadas e de cabos muito bem trabalhados.

Essa fotografia foi provavelmente tirada a partir de um daguerreótipo, por volta de 1890. Como se sabe, o daguerreótipo ficou conhecido no Brasil em 1840, contudo, na época da fotografia, as grandes cidades contavam com um grande número de fotógrafos, e as pessoas podiam tirar fotografias a baixo custo no centro da cidade. Luiz Filipe de Alencastro, em artigo publicado em *História da vida privada no Brasil: Império diz que na década de 1870*, o preço das fotografias nas grandes cidades baixou consideravelmente, devido a concorrência entre os vários fotógrafos. Para se ter uma ideia, uma dúzia de retratos gravados em porcelana custava o mesmo que uma lata de conserva de abacaxi, e mais do que um sapato simples.

No interior, contudo, em razão da distância das lojas onde se vendia o material fotográfico, os preços aumentavam. Nas cidades do interior, a maior parte das fotografias eram tiradas por fotógrafos itinerantes.

Não faltaram os fotógrafos itinerantes, que iam de fazenda em fazenda oferecendo seus serviços, ou aqueles que montavam ateliês provisórios. [...] O retrato centralizado no busto [...] enfatiza a representação de poder própria às estátuas de grandes homens nas praças públicas. De fato, a estatuamania é uma moda da segunda metade do século XIX, e suas formas de expressão cruzam-se com a do retrato. Outros atributos de masculinidade são dados pela variação da barba, bigodes, costeletas, cavanhaques [...]. [...] O padrão da roupa masculina acompanha as tendências gerais do século XIX e caracteriza-se pelo signo da simplicidade: terno escuro, acompanhado de gravata-borboleta fina, colete preto, camisa branca e a corrente do relógio de bolso [...].¹⁰⁵

¹⁰⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2. p. 226, 228.



Fonte: Captura via scâner. Imagem extraída do livro de João Amoroso Netto, coletada no arquivo de Afrânio Zuccolotto

Os centros fotográficos na interior da província de São Paulo eram escassos, sobretudo, até o advento das estradas ferroviárias. Até então, os fotógrafos eram obrigados a arranjar animais de carga para levar todo o equipamento, pesado e frágil. Por isso, as viagens para as cidades interioranas, e entre elas, eram muito demoradas e caras, levava-se em média, uma ou duas semanas para se deslocar entre uma cidade e outra em busca da clientela, bastante reduzida devido ao alto valor cobrado, geralmente, pouco mais que o dobro do valor cobrado nos grandes centros urbanos, em razão dos maiores gastos por parte dos fotógrafos.

Em geral, os fotógrafos que praticavam esse tipo de empreitada no interior, não garantiam uma renda regular, e por isso, mantinham profissões paralelas, como a de negociantes, relojoeiros, dentistas, pintores, entre outros.

[...] Era o retrato o que mais atraía a clientela já consolidada na corte na década de 1860. Aliás, o século XIX, afora o fascínio causado pelas vistas estereoscópicas, foi dominado pela preeminência do retrato.

A pose é o ponto alto da *mise-em-scène* fotográfica oitocentista, pois nela combinam-se a competência do fotógrafo em controlar a tecnologia fotográfica, a ideia de performance, ligada ao fato de o cliente assumir uma máscara social, e a possibilidade de uma forma de expressão adequada aos tempos do telégrafo e do trem a vapor.¹⁰⁶

As fotografias corroboram o fato de que, na época em que foram tiradas, Dioguinho fosse possuidor de boa quantia financeira, o que lhe permitiu satisfazer sua vaidade fotográfica. Caso contrário, ele só poderia ter garantido seus retratos fotográficos, os quais podemos ver aqui, coagindo o profissional fotógrafo. No interior, apenas os mais abastados possuíam condições de contratar os serviços de um fotógrafo, e experienciar essa sensação visual que se tornou uma constante no século XIX, já que capacitava determinados indivíduos e grupos sociais a fomentar formas de autorrepresentação, sobretudo o retrato.

A distinção social de uma sociedade eminentemente agrária passou a ser associado com um padrão de representação diferente dela, identificado com elementos estrangeiros, ainda corroborado pela exposição fotográfica.¹⁰⁷

Nas duas fotografias que retratam Dioguinho alguns elementos ligados a um estilo elegante, e que remetem a certa distinção social, podem ser notados. Na primeira imagem, que provavelmente compunha uma *carte de visite*, Dioguinho pousa a mão esquerda sobre um objeto recortado, possivelmente uma cadeira, trajando um casaco preto de três botões, feito de casimira, colote igualmente preto, camisa branca, com os punhos da manga e o peitoral de renda, gravata borboleta, calça preta, vincadas na bainha, sapatos pretos, e um acessório importante o relógio de bolso.

Na segunda imagem, há um aspecto mais “despojado”. Sua gestualidade parece ser resultado do merecido descanso após um longo dia de trabalho. Há ainda, contudo, uma postura elegante sendo ostentada. Sentado sobre uma estrutura de madeira, com as pernas cruzadas, cotovelo direito sobre uma mesinha adornada com tapeçaria, a mão sustentando a cabeça. Dioguinho veste camisa branca, calça e colete pretos, gravata borboleta e uma sobrecasaca. É possível notar a seu lado, sobre a mesa do cenário, uma cartola, um chapéu alto, de aba estreita, de copa cilíndrica e alta, preto, muito popular no cenário europeu do século XIX.

¹⁰⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de, op. cit., p. 226; 228.

¹⁰⁷ Op. cit.

Segundo Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho, em seu artigo *Fotografias - usos sociais e historiográficos*, publicado em 2009, na segunda metade do século XIX, havia nos retratos uma predominância da presença masculina adulta, que contava com maior possibilidade de construir uma imagem pública de si.

Além das duas imagens mostradas acima, outra ainda é veiculada em um *blog*¹⁰⁸ na internet, creditando ser Dioguinho uma das pessoas fotografadas. No blog o seguinte texto acompanha assim diz:

Essa foto é uma das poucas fotos que se conhece do celebre facínora, conhecido como Dioguinho, nascido em Botucatu SP, no dia 09/10/1863 terminou os seus dias lá pelos lados de Ribeirão Preto, onde foi atocaiado no rio Mogi "Guassu". Contrariando as informações oficiais, até pouco tempo acreditava-se que Dioguinho, tenha terminado os seus dias com outro nome e que tenha residido e terminado os seus dias, na cidade de São Paulo. Como guia turístico e pesquisador, já estive com turistas, da melhor idade aqui na cidade, que afirmaram, terem conhecido e convivido com Dioguinho, "A lenda do Sertão".

¹⁰⁸ PEREIRA, Antonio Fernando. *Botucatu e cultura*. Antonio Fernando Pereira blog. Disponível em: <<http://botucatuicultura.blogspot.com.br/2010/05/foto-de-diogo-da-rocha-figueira.html>>.

A fotografia a qual o texto se refere é a seguinte:



Fonte: PEREIRA, Antonio Fernando. *Botucatu e cultura*. Antonio Fernando Pereira blog. Disponível em: <<http://botucatuicultura.blogspot.com.br/2010/05/foto-de-diogo-da-rocha-figueira.html>>.

Dioguinho é identificado como a primeira pessoa a esquerda. Contudo, o homem trajando camisa, casaca e lenço brancos, calça risca de giz, chapéu, coldre bem ornamentado, onde uma arma polida descansa, acompanhado de mais dois outros homens, que pelas descrições físicas, podiam muito bem ser associados aos comparsas de Dioguinho, não é

o mesmo que posa nas outras duas fotografias anteriores. E, apesar do aspecto deteriorado, a fotografia parece ser mais recente.

Como já dissemos, Dioguinho, na medida do possível, vestia-se de maneira elegante. Muitas de suas roupas eram compradas em um armazém de propriedade de um imigrante turco. O comerciante de nome Salim, oferecia muitas novidades e uma diversidade de produtos em seu estabelecimento: roupas, perfumes, ferramentas, armas e munições, relógios, entre outras coisas. A fama de sua loja se devia a dedicação do comerciante, que sazonalmente viajava à capital do estado para adquirir os produtos para revender.

Certo dia, visitando o estabelecimento do turco — do qual era cliente antigo — em busca de uma trena, Dioguinho granjeou um acessório que estava na moda entre os moradores das grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, inspirados na moda e no estilo de vida europeus: um chapéu estilo palheta.

Orgulhoso de ser o primeiro rapaz da cidade a comprar esse modelo de chapéu, Dioguinho resolveu utilizá-la em um baile de aniversário, que haveria naquela mesma noite, na rua 11 de Agosto, na cidade de Tatuí, mesmo.

Chegando na festa, um dos amigos de Dioguinho, dançarino famoso na cidade, prontificou-se a ensinar alguns presentes a dançar a mazurca¹⁰⁹. Esse trecho descrito por Amoroso Netto, por meio do personagem professor de dança, é uma verdadeira aula da dança polonesa:

[...] No primeiro tempo, o cavalheiro avança com o pé esquerdo, ficando com o pé direito afastado vinte e cinco centímetros do esquerdo, porém na mesma posição. [...] No segundo tempo, coloca a ponta do pé direito junto do calcanhar do pé esquerdo, [...] e marca dois tempos.

[...] No terceiro tempo, o pé esquerdo avança e, como no primeiro tempo, coloca os pés assim, e marca três tempos. No quarto tempo, a ponta do pé direito avança e encosta no côncavo do pé esquerdo; roda [...] e marca quatro tempos. Agora, no quinto tempo, o pé direito avança, e com o calcanhar vai tocar o côncavo do pé esquerdo, e marca cinco tempos. [...] No sexto tempo, é o pé esquerdo que avança, e o calcanhar do pé direito recua, indo tocar o calcanhar do pé esquerdo, [...] e marca sete tempos. E agora, o último: o cavalheiro se ergue [...], roda nas pontas dos pés e marca oito tempos. [...]¹¹⁰

Dioguinho que até então, ao contrário dos colegas, só observava, ao ser perguntado se havia aprendido a lição, resolveu demonstrar o aprendizado com uma dama.

¹⁰⁹ Dança tradicional de origem polonesa, que era muito utilizada por compositores românticos como, por exemplo, Chopin. O par dançante deve formar figuras e desenhos diversos, em compasso de $\frac{3}{4}$ de tempo. O ritmo é pontuado, mais acentuado no 2º e 3º tempo do compasso.

¹¹⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 27-8.

Quando a música começou, ele colocou sua palheta sobre uma cadeira e convidou uma das mulheres presentes para dançar. Os passos trôpegos de início, logo deram lugar a pisadas suaves e bem marcadas. E, apesar da dificuldade da coreografia para um iniciante, Dioguinho não deixava de observar seu chapéu.

Em dado momento, um dos jovens ali presente — em virtude de sua desatenção — sentou-se sobre a palheta, fazendo com que o barulho do craque soasse tão alto quando a música. Dioguinho “abandonou a dama e flechou pra cima do desastrado, feito uma fúria. Sem dizer água vai, de um só golpe cravou-lhe a faca no peito, até o cabo!”.¹¹¹”

Este crime narrado acima é o primeiro cometido por Dioguinho que carrega a marca do assassinato por motivo fútil, diferente das motivações anteriores — legítima defesa e vingança. O crime perpetrado por motivação fútil é aquele caracterizado por uma grande desproporção entre a causa e o resultado da agressão.

Atualmente, segundo o artigo 121 do Código Penal, matar alguém dessa maneira incide em uma pena que pode variar de doze a trinta anos de reclusão. Já, de acordo com o Código Penal de 1890, matar alguém incidia em uma pena de seis a vinte e quatro anos de reclusão. Contudo, se o crime fosse perpetrado com circunstâncias agravantes, a pena seria agravada de doze a trinta anos de reclusão. Um desses agravantes era a frivolidade do ato.

Após tentar fugir, Dioguinho foi perseguido por homens presentes no local e entregue à polícia. Processado por este crime, o terceiro assassinato narrado por Amoroso Netto, foi absolvido, como nos dois casos anteriores.

Apesar de ter sido absolvido pela justiça, Dioguinho, contudo, passou a angariar inimigos.

Certo dia, enquanto aguardava uma empreitada de trabalho na fazenda de um amigo seu, nas imediações da cidade de São Simão, Dioguinho ordenou a um tal Joaquim¹¹², seu auxiliar na época, que fosse ao centro da cidade comprar mantimentos, jornais e munições. Lá, ao passar em um bar para “molhar a garganta” antes de voltar à fazenda, o homem tomou conhecimento de uma emboscada que estava sendo armada para dali alguns dias contra seu patrão a mando de um coronel da região.

Logo que soube, Dioguinho partiu ao encalço do grupo que tramava contra ele. Junto com Joaquim, ele sequestrou um negro chamado Laudelino. Diante de sua negativa

¹¹¹ Idem, p. 28

¹¹² Depois reconhecido pelo nome Eliseu Prudente, com mais de vinte anos de idade, natural de Diamantina, Minas Gerais. Filho de José Mateus, um ex-escravo.

em delatar os companheiros, ele foi amarrado ao tronco de uma árvore no meio do capão, próximo a um riacho, por Dioguinho que sem cerimônias, nem piedade

[...] puxando da faca [...] começou a arrancar o couro cabeludo do negro. Foi arrancando, devagarinho, sem se impressionar com os uivos de dor do desgraçado [que] tomado de pavor, debatia-se em tremenda luta íntima: se não contasse morreria; se contasse, seria denunciar seu primo e mais dois companheiros, que haviam empreitado uma tocaia contra o facínora.

Dioguinho, dizendo os mais pesados impropérios, continuava, com um sorriso sádico, a arrancar o couro da cabeça do infeliz.

[...] O couro cabeludo, caído sobre os olhos, com o sangue a escorrer, dava-lhe um aspecto horripilante. Dioguinho destampou [uma] garrafa de pinga e despejou o líquido sobre a ferida sangrenta. [...] ¹¹³

Não suportando mais o suplício Laudelino confessou os planos de uma emboscada contra Dioguinho que se realizaria em uma encruzilhada, na manhã do dia seguinte, que ele, seu primo e mais dois homens haviam se organizado para matá-lo. A isca seria o convite enviado pelo coronel para que Dioguinho o encontrasse em sua fazenda.

Assim, Dioguinho o desamarrou e o despachou. Contudo, ainda não havia dado mais de dez passos cambaleantes quando foi surpreendido por uma bala nas costas, caindo morto com a cabeça na água corrente das margens do riacho.

Às dez horas e quinze minutos da manhã do dia seguinte, Dioguinho acompanhado de Joaquim — que tinha ordens para atirar ao sinal do patrão — chegaram a um espigão próximo da tal encruzilhada, desceram do cavalo e decidiram continuar o trajeto a pé, com muito cuidado, evitando fazer barulho. Andaram um pouco quando pararam para tentar ouvir algo. Acerca de cinquenta metros adiante, Dioguinho avistou três homens armados acocorados na mata, e sinalizou para Joaquim, indicando qual deles devia ser acertado.

Dioguinho levantou a carabina até a altura dos olhos e fez sinal com a cabeça. Ouviram-se dois estampidos e, logo depois, um outro. Correram para os homens. Dois estavam mortos e o terceiro ainda gemia. Dioguinho deu-lhe um tiro de garrucha na cabeça.

Sacou, então, da faca, e começou a arrancar a pele do rosto das vítimas, da testa até a boca, para que não fossem reconhecidas. A seguir, tirou-lhes o que traziam nos bolsos. Finalmente, arrancou-lhes as vísceras, atirando-as para um lado. ¹¹⁴

¹¹³ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 35.

¹¹⁴ Ibidem, p. 41.

Além de Laudelino, Amoroso Netto cita o nome de mais uma das vítimas, um homem de tez morena e que levava no pescoço um lenço amarelo era conhecido como Cuiabano.

Cada um de nós podemos nos utilizar do uso de diversas máscaras, tantos quantos forem os papéis variados que desempenharemos em nossas vidas. Vestimos máscaras todos os dias, de acordo com o ambiente, e dependendo das intenções que temos. Usamos a máscara acadêmica, a máscara de amante, de dona de casa, de filho, de marido, de chefe, de empregado, do político, do politicamente correto, e mais uma infinidade delas, cada qual de acordo com nosso gosto e vontade. A ideia de máscara funciona como um arquétipo associado ao comportamento relacionado ao contato e convívio social, que se manifesta de acordo com o ambiente. Ou seja, é o modo como cada pessoa se apresenta ao mundo e às pessoas, incluindo o gestual e o visual, permitindo à pessoa a possibilidade de adaptar-se aos mais diversos ambientes, ou ainda, diferenciar-se.

Pelo desenvolvimento do texto, Amoroso Netto imputa a Dioguinho uma máscara que, até então não estava no *hall* do agrimensor botucatuense: a máscara belicosa do assassino.

E não foi somente Amoroso Netto que atribui à Dioguinho a fama de cruel matador. Aspectos de sua história foram entoados também na moda caipira de raiz, uma expressão musical muito marcante da cultura popular do sudeste e centro-oeste do país, sendo um estilo musical típico deste universo interiorano.

Na década de 1950, o compositor e poeta paulista Ado Benatti, popular sob o pseudônimo de Zé do Mato compôs duas canções musicadas pelo também paulistano Anacleto Rosas, *Os crimes de Dioguinho* e *A morte de Dioguinho*. Ambas foram gravadas em duas vozes pela dupla Serrinha & Caboclinho.

Há exemplo de outros gêneros musicais abordados com mais frequência no meio historiográfico, o gênero caipira, possuidor de uma identidade cultural e de uma estética muito particular, também pode nos servir como fonte privilegiada a respeito de temas brasileiros.

O caipira, produtor desse material musical, foi, por muito tempo, vítima de grande preconceito. Segundo os positivistas, no natal da República, esse tipo representava um antagonismo ao progresso da nação.

[O caipira] foi estigmatizado com atributos negativos e visto como um homem atrasado, destituído de cultura. Seu primeiro espaço social, o sertão, também era visto pelas elites como um espaço vazio, inculto, terra de variados tipos anti-sociais em que se incluíam criminosos, degredados, e às vezes, nas credices populares, até lugar de morada para o demônio. [...]¹¹⁵

O sujeito caipira, contudo, cunhou um universo de produção de cultural próprio nos campos da religiosidade, da literatura, da comida, da dança, e, sobretudo, da música.

Podemos sentir que há nesse tipo de canto uma valorização da vida, mesmo quando o assunto tratado é dos menos cômodos e bule com o sossego do corpo e do espírito. Com sua poética trágica e sua melodia doce, a moda caipira de raiz nos conduz a um estado onde os sentidos se aguçam e conduzem o corpo a sentir suas histórias, os sóis e as sombras narradas, os odores, as texturas e até mesmo o medo, “a poesia cantada é sem dúvida a mais potente dessas expressões, no mundo caboclo”¹¹⁶.

Há na moda caipira de raiz um aspecto trágico, no sentido em que não há uma dissociação entre o pensamento e a vida. Na maior parte da produção cultural caipira, podemos perceber que não há uma desintegração entre o viver e o pensar do sertão, que João Guimarães Rosa tão bem descreveu:

[...] Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos, onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu jesus-cristo, arredado do arrocho de autoridade. [...] Mas, hoje, que na beira dele, tudo dá — fazendões de fazendas, almargem de vargens de bom render, as vazantes, culturas que vão de mata em mata, madeiras de grossura, até ainda virgens desses lá há. Os gerais corre em volta. Esses gerais são sem tamanho. Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniões... O sertão está em toda a parte.¹¹⁷

Há, em boa medida, nas produções dessas modas caipiras de raiz, um espírito de afirmação da vida e de vontade da vida, tal como ela é, sem muita culpabilidade.

O pensamento afirmativo é trágico porque, a rigor, trágica é a própria afirmação, eta qualidade da vontade de potência. E é trágica porque, envolvendo-se com o eterno retorno, ela afirma o acaso e a necessidade do acaso, o devir e o ser do devir, o múltiplo e o uno do múltiplo.¹¹⁸

¹¹⁵ CHAVES, Edilson Aparecido. Lições do caipira. *Educação*, maio 2007. p. 73.

¹¹⁶ SANT'ANNA, Romildo. *A moda é viola: ensaio do cantar caipira*. São Paulo: Arte & Ciência; Marília: UNIMAR, 2000. p. 25.

¹¹⁷ ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 1.

¹¹⁸ CHAVES, Edilson Aparecido, op. cit. p. 73.

É nesse sentido que elas são trágicas, como o próprio modo de viver do caipira, que valoriza o instante frente às adversidades do sertão, lugar de vivência do caipira. Há nessas produções um sentimento do trágico enquanto experiência estética e transpassada por uma ética, elas resgatam, de certo modo, o espírito que encontrou sua maior expressão na Grécia pré-socrática.

No Brasil, as primeiras músicas desse gênero foram gravadas na década de 1920 e estavam sempre vinculadas aos temas da vida caipira, como o trabalho, a religiosidade e ao lazer. Esse segmento temático estendeu-se até a década de 1960, época de crise campestre, que acarretou um grande movimento migratório para o meio urbano.

Segue abaixo a composição *Os crimes de Dioguinho*:

*Diogo da Rocha Faria, conhecido por Dioguinho,
Fez o seu primeiro crime por causa de um irmãozinho.
Na cidade de Tatuí, por um tapa no Joãozinho,
Matou o pobre gerente dum circo de cavalinho.*

*Depois arranhou capanga, gente ruim sem coração,
O Dornelo e o Baianinho, o Joãozinho, seu irmão,
Também Antônio soldado, caboclo sem compaixão,
E um tal Curitibano. Todos cabra valentão.*

*De uma sua sobrinha, liquidou o namorado,
Que cortou com uma faquinha uma orelha do coitado.
Tinha vinte e quatro orelha o Dioguinho ajuntado,
Num colar que ele trazia no seu peito pendurado.*

*Num baile matou um moço, n'otro baile dois soldado,
Marciliano Fogueteiro foi morto lá no serrado.
Atirou-se de carabina Dioguinho atocaiado,
Matou um tal de Cuiabano e mais dois pobre coitado.*

*Zé Venâncio e João Batista, dois homem de estimação,
Na viagem que faziam a cavalo pro sertão,
Perto de um riozinho foram morto a traição
Por Dioguinho e Dornelo, escondidos num capão.*

*Ribeirão Preto e Cravinhos, São Carlos e São Simão,
Terras onde o Dioguinho viajava com seu irmão,
Com seu cavalo Leviano, varava aqueles rincão,
Deixando rastro de sangue, de luto e desolação.*

Gravada no ano seguinte a publicação do livro de *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*, a composição acima faz referências claras aos acontecimentos

narrados no livro escrito por João Amoroso Netto, inclusive o violento assassinato que citamos, de Cuiabano e seus companheiros.

A violência como um fenômeno social existe e se manifesta de inúmeras maneiras e com intensidade variável, atingindo suas vítimas de maneira direta ou indireta. Além disso, atos com um nível de violência aproximados, podem diferenciar-se quanto as suas justificativas ou legitimidade. De maneira direta, ela se manifesta na imprevisibilidade, na casualidade dos acidentes, sendo muitas vezes a única possibilidade de algumas pessoas terem contato com sangue. Indiretamente, ela nos atinge por meio da comunicação de massas, onde recebemos, em momentos de tranquilidade, informações a respeito da existência de acontecimentos violentos e beligerantes ocorridos no passado, em vários lugares do mundo — como bombas lançadas sobre casas e cidades de pessoas inocentes — e, também, situações de violência cotidiana e diária ocorridas, muitas vezes, no mesmo núcleo social que convivemos. (HOBSBAWN, 1969)

O crime não é, e não foi sempre igual em diversas sociedades e em diferentes períodos da história. Muitos de nossos comportamentos poderiam ter sido considerados criminosos em outros momentos e em outras sociedades.

O crime não é um fenômeno igual em todas as sociedades e em todos os momentos da história.

[...] A tentativa de suicídio não é crime no Brasil, mas é punida na Inglaterra. Em sociedades como a japonesa o suicídio, em certas circunstâncias, é a conduta esperada, enquanto a tentativa fracassada pode ser uma vergonha para o indivíduo. [...]

Não existem, portanto, crimes naturais, ou seja, condutas humanas naturalmente criminosas em todas as sociedades e em todos os momentos da história. [...]¹¹⁹

Os crimes atribuídos a Dioguinho, em sua maioria, permaneciam ignorados. Mesmo quando tornavam-se públicos ou amplamente noticiados, interpunham-se obstáculos ao funcionamento da justiça, resultando na impunidade do criminoso, contribuindo para o aumento da impunidade. Tal fato devia-se, principalmente a amizade dos homens poderosos do local, “Estimado por alguns, protegido de muitos e temido por todos, Dioguinho tinha como certa a sua impunidade”.¹²⁰

Naquela época vigoravam a Constituição brasileira de 1824 e o Código Criminal de 1830, ambos desenvolvidos com o intuito de substituir o “[...] aparato legal e

¹¹⁹ DORNELLES, João Ricardo W. *O que é crime*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 41.

¹²⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 78.

institucional herdado de Portugal, particularmente as instituições judiciais, policiais e de punição que haviam sido criadas em decorrência das Ordenações Filipinas. [...]”¹²¹ Tanto o Código de Processo Criminal modificado em 1841, quanto o Código Criminal diferenciavam os

[...] modos de proceder para os crimes públicos e para os particulares. Os primeiros davam causa a ação penal promovida pelo promotor público ou por qualquer cidadão (quando cabível a ação penal popular), entre eles estavam incluídos os crimes políticos.

Já os crimes contra os particulares conferiam ao ofendido a possibilidade de promover a ação penal, até mesmo o homicídio era considerado particular, pois ofendia a segurança individual. [...]”¹²²

Contudo, “[...] a estrutura social continuava imersa na escravidão, e o poder daquelas elites ainda se assentava em mecanismos de imposição da ordem que requeriam pouca mediação dos instrumentos estatais de justiça.”¹²³

É importante notar que estamos tratando de um período recente de transição de regimes políticos, do monárquico para o republicano. No final do século XIX, o país passava por uma séria crise marcada por divergências políticas e muitos problemas sociais.

Uma parcela da elite cafeeira escravista estava insatisfeita com a abolição e por não terem recebido o pagamento de indenizações pela perda de seus escravos. Ainda, a classe média, composta por profissionais liberais e comerciantes, buscava melhores condições de vida e maior participação política, ansiando muitos cargos públicos ocupados pelos membros da Corte. Além disso, os militares que saíram fortalecidos da Guerra do Paraguai queriam maior autonomia, melhores salários e maior participação política.

Lembremos [que], principalmente em São Paulo, as transformações socioeconômicas haviam gerado uma classe baseada na produção cafeeira que assumiu com toda a consequência um dos aspectos principais da descentralização: a defesa da autonomia provincial. Ao mesmo tempo, entre grupos de base social diversa, como essa burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma convicção nova. Ela consistia na descrença de que reformas descentralizadoras ou de ampliação de representação política pudessem ocorrer nos quadros da Monarquia [...]”¹²⁴.

¹²¹ FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 2.

¹²² *Idem*, p. 5.

¹²³ *Ibidem*, p. 5.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 99; 103.

As ideias republicanas já circulavam no país desde o período colonial. Contudo, somente a partir da década de 1870 o Movimento Republicano — formado por profissionais liberais, jornalistas, militares, escritores, entre outros — ganhou força.

Entre os grupos sociais que desejavam implantar a República no Brasil, uma parcela do Exército conhecida como “mocidade militar” estava entre os mais atuantes. Seus membros possuíam uma forte tendência ao republicanismo, pois tiveram contato com militares brasileiros que lutaram na Guerra do Paraguai ao lado de oficiais republicanos da Argentina e do Uruguai e, também, pela influência do pensamento positivista¹²⁵.

Desse modo, republicanos civis e militares se uniram na tentativa de convencer altos oficiais do Exército a participar de um golpe de Estado para derrubar a monarquia e implantar a República. Deodoro da Fonseca, marechal de grande prestígio por sua atuação na Guerra do Paraguai, estava desapontado com a política militar do imperador, e acabou aderindo à causa republicana. E, no dia 15 de novembro de 1889, Deodoro, no comando de militares republicanos e alguns civis, invadiu o 1º Regimento do Exército, sem encontrar qualquer resistência, e demitiu o gabinete ministerial.

[...] Ante os boatos de que ele [Deodoro] e Benjamin Constant seriam presos, dirigiu-se no dia 15 à Praça da Aclamação, atual Praça da República, para depor o ministério Ouro Preto. De tal ação surgiria a proclamação da República, que, conforme nota da historiadora Wilma Peres Costa, “marca a emergência das forças armadas como ator político na história brasileira”. Embora tenha tomado a forma de um golpe de Estado, na verdade, resultou de um longo processo iniciado na década de 1850 e acelerado a partir dos anos 1870, traduzindo um descontentamento generalizado. [...]¹²⁶

Proclamando a República, os líderes republicanos assinaram o primeiro decreto do novo governo, instituindo um governo provisório, presidido pelo próprio marechal Deodoro, e transformando as províncias do Brasil em estados federativos.

O novo regime quis estabelecer e fazer valer seus valores, um dito discurso de verdade republicano. O Código Penal, uma de suas ferramentas,

¹²⁵ Desenvolvido na França no início do século XIX pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), o positivismo apresentava os princípios do que seria uma nova era, científica e positiva. Nessa nova era, seriam estabelecidos, em vários países, governos republicanos preocupados em manter uma ordem social que garantisse o progresso da humanidade por meio da indústria e da ciência. No Brasil, essas ideias influenciaram os jovens militares, que se identificavam com o progresso científico proposto por essa doutrina. Já os civis foram atraídos pelo ideal positivista de um Estado republicano forte e preocupado com políticas sociais.

¹²⁶ QUEIROZ, Suely Reis de. “15 de novembro de 1889: Proclamação da República”. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 265-6.

[...] instaurou novos dispositivos penais abertamente repressivos sem nenhuma sutileza, dispositivos estes que estavam diretamente relacionados às demandas por mais ordem, controle e disciplinamento das condutas, principalmente dos agentes sociais que pudessem afetar a ordem pública e as instituições republicanas.

A que fins visavam estes dispositivos das práticas penais ao enquadrar certas condutas consideradas desviantes e que precisavam ser disciplinadas? Quais condutas a República pretendia silenciar e que discurso de verdade era necessário produzir e interiorizar na consciência das pessoas?¹²⁷

O interesse republicano era substituir a violência privada dos coronéis pela força pública policiadora do Estado. O novo Código Penal do regime republicano possuía uma especificidade muito mais voltada ao sistema de repressão, que não surgiu por acaso, eram dirigidas, e deveriam fazer-se valer para que fosse notório que a República funcionasse. Assim, “os dispositivos de controle social, implementados pelo governo republicano, através das fontes legais, estabeleceram as práticas de manutenção da ordem [...]”¹²⁸

Constituiu-se então um novo discurso de verdade para justificar as demandas do poder republicano. Os comportamentos passaram a ser classificados pelo Código Penal como anti-sociais e ilícitos. A partir daí criou-se um discurso de verdade estereotipando delinquentes e contraventores, tudo a serviço do poder vigente, no caso o republicano.

A estratégia do Estado republicano era a de substituir a prática da violência privada pela violência pública, demonstrando que somente pela força legal, isto é, pela lei, seria possível controlar os conflitos e os litígios [...] lei teria por finalidade reconstituir a ordem pública violada e registrar a presença da autoridade como guardião da sociedade [...]. Instaurar ao nível ideológico a crença na justiça enquanto uma instituição soberana e acima dos interesses particulares [...]. Se tomarmos a lei como pressuposto para entender a repressão, não iremos além de uma constatação do ato de castigar, mas a sua utilidade ou efeito está associado à necessidade da ordem e para engendrar a obediência. No entanto, a razão da lei não se esgota no princípio da obediência. A lei, na verdade, se relaciona com a ordem e a disciplina, mais do que com o castigo, como muito bem assinalou Michel Foucault. Embora a lei estabeleça a punição como medida de correção disciplinar, o seu efeito mais extensivo é de ordem moral, pois atinge a consciência, não só do punido, mas de toda a sociedade, e institui o sentimento de obediência [...].¹²⁹

¹²⁷ ALVES, Paulo, op. cit. p. 28.

¹²⁸ Idem, p. 28.

¹²⁹ Ibidem, p. 31.

“[...] Entendiam os republicanos ser necessário o policiamento da sociedade, para a sua adequação ao progresso e à modernidade.”¹³⁰ Entendendo aqui, modernidade como um conceito vinculado ao pensamento ocidental, em um processo de racionalização da vida que atinge as esferas da economia, da política e da cultura. Desta forma, o mundo moderno só poderia ser compreendido por meio da razão, e dessa maneira, o discurso da ciência passou a ter *status* de verdade. Esse discurso preconizava a racionalização dos seres humanos, de suas ações e relações para com a natureza, necessária, nesta ótica, para que os seres humanos pudessem atingir o progresso por meio da eficácia científica, garantindo o grande controle destes para com a natureza. A República ia, portanto, modelando seus discursos, significados de verdade aos comportamentos sociais, através da lei, que classifica determinado comportamento como certo ou errado, bom ou mal. O “Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891 – primeiras medidas republicanas que vieram definir o modo de governar e gerenciar o poder do novo Estado.”¹³¹

Organizar o poder significava instituir estratégias que pudessem efetivar os meios de controle e de ordem sobre toda a sociedade. A urgência dos republicanos em estabelecer as regras legais ao conjunto das classes sociais derivava de uma necessidade daquele momento histórico, pois os acontecimentos que se seguiram após a proclamação apontavam para a emergência de sérios conflitos políticos, como a própria história depois se encarregou de confirmar.

[...] O Código Penal republicano ficou pronto em menos de um ano e era uma cópia aperfeiçoada do Código Criminal do Império, que durara de 1830 até 1889. A Constituição e o Código Penal marcaram nitidamente o modo de pensar e de fazer a política republicana. Os comportamentos dos grupos sociais que se opunham à ordem da República eram enquadrados nos dispositivos disciplinares da lei penal e da Constituição. [...].

O Código Penal tem importância vital na organização, tanto com relação ao Estado quanto à sociedade. A preocupação dos novos dirigentes republicanos era, em primeiro lugar, com a ordem; daí, então, a necessidade de se apressar a instituição do Código Penal, sem mesmo ter a Constituição republicana [...].¹³²

Já que a primeira preocupação dos dirigentes da República era a ordem, por meio do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891, “[...] primeiras medidas republicanas que vieram definir o modo de governar e gerenciar o poder do novo Estado.”¹³³, buscava-se, portanto, instaurar novos mecanismos para administração e para o controle da ordem social. Contudo, a nova legislação fora considerada ineficaz por setores da elite que se

¹³⁰ Ibidem, p. 28.

¹³¹ Ibidem, p. 12.

¹³² Ibidem, p. 12-3, 15.

¹³³ Ibidem, p. 12.

inspirava em teorias europeias, como a antropologia criminal de Césare Lombroso.¹³⁴ O distanciamento e o conseqüente fracasso na participação política por parte da maioria da população em relação aos ideais republicanos, assegurou, de certo modo, a execução de controle da ordem social por parte da elite republicana nascente, exercida contra os inimigos da ordem política e social.

Os processos policiais permitiram a intervenção policial em vários casos criminais. Assim, a polícia, apesar de se enquadrar em uma esfera jurídica complementar, era administrativamente autônoma da justiça criminal, o que permitia exercer a vigilância e o controle social baseado em mecanismos e regulamentos exclusivos.

A polícia, considerada em seu todo, compreende e significa a vigilância exercida pela autoridade para manter a ordem e o bem ser público em todos os ramos dos serviços do Estado, e em todas as partes e localidades. Esta vigilância constante é um dos primeiros deveres de toda a administração, por isso mesmo que a administração é quem deve prevenir os perigos e os delitos, e resguardar os direitos individuais; é ela também quem tem o encargo de descobrir os crimes, coligir e transmitir à autoridade competente os indícios e provas, reconhecer ou capturar os delinquentes, concorrer para que assim sejam entregues aos tribunais e sujeitos a aplicação da lei.¹³⁵

Cabe dizer que, a repressão, que é em si um conjunto de expressões de poder, que visa controlar o comportamento e o pensamento das pessoas, constitui-se como um fenômeno histórico, da ordem do poder e da linguagem. A ordem republicana buscava assim estabelecer seus valores por meio dos discursos fundados em supostos valores de moral e de verdade e na própria prática social. Este é um dos motivos que me permitem discorrer sobre o assunto em meu trabalho.

Os direitos surgem, modificam-se e desaparecem, segundo as relações de força que neles se exprimem — o mesmo ocorre com os sentidos dados às palavras. Considerá-las como portadoras de um sentido unívoco e eterno equivale privilegiar uma maneira de ver, e querer impor uma única ‘realidade’.¹³⁶

¹³⁴ Césare Lombroso (1835-1909) foi médico, professor universitário e criminologista italiano. Tornou-se mundialmente famoso por seus estudos e teorias no campo da caracterologia, ou a relação entre características físicas e mentais.

¹³⁵ BUENO, José Antonio Pimenta. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. Rio de Janeiro: J. R. dos Santos. 5. ed. corr. e aum. por João Ribeiro do Couto, 1992. p. 14.

¹³⁶ NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência* apud ALVES, Paulo, op. cit., p. 35.

Assim configuravam-se os meandros coercitivos da República e seu discurso de verdade. Contudo, variados foram os discursos a respeito de Dioginho, tantos quanto foram-lhe as máscaras atribuídas.

Muito se falou do famoso Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, companheiro de Maria Bonita, que junto de seu bando dominou o sertão nordestino de 1918 a 1938 e foi o maior expoente do cangaceirismo¹³⁷.

De acordo com a antropóloga Luitgarde Cavalcanti, Lampião e seu bando só conseguiram atuar durante 22 anos no sertão nordestino, praticando uma série de crimes, porque servia a elite da época. Elite que ao mesmo tempo reclamava ao governo federal acabar com os cangaceiros, fazia acordos clandestinamente com seus chefes, negociava armas e os contratava como jagunços para combater seus desafetos e alastrar suas posses de terras.

O “rei do cangaço”, contudo, enquanto vivo e mesmo algumas décadas após sua morte, não era bem querido e cantado nos versos dos cordéis. Os cordéis não davam glórias à Lampião, ao contrário, no fim das histórias seu destino era quase sempre o inferno.

A abordagem a seu respeito só começou a mudar a partir da década de 1960. Lampião passou a figurar como um símbolo de justiça social, encaixando-se perfeitamente no enquadramento propagandístico comunista como um modelo de “herói camponês”. E já na segunda metade da década de 1960, durante a ditadura “a esquerda se afezrou a símbolos da libertação popular, não havia mais dúvidas sobre quem teriam sido os vilões e os heróis nos combates entre cangaceiros e a polícia corrupta dos coronéis.”¹³⁸

Lampião é, certamente, um dos principais personagens retratados nos cordéis. Há centenas de referências a ele e muitos cordéis escritos louvando sua bravura e seus feitos, como um herói que se rebelou contra uma sociedade injusta, contribuindo para torná-lo um mito afamado ainda hoje.

Contudo, diferentemente de Lampião, que segundo Luitgarde¹³⁹ não era mitificado pelo povo enquanto foi vivo, ele, Dioginho se tornou uma lenda ainda em vida.

¹³⁷ A partir de 1845, com as secas e com o crescimento demográfico, pacíficos sertanejos transformaram-se em salteadores famintos. Durante as secas de 1877-79, assaltantes individuais organizaram-se em grupos de cinco a 20 indivíduos. Cessada a seca, desapareceram os assaltantes. Com o advento da República, as oligarquias municipais entraram em luta armada como meio de obter fortuna pessoal e poder. As polícias estaduais suprimiram a Guarda Nacional municipal, passando os intendentos (prefeitos) a nomear os chefes de polícia e a recrutar criminosos e bandidos como policiais, como aconteceu no Crato, CE, (1892-1900). Cangaceiros mercenários serviam os chefes políticos. (FLORES, 2001, p. 130-1.)

¹³⁸ ALDÉ, Lorenzo. A sedução dos bandidos: de Lampião a Leonardo Pareja, o que nos atrai nesses fora da lei? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, p. 18.

¹³⁹ CAVALCANTI, Luitgarde. *A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

E o reconhecimento de sua “grandeza” é ter sido retratado pelo cordelista Antonio Teodoro dos Santos¹⁴⁰ como alguém a altura do “rei do cangaço”, no cordel intitulado *O encontro de Lampião com Dioguinho*, publicado em 1960. E, se levando em conta do valor mítico de Lampião para estes cordelistas, é um acontecimento digno de nota.

Com raízes no nordeste do país, a literatura de cordel é uma poesia impressa popular e folclórica, que sempre conta com uma dose de religiosidade popular, que consiste, fundamentalmente, de poemas narrativos que são chamados de “histórias” ou de “romances”, consumidos por uma quantidade considerável de leitores. Boa parcela desses textos são impressos em folhetins ou panfletos de 32 folhas, ou o dobro, raramente. Os temas são variados: amores, paixões, aventuras, desventuras, sofrimento, entre outros temas, em sua maioria, contados de maneira épica e ficcional, numa estrutura métrica. Além disso, pode ser expresso por meio da performance oral.



Fonte: Disponível em: <<http://editoraluzeiro.com.br>>.

Transcreverei abaixo respeitando a métrica da fonte:

¹⁴⁰ Conhecido como “Poeta Garimpeiro”, Antonio Teodoro dos Santos nasceu em Jaguarari no dia 24 de março de 1916. Era garimpeiro (de onde surgiu sua alcunha), depois vendedor de folhetos de versos populares e poeta. Sua principal obra foi *Vida e Tragédia do Presidente Getúlio Vargas*, analisada por Raymond Cantel, diretor do Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Sorbonne, Paris.

*Si você não tem lombriga
nem sofre do coração
leia atentosamente
esta minha narração
é a disputa pesada
de Diogo e Lampeão.*

*Na serra do Araripe
a terra dos pequiseiros
foi morada de jagunços
bandidos e bandoleiros;
onde já correu riachos
de sangue nos taboleiros.*

*Foi aonde Lampeão
fez o duro ficar mole
o valentão assoprar
pela venta como fole
e o mais equilibrado
perder da vida o controle.*

*Descendo ele da serra
segurava seu trabuco
percorria Paraíba
Alagoas, Pernambuco;
Lampeão fez até padre
correr da missa maluco.*

*E o tal Rocha Figueira
que se chama Dioguinho
lá na região do sul
no distrito de Cravinho
fez a polícia correr
sem acertar com o caminho.
Dioguinho ali no sul
era o terror do sertão
chefiava um grupo armado*

*com Joãozinho, seu irmão;
suas menores proezas
pegava bala de mão.*

*Diogo quando cismava
fazia tremendo horror
matava pra ver morrer
homens de grande valor;
como fez envenenar-se
tão distinto professor.*

*Ele sabendo que havia
no nordeste Lampeão
desejou dizer-lhe adeus
apertar a sua mão
ou então trocar dois tiros
depois cantarem um baião.*

*Convidou os seus meninos
cortou Minas e Goiás
desceu pelo São Francisco
em canoas fluviais
no Estado de Pernambuco
assombrou dois arraiais.*

*Perto da Serra Talhada
teve toda informação
pois encontrou-se com um cabra
que se chamava Pilão
e contou tudo direito
aonde estava Lampeão.
Disse o cabra: seu Diogo,
Lampeão é de amargar
quando ele estranha a mochila
valente só vai penar;
eu achava de acordo
seu Dioguinho voltar.*

*Diogo disse: Caramba,
você não sabe o que diz;
pois o nortista não sabe
aonde tem o nariz;
na boca de meu revólver
ninguém póde ser feliz.*

*Lampeão logo sentiu
o cabelo arrepiar
e disse para Corisco:
já me vem arrepiar
mas vai ser elas por elas
eu nasci foi prá lutar!*

*Com meio légua distante
Diogo mandou Pilão
avisar que Dioguinho.
já ia de prontidão
ter um encontro pesado
com o colega Lampeão.*

*Pilão chegando na serra
disse: saiba meu patrão,
que vem um cabra do sul
já na vossa informação
querendo saber dos dois
quem tem sebo pro feijão...
Lampeão disse: Já sei,
é chamado Dioguinho;
ele de lá traz farofa
eu aqui tenho toucinho;
juntando as nossas comidas
faz um churrasco bonzinho!*

*Lhe disse: Volte Pilão,
diga que estou aqui;*

*bebo água de imbuzeiro
me alimento com pequi;
espero no meu espêto
um filho de Tatuí.*

*Disse Pilão o recado,
Diogo seguiu depressa
dizendo: Não bato boca
e nem espero promessa:
vou ver se esse Lampeão
a minha bala atravessa.*

*Houve dois tiros d'encontro
no córgo do passarinho:
a bala de Lampeão
direta à de Dioguinho
uma bala topou noutra
foi terrível borborinho.*

*Os cabras quiseram agir
porém disse Lampeão:
deixem eu com Dioguinho
vadiar no mosquetão
já vi que esse paulistano
não criou-se com mamão!
Dioguinho bradou alto
que caiu padra da serra:
bom dia seu Lampeão,
de nós fazer uma guerra!
alto lá, Lampeão disse,
só eu brigo nessa terra!...*

*Diogo disse: Eu só venho
Neste fechado de rama
Porque no Brasil inteiro
Só se ouve a tua fama
E trago no meu bernal*

De chumbo duzentas grama.

*Disse ele: Tuas armas
é pra mim uma besteira;
nasci os dente atirando
domino esta ribeira;
meu posto é de capitão
a patente é verdadeira.*

*Dioguinho respondeu-lhe
minha orelha já está quente
e para lutar comigo
não vejo na minha frente
portanto lá vai besouro
d'um chamado arranca dente.*

*Botou uma folha verde
no fecho do bacamarte;
Lampeão disse: Você
também sabe desta arte?
passou a arma entre as pernas
defendendo sua parte.
Quando Diogo apontou
a arma pra Lampeão
viu a imagem sagrada
do Padre Cícero Romão
nossa Senhora das Dores
e a virgem da Conceição*

*Lampeão disse: Cabôco,
você não quer atirar?
quando eu morrer minha alma
vem essa morte vingar!
aí foi descendo a arma
pra ver pipoca estalar.*

Porém só viu uma igreja

*na mira do mosquetão
a Senhora Aparecida
com seu rosário na mão
Lampeão disse: No mundo
não tem mais cabra pagão.*

*Lampeão disse: Diogo,
entre nós existe um gancho:
eu faço você desfaz
você fez e eu desmancho;
vem aqui no meu quartel
desculpe que é um rancho!*

*Diogo disse: Que rancho,
isso aqui é um gambelo;
eu lá sou quase sem sorte
quando faço um desmantelo
vou dá sangue ao pernilongo
tremar de frio no gelo.
Diogo entrou na barraca
Cercada de gravatá
Na serra que só morava
Tiú e tamanduá
E se ouviu o rugido
Da onça maracajá.*

*Diogo disse: O que é
que estremece na serra?
Lampeão disse: São gatos,
os menores desta terra;
quando rosnam neste mato
até grilo se desterra.
Lampeão disse a seus cabras:
preparemos um almoço,
um churrasco mal assado
no sistema Mato-Grosso
é um banquete a Diogo*

pois já vimos qu'ele é "osso".

*Tinha um curral nesse mato
cheio de gado zebú;
um grande touro amarrado
num pé de mandacaru;
Lampeão meteu-lhe o tapa
só se ouviu o brucutú...*

*Lampeão isto só fez
para assombrar a Diogo;
mas ele sorrindo disse;
eu agora acendo o fogo
deu de pé numa braúna
fez lenha que dava um jogo.*

*Houve muita carne assada
com farinha e rapadura;
comeram tomando pinga
foi uma grande fartura
mas nenhum deles tirava
o trinchete da cintura.*

*Lampeão disse: Senhores,
Olho vivo e pé ligeiro;
O macaco Mane Neto
É sagaz e traiçoeiro;
As vezes tá vendo tudo
Da copa dum imbuzeiro.
Dioguinho disse: Amigo,
tens muta perseguição;
pois na terra da garôa
com eu não tem disso não;
sendo esta a nossa arte
não tiro a arma da mão.*

Terminando a refeição

*Lampeão pegou o pinho
e um cabra, c'a cara feia,
disse assim pra Dioguinho;
num desafio à viola
Lampeão está sozinho.*

*Diogo disse: O sistema
que se canta no nordeste
eu também devo seguir
a este cabra da peste!...
e puxou uma viola
da côr do arco celeste.*

*Os cabras todos disseram:
que viola da bixiga!
Lampeão disse: É bonita
porém a mim não faz fíga;
quem perder no desafio
vai apanhar de urtiga.*

*Lampeão disse: Diogo,
não temo a cabra do sul
por ele ser sarará
ou por ter o ôlho azul;
mando ele ajustar conta
na casa de Belzebul.
Dioguinho —
não conheço esse Paul
pra na hora do meu fogo
não se formar terra seca
onde o pó mata de gogo;
na manobra do fuzil
no braço já tenho jogo.*

*Lampeão —
você é um pedagogo
mas sofre na minha volta;*

*não temo quem suja goma
nem por quem tem grande escolta.
acho que andas corrido
ou és membro de revolta.*

*D. — Não sou dos que péga e solta
quando pégo está seguro;
quem comigo não trasteja
tem amigo no futuro
mas dizer que eu sou bonito
mando pro buraco escuro.*

*L. — mas hoje encontraste duro;
eu não sei teu resultado
pois nós temos uma lei
que criou-se neste Estado:
quem apanha no desafio
fica desacreditado.*

*D. — No meu verso improvisado
quero tirar tua fama
tu vai cantar com aqueles
que só se deitam na lama;
isto te digo de cedo
porque não carrego trama.*

*L. — Vejo belo panorama
linda terra é a do norte;
quem vem do sul apanhar
é bem triste a sua sorte;
se eu perder no desafio
prefiro a mais triste morte.*

*D. — Deus te livre deste cóрте
de morrer inda tão moço;
só se meu laço atracar-lhe*

*do chifre para o pescoço
há tempos chupaste imbu
agora bota o caroço...
L. — Não fala muito alvoroço
pois comigo é mais embaixo
hoje aqui tu baba espuma
igual um porco cachaço
do aperto qu'eu te der
de angú corre riacho.*

*D. — Eu guento no braço
também na soqueira;
te afundo a moleira
tu deixa o cangaço
e vira um paião
que não tem piada;
vive com zuada
praticando asneira
mas Rocha Figueira
não é caçoada!*

*L. — Eu sou bom no aço
queimo no besouro;
viste aquele touro
que virou bagaço?
Desta forma faço
com qualquer bonzinho.
Saiba Dioguinho
que meu braço é forte;
aqui no meu norte
não achas padrinho!*

*D. — Sou o Dioguinho
falado no sul
tenho o ôlho azul
eu sou bom no pinho;
não quero padrinho
já sou batizado*

*lá no meu Estado
na hora que cismo
eu faço batismo
perpétuo, sagrado!*

*L. — Sempre fui errado,
como o povo diz,
porém sou feliz:
sou sacramentado
carrego do lado
o meu santo lenho,
esta fé eu tenho
de não ser vencido
não temo bandido
pois de lá eu venho...*

*D. — Tive tanto impenho
de sair do sul,
cortando Paul
ver se obtenho
astucia e engenho,
porém meu colega
come é beldoega
já vi tua fama:
tu falta uma grama
pra ser uma égua!*

*L. — Sei que tu carréga
muita é covardia
nesta rima fria
hoje tu entrega;
o nome colega
com égua não trova.
se você estrova
mestre Lampeão
põe-te um cabeção
te dá uma sova!*

*D. — Você me reprova
que não vou direito
mas não tem perfeito
mormente na trova;
si deres a sova
saiba como dá
pois se eu levantá
viramos um nó
entras no cipó
até repiá...*

*L. — Eu, no Ceará,
Sergipe, Alagoas
tenho gente boas
daqui e de lá;
desde Gravatá
para Terezima
Salgueiro, Campina,
Içó, Pajeú,
e no novo Exu
conquisto as menina!*

*D. — Eu, nesta campina,
ando quase atôa
porém na garôa
da terra sulina,
minha carabina
dá gôsto urubu;
desde Baurú;
a Ribeirão Preto
comigo é espeto,
rabo de tatu...*

*L. Hei de comer cru
na hora do samba;
na luta sou bamba
igual urutu:*

*tenho no baú
bala pra um ano;
sou pernambucano
da rêde rasgada
na primeira alçada
perdeste o engano.*

*Nisto quebrou-se uma corda
do pinho de Lampião
eles pararam um pouquinho
prá fazer afinação
e depois que temperasse
fazer continuação.*

*Diogo disse: Colega,
que coisa te fez mais pena?
Ele disse: um ferro quente
Na testa d'uma morena:
Também uma criancinha
Que matei muito pequena.*

*A dita cena se deu
no Estado da Bahia:
a criancinha na rêde
naquela hora dormia:
eu arrebitava o punhal
ela inocente sorria!...*

*Dioguinho perguntou:
porque fez este serviço?
Lampeão disse: Porque
morreram no reboleço
os pais dessa criancinha
na fazenda Alagadiço.*

*Ali não tinha mais gente
tinha morrido na bala*

*eu olhei para a criança
mas não podia leva-la
e prá não deixar sozinha
o recurso foi mata-la.*

*Disse Diogo: Você
assim tem toda razão
pois deixa-la no deserto
sem pai, sem mãe ou irmão
a nossa melhor justiça
e só mandar o tição.*

*Lampeão disse: Diogo
a nossa prosa vai boa;
balance sua viola
quero vê se a minha entôa:
a canôa, a cana, cano
o cano, a cana, a canôa.*

*Diogo disse: Cabôco
mulato pernambucano
hoje aqui você se enrasca
com turuna paulistano
o cano, a cana, a canôa
a canôa, a cana, o cano.*

*Lampeão disse: Diogo,
só falta agora afinal
nós nos travar na rasteira
luta redonda, punhal
afim de ver de nós dois
quem será o maioral.*

*Disse Diogo: Estou pronto
é da forma que quizer
a gente de minha terra
só me chama Lúcifer;
faço mulher machear*

e homem virar mulher.

*Nessa hora Lampeão
foi criando uma carranca
jogou o rifle de banda
que arrancou a lavanca
e disse: Eu não temo home
quanto mais galinha branca.*

*Sacudiu uma rasteira
que Dioguinho tombou
mas antes dele o pegar
Diogo se levantou
pegou-o pela cintura
e os dêdos entrançou.*

*Travou-se luta terrível
naquele mato de espinho
Lampeão no chique-chique*

*empurrava Dioguinho
Dioguinho o derrubava
era grande o borborinho.
Até que os dois conhecendo
que nas fôrças eram iguais
se deram mãos de amigo
sorriam e fizeram paz
foram sambar e beber
os dois grandes generais.*

*Diogo voltou prá o sul
com pouco tempo morreu;
Lampeão em seis Estados
dezoito anos viveu
só deixou de ser afoito
no ano de trinta e oito
quando Bezerra o lambeu.
FIM*

O texto cordelístico acima, que tem por voz narrativa ora primeira pessoa, ora um diálogo entre outros dois personagens, trata sobre uma fictícia batalha épica travada a partir de um encontro entre Lampeão e Dioguinho em pleno nordeste brasileiro, escrita com um léxico particularmente nordestino. E é um importante texto para notarmos a notoriedade de Diogo da Rocha Figueira. Ora, não se estamparia um “cabra” corajoso o suficiente para topiar com Lampeão que não fosse digno de reconhecimento.

No cordel, o cangaceiro é o herói por excelência, misto de bandido, criminoso e lutador pela justiça no sertão nordestino. Nas obras cordelianas contemporâneas, é visto como o tipo heroico legítimo, maior do que a vida, verdadeiro “cavaleiro do sertão”, com as cintas repletas de balas, o rifle “papo-amarelo” (Winchester 44), o revólver e o facão. [...]

Mais do que em qualquer outro tema do cordel, vê-se aqui o processo folclórico de idealizar a realidade, convertendo-a em mito ou lenda. [...] Virgulino Ferreira, que aterrorizou o Nordeste durante quase vinte anos, converteu-se totalmente em mito: suas ações sangrentas foram quase esquecidas, e o matador feroz transformou-se em vítima de uma sociedade injusta.¹⁴¹

¹⁴¹ CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 61-2.

Além disso, na história, o papel ocupado pelo personagem Dioguinho ao lado de Lampião, um dos maiores, senão o personagem mais recorrentemente cantado na literatura de cordel é algo notável. No penúltimo parágrafo entoado no cordel acima a força dos dois personagens mostram-se pareadas após longa peleja: “Até que os dois conhecendo/que nas fôrças eram iguais/se deram mãos de amigo/sorriam e fizeram paz/foram sambar e beber/os dois grandes generais”.

Observemos a citação abaixo acerca da figura do cangaceiro Lampião presente em um estudo sobre os cordéis brasileiros.

Segundo a lenda popular, o homem que “entrou no cangaço” quase sempre foi movido por razões de honra — para se vingar de crimes contra sua família, nunca castigados por uma justiça local corrupta ou inoperante. Assim geralmente comete o primeiro crime como vingador, para “trazer à justiça” os perpetradores de ações vis. Só depois assume o papel de criminoso, forçado pela pressão da polícia ou dos soldados que o perseguem. Pode ser que conte com amigos e aliados — os “coiteiros” — ou ainda com chefes políticos da região — os coronéis, que procuraram sua proteção e apoio nas suas próprias disputas contra outros coronéis, fornecendo-lhes, em troca, asilo temporário, quando forças oficiais são enviadas da capital do Estado para prendê-lo.

O cangaceiro teria os traços de um Robin Hood moderno, que às vezes rouba dos ricos [...] e dá uma parte da “safra” aos pobres. [...]¹⁴²

Esta é uma abordagem, como já dissemos surgida na década de 1960, e teve grande influência dos estudos acerca da temática do banditismo e da violência rural, cristalizadas nas contribuições do historiador alexandrino Eric Hobsbawm, especialmente nas obras: *Rebeldes primitivos – Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX* (1959) e *Bandidos* (1969), que passaram a ser frequentemente analisadas por estudiosos e interessados pelo tema.

Não seria de se estranhar, que essa mesma abordagem recaísse sobre Dioguinho. Em um artigo acadêmico publicado em 2009, Nilce Camila de Carvalho, então mestrande na área de Estudos Literários pela Universidade Estadual de Londrina, resgatou os apontamentos feitos por Menotti Del Picchia, no artigo “Banditismo caipira”, segundo o qual “[...] homens violentos como Dioguinho [...] eram produtos da opressora “civilização caipira” [...]” E que “[...] tais homens, marginalizados pela situação opressora que lhes eram impostas, tornavam-se rebeldes [...]” e ainda “muitas vezes eram vistos como injustiçados pelo povo que se identificavam com suas situações de sobrevivências. Para a população o bandido era

¹⁴² Idem, p. 62.

temido, mas nem sempre viam nele uma ameaça. [...]”, (CARVALHO, 2009) e destacou sobre o personagem que

[...] seus atos, seu estilo de vida foram originados pela própria situação social do sertão, uma vez que ele promovia a ascensão da aristocracia rural e relegava o povo à marginalidade e exploração. E como a disputa de poder das oligarquias chegava a níveis extremos, era comum surgir do povo, homens rebeldes que não se adequavam àquela ordem social hierárquica.¹⁴³

Essa abordagem, portanto, nos apresenta uma outra interpretação a respeito de Dioguinho, uma outra máscara. A máscara do justiceiro, do bandido social.

As duas obras citadas de Hobsbawm são referências para os estudos acerca da ideia de banditismo social. Procurando esquadrinhando esse conceito, o historiador citando alguns exemplos de “bandidos sociais” espalhados em vários lugares do mundo, relacionando e situando seus contextos de atuação sempre nas áreas rurais, a partir da consolidação de poderes centralizados em estados nacionais.

No mesmo artigo, intitulado *Dioguinho: o mítico representante da sociedade e do banditismo caipira*, Nilce Camila de Carvalho ressalta o papel de Dioguinho como aquele que carregava as aspirações de um grupo marginalizado, e que a sua condição de assassino cruel era reflexo mesmo da exploração e subordinação a que sua gente era submetida, assim “Dioguinho [...] se tornou um bandido em decorrência da condição social a que os pobres caipiras eram submetidos.” (CARVALHO, 2009)

Hobsbawm apresenta alguns modelos que caracterizam o bandido social em determinados crimes.

Desde el punto de vista de la ley, quienquiera que pertenezca a un grupo de hombres que ataque y robe usando la violència es un bandido, tanto si arrebatara de um tirón el sueldo de um obrero em la quina de uma calle como si pertenece a um grupo organizado de insurgentes o guerrilleros que no están oficialmente reconocidos como tales. [...]

Lo esencial de lós bandoleros sociales es que son campesinos fuera de la ley, a lós que el señor y el estado consideran criminales, pero que permanecen dentro de la sociedad campesina y son considerados por su gente como héroes, paladines, vengadores, luchadores por la justicia, a veces incluso líderes de la libertación, y cualquier caso como personas a las que admirar, ayudar y apoyar. [...]¹⁴⁴

¹⁴³ CARVALHO, Nilce Camila de. Dioguinho: o mítico representante da sociedade e do banditismo caipira. *GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*, n. 7, jan./jun. 2009.

¹⁴⁴ HOBBSBAM, Eric. *Bandidos*. Barcelona: Crítica, 2003. p. 32-3.

Hobsbawm confirma que essa uniformidade se aplica tanto aos mitos – a parte do bandido moldada pelo povo – como ao seu comportamento real. A invulnerabilidade é uma das lendárias qualidades do bandido, e nenhuma das práticas ou crenças nesses mitos deriva uma da outra; elas surgem em períodos e lugares diferentes porque as sociedades e as situações de onde emerge o banditismo social são muito semelhantes

[...] Em toda sociedade rural há ‘bandidos fazendeiros’ assim como ‘bandidos camponeses, para não mencionar os bandidos do Estado [...]. Porque a característica mais impressionante do banditismo social é uma notável uniformidade de estandardização. [...] Essa uniformidade se aplica tanto aos mitos — isto é, à parte do bandido que é moldada pelo povo — como ao seu comportamento real. O padrão fundamental de banditismo [...], é quase sempre, universalmente, encontrado dentro de certas condições. Ele é rural e não urbano. [...]”¹⁴⁵

Comentando a abordagem de Hobsbawm acerca dessas possibilidades, Marília Schneider, doutora em História Social pela USP, em um interessante artigo publicado em 2003, pela revista *Justiça & História*, volume 3, número 6, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul — que se propôs a comentar a “ação polícia e judiciária para a captura de um famoso homicida paulista, autor de vários crimes na região noroeste do Estado de São Paulo no final do século XIX”¹⁴⁶ —, argumenta que

[...] O caso de Dioguinho poderia perfeitamente figurar entre as manifestações sociais por ele descritas e analisadas. Para este pesquisador, o banditismo é, num certo sentido, apenas uma forma primitiva de protesto social; o homem violento “não se dispõe a suportar as cargas tradicionais impostas ao homem comum em uma sociedade de classes.” E para escapar da pobreza e da humildade, ele pode unir-se aos opressores para servi-los. Assim, a rebeldia individual é, em si mesma, um fenômeno socialmente neutro, mas que “espelha as divisões e as lutas dentro da sociedade.” Não deixa de ser notável que o banditismo, observado em diferentes regiões da Europa e em diferentes épocas, obedeça a um padrão.¹⁴⁷

Dioguinho parece ser possuidor de várias “qualidades” necessárias para ser enquadrado nesta categoria de “bandido social” apresentada pelo historiador alexandrino. Contudo,

¹⁴⁵ HOBBSAWN, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre as formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p. 25.

¹⁴⁶ SCHNEIDER, Marília. Além da justiça: o homicida Dioguinho e seus cúmplices. *Justiça & História: revista do memorial do judiciário Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, v. 3, n. 6, p. 1, 2003.

¹⁴⁷ Idem, p. 5.

Lo esencial de los bandoleros sociales es que son campesinos fuera de la ley, a los que el señor y el estado consideran criminales, pero que permanecen dentro de la sociedad campesina y son considerados por su gente como héroes, paladines, vengadores, luchadores por la justicia, a veces incluso líderes de la liberación, y en cualquier caso como personas a las que admirar, ayudar y apoyar. Es esta relación entre el campesino corriente y el rebelde la que confiere su interés y significado al bandolerismo social. Es también la que lo diferencia de otros dos tipos de delincuencia rural: la de las bandas alimentadas por los profesionales de los bajos fondos o por simples rateros (“ladrones comunes”), y la de las comunidades en las cuales el pillaje forma parte de su vida normal [...].¹⁴⁸

E, levando esse aspecto em consideração, Marília Schneider faz uma importante ressalta, reconhecendo que, a partir das premissas expostas por Hobsbawm

Diogo da Rocha Figueira não pode ser considerado um bandido social, porque nesta categoria estariam incluídos os que são protegidos pela comunidade em geral; pessoas do povo que não o denunciam para a polícia, e oferecem o necessário para que o bandido possa viver sem ter que roubar. Embora no imaginário popular Diogo tenha sido levado para a vida criminosa depois de ter cometido um crime “de honra”, os que narraram sua trajetória procuram refutar essa justificativa; afirmam que o seu primeiro homicídio obedeceu apenas a um impulso violento. Além disso, seus protetores não eram pessoas “do povo”; eram grandes proprietários rurais que podiam pagar por seus serviços. Assim, o famoso homicida foi um bandido que se associou aos mais fortes para lhes prestar serviços; vinganças pessoais, ou de cunho político, em um ambiente dominado por relações de poder unipessoais.¹⁴⁹

Dioguinho parecia não ter vocação para assumir o papel do Robin Hood caipira, o paladino dos sertões paulistas.

Certo dia, em pé no balcão de um bar, Dioguinho contava uma de suas aventuras para os amigos e para o dono do estabelecimento onde estavam a beber cerveja. Quando de repente um homem mulato, alto e forte, e desconhecido de todos adentrou no recinto, aproximou-se do balcão e pediu bebeu um copo de cachaça, seguido de outro. Dioguinho, continuando a conversa continuou a conversa com sua turma, porém, sempre observando o mulato.

A prosa, no entanto, foi interrompida quando o forasteiro, dirigindo-se ao dono do bar perguntou com sotaque nortista se ele conhecia o tal Dioguinho. A pergunta foi proferida em um alto tom de voz, de modo que, intencionalmente, todos ali pudessem ouvir.

¹⁴⁸ HOBBSBAWN, Eric. *Bandidos*, op. cit., p. 33.

¹⁴⁹ SCHNEIDER, Marília, op. cit., p. 5-6.

Diante da negativa do vendeiro, o mulato dirigiu-se aos outros presentes advertindo que estava ali, pois seu interesse era matar o botucatuense. Sem saber, em mais uma tentativa, o mulato chegou até o próprio, indagando se sabia de algo. Dioguinho então lhe surpreendeu, se revelando e assumindo ser o tal.

Reparando nos traços e percebendo que batia com as descrições que aviam lhe passado, o mulato aturdido refugou e voltou-se em direção à porta, visando a carabina que deixou no arreio de seu cavalo. Dioguinho, porém, o conteve e surpreendendo-o ainda mais ofereceu-lhe uma faca, desafiando o valente para um duelo entre iguais.

Atrapalhado por tudo aquilo que estava acontecendo sem esperar o mulato tomou a faca da mão de Dioguinho. Nem bem o fez, começou a receber na face golpes dados com a argola de um relho:

O mulato, golpeando a esmo com a faca, cego devido ao sangue que lhe escorria a cabeça e, cambaleando, foi cair de joelhos no meio da estrada. Dioguinho [...] continuava a martelar a cabeça do homem, com o cabo do relho. Bateu, bateu, bateu, até que se cansou. Por fim, com a ponta da bota, virou a cabeça do sujeito, que caíra de borco. O homem estava morto.¹⁵⁰

O acontecido se deu em questão de instantes, e os presentes assistiram a tudo em silêncio. Viram Dioguinho lavar o sangue que espirrou em seu corpo e se misturou com a poeira que trazia antes da confusão. Viram-no lavar o relho, lavar sua faca e pedir uma cerveja. Todos impressionados, tanto com sua coragem, quanto com sua brutalidade.

Em pouco tempo Dioguinho cercou-se de capangas e logo se tornou segundo João Amoroso Netto, o bandido mais violento e o mais temido do interior paulista. A sua evolução criminal se operou em quantidade e diversidade de formas delitivas. Essa diversidade consistiu, às vezes, na introdução de elementos que de fato agravam o crime, e denotavam um aspecto cruel.

Ele e seu bando haviam se refugiado em uma fazenda. Acompanhado de Joãzinho, seu irmão, e Curitibano, ele descansava no rancho, enquanto a chuva caía. Ao entardecer, um homem bateu na porta do rancho pedindo abrigo da chuva forte que caía. Era um mascate turco que havia adotado o nome de Manuel Jorge.

O tuco procurou conversa, mas percebendo que ninguém ali estava interessado, aproveitou para mostrar e oferecer suas quinquilharias aos presentes antes que a chuva acabasse e ele tivesse que partir. Após observar vários objetos sendo tirados do baú que

¹⁵⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 46.

o turco trouxe consigo, Dioguinho se interessou por uma francana, uma grande faca de prata trabalhada, de lâmina comprida de aço.

A chuva já havia cessado, e diante da negativa do turco em deixar a faca com ele, Dioguinho mandou o homem recolher suas coisas e ir embora do rancho o quanto antes, deixando sua faca para trás. Contudo, o turco insistiu para que seu anfitrião devolvesse a faca, pois não podia tomar tamanho prejuízo. Dioguinho que havia gostado da faca, e além disso já havia cismado com o turco

[...] Afastou-se alguns passos e, assim como quem não quer nada, num relance, sacou da garrucha que trazia à cintura e disparou, atingindo o mascate em pleno peito. [...]

Rápido como um gato, Dioguinho saltou sobre Manuel Jorge, montou em cima dele e, com a cobiçada faca, cortou-lhe uma orelha [...].

O sangue do infeliz jorrava pelos ferimentos e escorria pelo chão até empoçar-se mais adiante. De pé, todo sujo de sangue, Dioguinho olhava para a orelha, como a admirar ainda mais aquela faca de corte tão bom. Depois, puxando de uma bolsa de couro que guardava no peito, debaixo da camisa, foi tirando uma feira de coisas esquisitas, ressecadas, escuras, que pareciam figos secos. Desamarrou o barbante e enfiou nele a orelha do turco.¹⁵¹

Joãozinho e Curitibano desfizeram-se do corpo do turco, jogando-o do alto de um barranco para o meio de um capinzeiro, enquanto que, Dioguinho após lavar-se, recolheu-se para ler as *Horas Marianas*¹⁵². Ele e o irmão sempre liam “juntos as ‘Horas Marianas’, recitando as orações das páginas marcadas com fitinhas coloridas. Todas as noites faziam suas orações para conservar o “corpo fechado”. [...]”¹⁵³

Além das *Horas Marianas*, Dioguinho também recitava outras orações de origem popular. De nosso conhecimento é a oração apresentada por Amoroso Netto¹⁵⁴: “Três almas com mais três são seis, com mais três são nove, com mais três são doze. Peço às doze almas que vá à casa do barbeiro Fulano e me traga doze navalhas.”¹⁵⁵

Dois dos objetos descritos no capítulo VII do livro de Amoroso Netto chamaram a atenção de várias pessoas que escreveram ou publicaram algo sobre Dioguinho: o colar de orelhas, e as *Horas Marianas*. Estes dois elementos juntados ao fato de que Dioguinho era tido como corpo

¹⁵¹ Idem, p. 50.

¹⁵² O *Horas Marianas*, é um livro que contém a forma abreviada do Ofício Comum de Nossa Senhora na *Liturgia das Horas* (livreto de orações públicas e comunitárias da Igreja Católica). *Horas Marianas* foi unificado e padronizado pelo Papa Pio V, tornou-se muito popular entre os leigos. Seus elementos também os mesmos que os da Liturgia das Horas: textos bíblicos, salmos, orações.

¹⁵³ NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 68.

¹⁵⁴ Esta oração foi encontrada pela polícia em um rancho que foi habitado por Dioguinho.

¹⁵⁵ A palavra navalha podia ser trocada pelo que a pessoa quisesse, e as almas mudam também, de acordo com a quantidade de coisas que a pessoa quisesse.

fechado — imune contra acidentes, perigos, moléstias ou sortilégios, fechado para não entrar nenhum mal: faca, veneno de cobra, feitiço, encosto, mau-olhado, arma de fogo —, contribuíram para disseminar o mistério e os rumores a seu respeito. Luís da Câmara Cascudo, ao definir Dioguinho em um verbete, destacou esses elementos

Alto, magro, musculoso, ágil, atirando maravilhosamente, gostando de música¹⁵⁶, lendo quase todas as noites o *Horas Marianas*, um livro de orações devotas, para tornar-se invulnerável, Dioguinho manteve o tipo clássico de matador, insensível, arrebatado, matando para experimentar uma arma nova ou provar a excelência da pontaria. Guardava as orelhas das vítimas, num sinistro rosário que o acompanhava sempre, como amuleto.¹⁵⁷

Segundo Renato Almeida, a área das superstições é imensa, envolvendo maneiras de viver, atividades materiais e espirituais, e resume-se como aquilo que as pessoas acreditam que podem lhes trazer sorte, azar, bem, mal, vantagens ou malefícios. As superstições podem se manifestar por meio de pensamentos (fazer pedidos ao apagar as velas de um bolo, ao ver uma estrela cadente), palavras (dizer “sai de retro”, ao querer algo mal longe) e obras (pisar com o pé direito onde deseja ter sucesso).

Há a ideia de que a superstição é ambivalente, ou seja, há sempre meios para anular as forças positivas e as negativas. Se algo acontece, para prevenir o mal proveniente desse acontecimento, certas práticas devem ser realizadas. Daí a existência de todo um conjunto de amuletos, orações, esconjuros, elementos que servem para defender-se do azar e dos desafetos, “a mesma imaginação que engendra infatigavelmente a superstição forja os antídotos. É uma legítima defesa.”¹⁵⁸

O povo, porém procura suas razões, como, por exemplo, nos casos de simpatia. Acredita que a parte de um todo, embora dele separada, continua infrangivelmente ligada ao mesmo. Assim o que você fizer de bom ou mau à parte, se comunica ao todo. Daí as superstições de unhas, cabelos, etc. Pois julgam que, tendo os cabelos de uma pessoa, a podem prejudicar fazendo mal aos ditos. Ou então a da semelhança. Você destruirá o inimigo destruindo o retrato (se não tiver fotografia pode fazer até um boneco que o represente). [...] Acreditam que o poder de certos objetos se manifesta consoante a vontade do possuidor (talismã) e outros (amuleto) evitam o mal, sendo apenas defensivos. Diria que os primeiros são dinâmicos e estáticos os segundos.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Segundo Amoroso Netto, a música preferida de Dioguinho era uma modinha imperial, de domínio público, chamada *Róseas flores d'alvorada*: Róseas flores d'alvorada/Teus perfumes causam dor/Essa imagem que recordas/É meu puro e santo amor/Ai quem respira/Os teus odores/Fenece triste/Morre de amores/Não pode gozar venturas/Quem de amores sofre aflição/Não pode, afeito aos gemidos/Ter prazer no coração/Ai quem respira/Os teus odores/Fenece triste/Morre de amores/Sem sonhos de ventura/Murchou-se a flor do desejo/Que me importa outras flores/Se a minha flor eu não vejo/Ai quem respira/Os teus odores/Fenece triste/Morre de amores/Deixai que eu viva de penas/Da saudade e da lembrança/Já que sequer não me resta/Nem uma só — esperança/Ai quem respira/Os teus odores/Fenece triste/Morre de amores.

¹⁵⁷ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1980. p. 292.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Renato. *Manual de coleta folclórica*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1965. p. 46.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p. 46,48.

Se é que realmente Dioguinho o fazia, as fontes não informam por quais motivos ele arrancava uma das orelhas de suas vítimas. Seria difícil apresentar possíveis motivações para esse ato, que soa muito grotesco.

Dado as características religiosas de Dioguinho, um católico convícto, creio que uma das possibilidades para esse agir caminha mais próximo do campo da superstição. Assim sendo, é muito possível que ele possa ter desenvolvido essa prática a partir de um provável contato com algum mandingueiro africano, ou afrodescendente, e onde pode ter insirido um *modus operandi* próprio, para lhe servir como patuá.

[...] As bolsas de mandinga refletiam a diversidade de ideias e práticas da “medicina mágica” [...]. Identificados popularmente como “mandingueiros” ou “calunduzeiros”, os que difundiam esses conhecimentos foram chamados também de “curandeiros” ou “feiticeiros negros” [...]. Os calundus designavam um conjunto muito variado de práticas religiosas africanas de diversas procedências, não raro mescladas. [...]

Ao lado de terços, figas, ágnus-deis, brincos e colares feitos de corais, pencas de balangandãs, escapulários e outros amuletos, as bolsas de mandinga eram [...] símbolos de saber e poder paralelos aos conhecimentos das medicinas colonial e da Igreja [...].

De origem africana do reino muçulmano de Mali [...], as bolsas de mandinga eram amuletos produzidos e usados, em busca de proteção e poder [...].

Transportados para a América portuguesa como escravos, onde ficaram conhecidos como “malês”, os mandingas trouxeram seus amuletos, que vieram a ter ampla difusão na Colônia e foram usados como “patuás terapêuticos” contra doenças do corpo e da alma, receitados por calunduzeiros, mas também por padres. [...]

Esses talismãs se modificaram ao serem também difundidos pelos escravos bantos, entre eles muitos calunduzeiros, na América portuguesa. Passaram a ser confeccionados em pano, geralmente de cor branca, e a conter pedaços ou cacos de pedra d’ara (pedaço de mármore do altar) e pequenas tiras de papel cheias de símbolos. A estes eram acrescentados ainda diversos elementos, como olho de gato, pedra de corisco, pólvora, balas de chumbo, osso de defunto, moedas de prata, sangue humano e de animais. Além de acreditarem ter o corpo fechado ao usá-las, muitos daqueles que traziam as bolsas em volta do pescoço esperavam também que estas lhes trouxessem dinheiro, sorte e mulheres.

[...]

As bolsas de mandinga eram uma das saídas encontradas para os que buscavam proteção contra os males de um mundo conflitante e ambíguo, com diversas influencias culturais se mesclando e assolado pelo medo do Diabo, em que se transformara a América portuguesa. [...] ¹⁶⁰

¹⁶⁰ BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. Corpo fechado: tradição fetichista, as bolsas de mandinga ofereciam proteção contra males do corpo e do espírito e se popularizaram na Colônia. *Revista de História*, 12 set. 2007.

O texto acima nos ajuda a compreender melhor o ambiente místico com o qual Dioguinho pode ter tido contato, e que, de certo modo, nos forcece uma hipótese explicativa para a bolsa recheada de orelhas que Dioguinho trazia consigo.

Os crimes de Dioguinho passaram a acontecer por motivos diversos, tais como vingança, legítima defesa, futilidade, crime de aluguel, e passaram a ser notícia nos jornais da capital. Esses crimes por vezes permaneciam ignorados ou havendo notícia deles, interpunham-se obstáculos ao funcionamento da justiça, resultando na impunidade de Dioguinho. Desfrutava até da amizade de autoridades às quais incumbia, por força do cargo, impedir a ação anti-social, tanto dêle, quanto dos demais criminosos.”¹⁶¹ Segundo Amoros Netto, tal fato devia-se, principalmente, a amizade que tinha com os homens poderosos da região, “estimado por alguns, protegido de muitos e temido por todos, Dioguinho tinha como certa a sua impunidade”¹⁶².

Após o assassinato de Manuel Jorge, Dioguinho se mudou de São Simão para Mato Grosso de Batatais, atual Altinópolis, onde adquiriu uma casa na rua Renato Jardim, e também trabalhava como agrimensor.

Na nova cidade, Dioguinho reencontrou um velho amigo chamado José Maia, filho de José Batista de Sousa Maia, fazendeiro da região de Jaboticabal, que havia se casado com a filha do fazendeiro José Venâncio de Azevedo Leal e se instalado ali, junto ao sogro.

José Venâncio, contudo, não via com bons olhos a amizade entre Dioguinho e o genro, alertando-o dos crimes que o primeiro já havia cometido nas cidades de São Simão, Cravinhos e Ribeirão Preto, onde havia alguns processos criminais instaurados contra ele. Esse personagem cita, inclusive, registros que haviam no cartório criminal de São Simão, que descrevem a colaboração de Dioguinho na fuga de um criminoso chamado Querubim Gianini; a surra dada por Dioguinho em um sargento chamado Bernardino de Lima Alves Acioli¹⁶³ (Aliás, consta no processo instaurado contra “[...]Diogo da Rocha Figueira, embora já tenha usado também o nome de Diogo da Silva Rocha. [...]”¹⁶⁴ — e seu comparsa Antônio Ribeiro

¹⁶¹ NETO, João Amoroso, op. cit. p. 14.

¹⁶² Idem, p. 78.

¹⁶³ Segue anexo número 2 o requerimento do promotor público da vila de São Simão, no processo crime instaurado no dia 3 de novembro de 1884, pela justiça contra Diogo da Silva Rocha e Antônio Ribeiro da Silva Castro, por crime de tentativa de morte do sargento Bernardino Alves de Sena Acioli; também a sentença do juiz municipal de São Simão, e o despacho do juiz de direito da Comarca de Ribeirão Preto do mesmo processo.

¹⁶⁴ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 98. Um elemento interessante a se notar é que na música *Os crimes de Dioguinho*, os compositores Serrinha & Caboclinho, dão o sobrenome “Faria” à Dioguinho.

da Silva Castro, na comarca¹⁶⁵ da vila de São Simão, pelo crime de tentativa de morte contra do sarjento, que apesar de apresentar ferimentos no corpo, ele não possuía reais provas de que caberia aos acusados a autoria do crime).

José Venâncio argumentou com o genro que Dioguinho estava solto porque os processos todos haviam sido arquivados, pois os jurados, quase sempre analfabetos eram escolhidos a dedo entre os seus amigos, ou então eram pessoas movidas pelo medo. Já sobre os despachos e sentenças, argumentava que era de se ter vergonha de tão mal escritas que eram; isso, sem contar o desprezo às provas, tudo para despronunciar ou absolver Dioguinho.

Sentindo a falta da companhia do amigo, Dioguinho ficou sabendo que o rapaz o evitava para não desagradar o sogro. Mandou então avisar José Venâncio para evitar problemas e não se meter em suas questões. Contudo, diante do posicionamento firme e destemido do fazendeiro, Dioguinho jurou matá-lo.

José Venâncio foi morto por volta de nove horas da manhã, do dia 26 de março de 1895¹⁶⁶, em uma emboscada atribuída a Dioguinho e a um capanga chamado Donélio, o qual contratou para este serviço. Enquanto José Venâncio partia de Jaboticabal, na companhia de seu amigo e também desafeto de Dioguinho, José Batista de Souza Maia — onde participou do batizado de seu neto —, rumo à Mato Grosso de Batatais. Achavam-se os dois a margem de um córrego dando de beber a seus cavalos quando foram alvejados. José Maia, apesar de gravemente ferido conseguiu chegar a fazenda de João Cândido Alves Ferreira onde foi socorrido.

Este foi o oitavo crime cometido por Diogo da Rocha Figueira, tal como relatado por João Amoroso Neto. E teve grande repercussão, e chocou a população o que havia acontecido aos membros de duas famílias tradicionais da região. O anexo número 3 mostra-se como um exemplo dos aspectos judiciários do Império. Trata-se do texto processual que solicita a prisão de Dioguinho, e apesar do que foi relatado nele, este saiu novamente impune.

Depois desses acontecimentos, Dioguinho e Donélio homiziaram-se em uma fazenda na cidade de Batatais. Logo depois, sentindo-se inseguro em Batatais, Dioguinho

¹⁶⁵ Local, vila ou cidade em que ficava a residência do juiz, embora abrangendo uma área que atingia vários povoados e vilas.

¹⁶⁶ Ver também: < http://www.crearte.com.br/carlos_genealogia_g01.htm>.

partiu sozinho para a cidade de Altinópolis, mais precisamente para a fazenda Jaborandí, de propriedade de A. J. F.¹⁶⁷ Contudo,

No dia seguinte, a pedido de A. J. F. — homem honrado e inimigo da violência — que lhe comunicara que os empregados da fazenda estavam querendo abandoná-la, assustados com sua presença, Dioguinho decidiu ir para São Simão, onde contava com amigos certos, que o acoitariam. No caminho, encontrou-se com seu irmão Joãozinho e os capangas Curitibano, Joaquim, Baianinho e António Soldado, que vinham vindo ao seu encontro. Tocaram todos juntos.

Ao anoitecer, chegaram à fazenda do coronel T., em São Simão. Dioguinho e seus homens foram recebidos com grande honrarias pelo fazendeiro, que o hospedou em sua casa, tratando-os com solicitude, desdobrando-se em gentilezas e atenções.¹⁶⁸

No dia seguinte, armaram um rancho a cerca de três quilômetros longe da sede da fazenda. Lá passavam os dias caçando, pescando, sem maiores preocupações.

Certa noite uma truca se iniciou entre os capangas, enquanto Dioguinho escrevia uma carta. Como aponta Amoroso Netto, o jogo se desenvolvia em um sistema diferente do atual: “as manilhas (as cartas de maior valor) são, pela ordem decrescente, quatro de paus, sete de copas, ás de espadas e sete de ouros.”¹⁶⁹

António Soldado e Baianinho, que andavam com o companheirismo abalado por causa de uma moça pela qual os dois haviam se interessado na cidade de Cravinho, jogavam um contra o outro. E, após trocarem uma série de provocações, Dioguinho interrompeu o jogo, ordenando a António Soldado que levasse sua carta para um coronel amigo seu e, na volta, preparasse os cavalos para partirem para a cidade de Cravinhos, onde trataria de negócios na fazenda de C.

No dia seguinte, durante a longa viagem, pararam todos em um velho rancho abandonado a beira de um riacho para almoçar, descansar e dar de beber aos animais. António Soldado e Baianinho, que já há algum tempo vinham se desintendendo não paravam de trocar farpas e se encararem.

Em um certo momento, Baianinho se afastou do rancho, dirigindo-se para o ribeirão. António Soldado pegou a carabina e foi atrás dele, matando-o com um tiro na barriga. O tiro ecoou, chamando a atenção dos demais, que se dirigiram para o lugar.

¹⁶⁷ Na apresentação do livro, feita pelos *Diários Associados*, o editor argumenta que por não haver a intenção de melindrar nenhuma das famílias ou pessoas que tiveram envolvidas com Dioguinho, o autor se referirá a eles apenas utilizando-se de suas iniciais.

¹⁶⁸ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 61-2.

¹⁶⁹ Idem, p. 63.

Dioguinho, vendo Baianinho morto no chão, e António Soldado ainda com a arma em punhos, não teve dúvidas, alí não havia lugar para aquele tipo de atitude, “[...] puxou do revólver e com um só tiro o abateu. António Soldado nem teve tempo de defender-se. Rolou por cima do corpo de Baianinho, e alí ficou, como se estivesse abraçando o outro.”¹⁷⁰

Segundo Amoroso Netto, em pouco mais de três anos de vida criminosa, a fama de Dioguinho se espalhou. Além de dos crimes, falava-se de poderes “sobrenaturais”, como corpo fechado e onisciência. Os que lhe davam abrigo, “fazendeiros, políticos, homens formados e até autoridades judiciárias e policiais, disputavam a honra de recebê-lo em suas casas”¹⁷¹, fonecendo-lhe os melhores quartos, boas roupas, comidas e bebidas, além de armas, cavalos, mantimentos e dinheiro.

No capítulo XII, Amoroso Netto descreve uma história muito curiosa e trágica que envolveu Dioguinho, quando este, em sua mula, voltava da fazenda do coronel C. P., e resolveu parar em uma venda a beira da estrada para fazer compras. Procurando manter a originalidade da descrição, vou transcrever o “causo” abaixo, tal como o contou Amoroso Netto.

Amarrou a montaria em baixo de um pau d’alho, separada de outros animais que estavam presos aos mourões da cerca, e dirigiu-se para a porta da venda, onde encontrou vários amigos e conhecidos.

— Boa-tarde, “seu” Diogo.

— Boa-tarde pra vocês. Então, como vamos?

E começaram a falar de uma coisa e outra. Finalmente, a conversa se encaminhou para as histórias de caçadas.

— o homem piava que era um despropósito! — dizia um caboclo idoso, enquanto picava um toco de fumo de corda. Estou pra ver outro igual a ele. Êta homem formidável! Pois um dia esse tal, mais o filho dele, o Joanico, foram caçar nhambú. Chegaram no mato e se separaram, cada um pro seu lado. O filho também era mestre num pio. Começaram a piar e daí a pouco nhambú respondeu. Pia daquí, pia dalí, e nada do bichinho mostrar a cabeça... Estava impossível: alí pertinho e nada! O joanico, mais afoito, não aguentou: levantou-se devagarinho, com o pio entre os dentes e o dedo no gatilho, e foi campeando aquele danado que não aparecia. De repente, viu mexer uns galhos... Ficou olhando... Piou outra vez e de lá veio a resposta. Não teve dúvida e atirou: Pum!...

O caboclo, enrolando o cigarro de palha, concluiu:

— Joanico corre e... Quando o maldito dá de se meter é o que acontece: Lá estava o pai dele, de pio na boca, espingarda na mão, morto! Tinha recebido o tiro na cabeça, gente!

Cantaram-se mais proezas, passagens interessantes, fatos curioso. A certa altura, o assunto descabou para os casos de boa pontaria. Cada qual lembrava de tiros certos. Dioguinho, em silêncio, ouvia os homens falar

¹⁷⁰ Ibidem, p. 72.

¹⁷¹ Ibidem, p. 79.

de façanhas inverossímeis, de autoria de alguns presentes, amigos, parentes e compadres.

— Eu vi, eu mesmo vi, ninguém me contou — afirmava com veemência um caboclo de cara bexiguenta — eu vi o João Brandão por doze garrafas em cima de doze mourões de cerca e arrancar o fundo delas com doze tiros de garrucha. E olhem: foi pelos gargalos...

— É baixo — interveio outro — isso não é nada; eu conheci um homem lá em Indaiatuba, que fazia o que queria com o revólver. Mecê jogava um vintém pra riba e o tal, com um tiro só, arreventava ele... Muitos vinténs meus ele esculhambou assim.

Diogo ouvia tudo em silêncio. De repente, foi até onde parava a sua mula, arrancou a *repetideira* da cabeça do arreio e, voltando-se para o grupo, gritou:

— Olha aquí, cambada! O que ninguém fez, nem faz, é isto... Levou a arma ao ombro direito, apontou e disparou.

Todos olharam para lá... e a uns cento e cinquenta metros, um infeliz caboclo, chumbeado sem saber como, focinhava na barba de bode.

Ninguém tugiou, nem mugiu.¹⁷²

Poderíamos dizer que as ações de Doguinho são amplamente orientadas pelas duas pulsões que regulam a vitalidade humana, o Eros e o Tânatos — elementos estruturais de nossa condição já tão comentados por Freud.¹⁷³

Além do episódio citado acima, Amoroso Netto descreve um outro episódio excêntrico que envolveu Dioguinho: ele recebeu a encomenda de assassinar o português Manuel Rodrigues, rico comerciante de Ilha Grande, atualmente Iapussú, que havia vindo para o Brasil como colono. O crime havia sido encomendado por um homem, também comerciante, mas próspero e pacato, diferente de Manuel, um típico valentão.

Manuel estava se encontrando com a esposa do segundo, que sem coragem para enfrentá-lo, ofertou à Dioguinho cinco contos de réis para matá-lo.

No dia seguinte, ao anoitecer, Dioguinho apeou seu cavalo em Ilha Grande e bateu à porta de Manuel Rodrigues e revelou que estava alí para matá-lo, pois ele havia cometido o erro de se envolver com a esposa alheia.

Temeroso pela fama de Dioguinho, o homem lhe ofereceu sete conto de réis para fazê-lo desistir de levar à cabo a encomenda.

Dioguinho, porém, não concordou, pois já havia feito um trato com o outro. Porém, diante da oferta em dinheiro, deu uma chance à Manuel, lhe propondo um novo combinado: Dioguinho propôs que Manuel que desse vinte passos para fora da casa, e que os passos poderiam ser os maiores que suas pernas alcançassem. Até o vigésimo passo

¹⁷² NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 81-2.

¹⁷³ Para aprofundamento do assunto, consultar BASTOS, Aguinaldo de, e outros. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. cap. 1, ou em um âmbito muito mais profundo e psicológico DELEUZE, Gilles. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. cap. 10.

Dioguinho não atiraria, e depois Manuel poderia correr para onde quisesse. Aí, então ele daria apenas um tiro. Havia a possibilidade de acertá-lo, mas se não o acertasse, Manuel poderia fugir.

Manuel entregou o dinheiro para Dioguinho e começou a contar esticando bem as pernas. Do dezanove para o vinte ele saiu correndo, em zigue zague, pulando de um lado para o outro.

Ouviu-se então um só tiro, e de repente Manuel caiu, depois de a bala que havia saído da garrucha de Dioguinho o ter atingido pelas costas.

* * *

Era comum que fazendeiros, patricarcas de famílias mais abastadas preferissem que seus filhos fossem educados em casa por um tutor ou professor. Um amigo de Dioguinho, por exemplo, o fazendeiro C. C. de O., havia contratado um jovem professor chamado Custódio para educar sua filha, Henriqueta, na fazenda Flores, onde moravam.

Com o tempo os dois se afeiçoaram e acabaram se apaixonando. Para todos os funcionários da fazenda, que viam os jovens perambulando aqui e ali pela propriedade, a paixão entre os dois era evidente. Diante das circunstâncias, porém, as juras de amor e os gestos mais românticos eram feitos as escondidas, tanto porque isso podia atrapalhar o compromisso pedagógico que Custódio vinha desempenhado, quanto pelas costumes morais severos, que eram impostos pelo patriarca e deviam ser seguidos sem questionamentos.

Custódio, no entanto, era um homem honrado, e diante da situação que lhe havia sido imposta pelo sentimento, estava decidido a pedir a mão da moça à seu pai. Contudo, a moça pediu para que ele tivesse um pouco mais de paciência, até que ela tratasse de explicar as coisas antes para sua mãe, mais “dócil” e compreensiva.

Antes que Custódio chegasse a ter uma conversa de cavalheiros com C. C. de O., este enviou um despacho para que Dioguinho fosse o quanto antes para a fazenda Flores.

Chegando lá, Dioguinho foi recebido pelo amigo fazendeiro que o esperava impaciente. C. C. de O. Explicou que havia chamado por Diogo, pois precisava de seu serviço para resolver a questão entre o professor e sua filha, que muito lhe incomodava. Acreditava que o professor lhe havia traído a confiança, e abusando da inexperiência de Henriqueta, havia iludido a garota.

Avaliando como havia de dar jeito naquela situação, Dioguinho chegou a conclusão de que deveria fazer as coisas de um modo que a moça não teria possibilidades de ficar com o professor.

Já era noite quando Dioguinho resolveu colocar seu plano em ação. Pegou um copo d'água e uma pequena caixa com veneno entregue pelo fazendeiro, e se dirigiu para o quarto do rapaz. Ao entrar, trancou a porta, acendeu o lampião que estava sobre uma pequena mesa, colocando ali também o copo com água e o veneno. Ameaçando o rapaz, Dioguinho obrigou o mesmo escrever uma carta de próprio punho, dizendo que diante do amor não correspondido de Henriqueta, resolvera suicidar-se. Logo após o professor ter assinado a carta, Dioguinho o forçou a ingerir o veneno fulminante dissolvido no copo d'água¹⁷⁴. Intantes depois o jovem caiu morto.

Arrependido da decisão que havia tomado, por achá-la exagerada demais, o fazendeiro foi até o quarto do professor para dizer a Dioguinho que o melhor a se fazer era apenas deixá-lo ir embora. Porém, já era tarde.

Após esse assassinato um tempo se passou até que Dioguinho fosse contratado pelo amigo Manuel Ferreira da Silva, que havia sido traído pela mulher, Balbina Maria de Jesus. Dioguinho recebeu a incumbência de surrar-lhe e depois descobrir o nome do homem com quem ela se encontrava.

É curioso saber que o homem traído poderia ter recorrido a justiça comum, já que o adultério era considerado crime. Preferiu, contudo, recorrer ao trabalho de Dioguinho, fazendo vingança por conta própria.

Era dia 20 de fevereiro de 1897, quando Dioguinho então, junto de seu irmão e mais quatro capangas sequestraram a mulher e embrenharam-se no mato. Os homens amarraram-na ao troco de uma árvore e sovaram-lhe as costas com um rabo-de-tabu¹⁷⁵, e cortaram-lhe todo o cabelo, enquanto Dioguinho ia explicando o porque de tal castigo. Não suportando mais o suplício, Balbina prometeu que sumiria da vista de todos e entregou o nome de seu amante, um tal de Marcialiano Fogueteiro, habitante de São Simão.

¹⁷⁴ Segundo o Código penal de 1890, se o criminoso cometesse o crime por meio de veneno, substâncias anestésicas, incêndio, asfixia ou inundação (era considerado crime de envenenamento todo o atentado contra a vida de alguma pessoa por meio de veneno, qualquer que seja o processo, ou método de sua propinação, ou seus efeitos definitivos. E, entendia-se como veneno toda substância mineral ou orgânica, que ingerida ou aplicada no organismo determinava a morte, colocasse em perigo a vida, ou alterasse profundamente a saúde), seria sentenciado a pena de doze a trinta anos de prisão.

¹⁷⁵ Como é conhecido popularmente um tipo de chicote com argola no cabo e na ponta, duas talas de couro trançadas.

Para atrair o homem até seu bando, Dioguinho enviou um telegrama passando-se por Balbina. Segundo Amoroso Neto, a correspondência datada de 20 de fevereiro de 1897, dizia: “Venha hoje sem falta, preciso muito. (a.) Balbina Maria de Jesus”.

Assim que chegou na cidade para encontrar a amante, Marciliano, sabendo que o marido de Balbina estava no seu encalço, perambulava esperto. Foi seguido por Dioguinho e seu bando, que logo o alcançaram.

Ao ser abordado, Marciliano surpreendentemente sacou de uma garrucha e disparou dois tiros contra Dioguinho, porém, sem ser atingido. No mesmo instante Joãozinho revidou, seguido pelo irmão. Vendo o homem caído morto, alvejado por cinco tiros, mandou Maximiano cortar sua orelha e lhe entregar. Levaram então o corpo para um lugar próximo ao município de Santa Rita do Passa Quatro, onde enterraram o corpo.

Dois dias depois desse acontecimento, Dioguinho rumou para a fazenda de seu amigo, coronel T., em São Simão, onde de quando em vez homiziava-se. Dizia-se que quando o coronel recebia compradores em sua fazenda, Dioguinho os matava e depois repartia o dinheiro entre eles.

Ao chegar na fazenda, Dioguinho foi informado que, um negro contratado havia pouco tempo, era suspeito de ter como encomenda o assassinato do coronel T. Não perdeu tempo, deu com a coronha da garrucha na cabeça do rapaz, que caiu. Dioguinho partiu para cima dele e cravou-lhe a faca a mando do fazendeiro e de sua mulher.

Dioguinho manteve-se por um tempo na cidade de São Simão. Naquela época, apesar de nova, a pequena cidade já era um tanto movimentada, tendo recebido, inclusive, a presença de D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina. Havia, contudo, muitos cachorros soltos pelas ruas cidade. A numerosidade desses animais já estava se tornando um problema de saúde pública, tanto pela proliferação de epidemias, como a raiva, quanto pelos recorrentes ataques feitos pelos cães à população que transitava nas vias públicas.

Diante da situação, o prefeito convocou o fiscal do paço municipal e lhe deu ordens para resolver o problema.

Conta Amoroso Netto, que o fiscal se utilizou de um método enfadonho para combater a superpopulação canina, utilizando-se de arsênico — elemento químico que se tornou muito popular, por vários séculos, por ser utilizado como veneno. O pó branco, sem gosto, nem cheiro podia ser acrescentado à comida ou bebida sem levantar suspeitas, uma vez que se só passou a ser detectado no final do século XIX. Usado por pessoas de todas as camadas sociais, o arsênico ganhou o indiscreto apelido de “pó de herança” — envolvido em miúdos de carne compradas em um matadouro.

[...] O fiscal aproximava-se sorratamente do cachorro e, sem que ninguém desse pela coisa, atirava-lhe uma “bola” de carne envenenada. No mesmo instante o bicho abocanhava a comida. Daí a pouco começava a sacudir a cabeça, e a rascar a garganta. De repente, tinha um estremecimento e caía morto. E por aí foi a limpeza da cidade.¹⁷⁶

A morte acabou abatendo não apenas os cães sem dono, mas também um ou outro que pertencia a algum morador da cidade. Isso acabou em descontentamento, desconfiança e acusações de covardia por parte da população para com a administração municipal, sobretudo, ao fiscal, responsável por este tipo de cuidados.

Para a infelicidade do fiscal, uma cachorrinha de Dioguinho também ingeriu uma das “bolas” de carne com arsênico e morreu.

Movido pela raiva Dioguinho decidiu vingar-se do fiscal.

Era aí pela-meia noite. Dioguinho saiu de casa, pelos fundos. Ia com o chapéu desabado e um pano preto amarrado no rosto, deixando só os olhos descobertos. Na mão, levava o rabo-de-tatú. Foi andando rente às paredes e, quando chegou à casa do fiscal, que ficava mesmo alí perto, no então largo do Circo, parou. Espiou de um lado e de outro. A rua estava deserta. De um salto, transpôs o muro, forçou a porta da cozinha e foi entrando, pé ante pé, até o quarto, onde o tal dormia a sono solto junto com a mulher. Dioguinho levantou a colcha e os lençóis, devagarinho, com cuidado para não acordar nenhum dos dois. Segurou bem no cabo do relho. E zás! deu a primeira lombada na cabeça do homem. A seguir, deitou a chicotear marido e mulher. Deu, deu, deu, até que se sentiu desabafado. Depois disso, desapareceu no escuro da noite.¹⁷⁷

O fiscal e sua esposa foram hospitalizados em estado grave, sobretudo o fiscal, com uma fratura no crânio. E, em pouco tempo, toda a cidade já tinha conhecimento do ocorrido.

Acompanhado do escrivão, o delegado da cidade foi ao hospital para ouvir as vítimas e procurar saber o que havia acontecido. Chegando lá foi avisado que o fiscal estava em estado de coma. E a mulher, devido ao grave estado clínico, prestou depoimento com dificuldades, falando somente coisas superficiais. Que acordou surpreendida por um

¹⁷⁶ Segundo o Código penal de 1890, se o criminoso cometesse o crime por meio de veneno, substâncias anestésicas, incêndio, asfixia ou inundação (era considerado crime de envenenamento todo o atentado contra a vida de alguma pessoa por meio de veneno, qualquer que seja o processo, ou método de sua propinação, ou seus efeitos definitivos. E, entendia-se como veneno toda substância mineral ou orgânica, que ingerida ou aplicada no organismo determinava a morte, colocasse em perigo a vida, ou alterasse profundamente a saúde), seria sentenciado a pena de doze a trinta anos de prisão.

¹⁷⁷ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 131.

homem mascarado que não parava de bater nela e em seu marido, e que em meio a tantos golpes só pronunciou a frase “Toma! É pra você aprender a matar a criação dos outros”.¹⁷⁸

Dois dias depois o fiscal da prefeitura faleceu, vitimado pela surra que havia tomado. Dioguinho, se pego por este crime poderia ter pego uma pena que poderia variar entre doze e trinta anos de prisão, de acordo com o Código Penal de 1890. Pois, uma das interpretações poderia acuá-lo de proceder com surpresa e disfarce, além do abuso de superioridade em sexo (contra a mulher), força e armas, de modo que as vítimas não puderam se defender e nem de repelir as agressões —para ser considerada mortal, no sentido legal, era indispensável que a lesão corporal seja a causa da morte, ou ter sido praticada contra uma pessoa cujo estado morbido anterior contribuía para que a lesão posterior fosse irremediavelmente mortal.

Porém, Dioguinho passou incólume por este episódio de violência. E continuou na cidade, convivendo “normalmente” entre a população local, e participando de um ou outro evento organizado por conhecidos seus.

Inclusive, para uma festa de aniversário organizada pelo coronel e antigo fazendeiro J. B., que aconteceu em uma grande residência, próxima da Santa Casa de Misericórdia de São Simão, Dioguinho foi convidado especial.

Era uma agradável, e todas na festa estavam muito alegres e felizes. Muitas pessoas dançavam ao som das polcas¹⁷⁹ e mazurcas entoadas por duas sanfonas, um cavaquinho, uma flauta e um violão. Os que não dançavam se reuniam em pequenos grupos para conversar ou paquerar.

Dioguinho, o principal convivas estava conversando com o coronel quando dois soldados do destacamento local chegaram ao lugar, também como convidados. Dioguinho vendo-os de longe, não deixou de manifestar o seu desgosto em relação a classe policial, os “periquitos”, dizia ele. J. B., contudo, reconhecido por sua moralidade, tratou de fazer Dioguinho relevar a presença dos fardados ali, e aproveitar a noite para se divertir, como todos estavam fazendo.

Em determinado momento, Dioguinho foi para o lado de fora da casa, ao ar livre. Pouco tempo depois, como havia imaginado, os soldados foram para lá também, matar a sede com a água do poço.

¹⁷⁸ Idem, p. 132.

¹⁷⁹ Estilo de música e de dança originário da Boêmia.

Tirando do bolso duas notas de cinco mil réis, Dioguinho ofereceu a um dos homens para que fosse buscar uma garrafa de conhaque, para que os três tivessem outra bebida para apreciarem na festa, além da água do poço.

Era apenas um pretexto.

Um soldado rumou apressado para a única venda aberta, que ficava do outro lado da cidade, próxima a estação ferroviária. O outro, ficou na festa e se entreteu com as danças e as moças do baile.

A certa altura da noite, Dioguinho pediu para que o soldado presente na festa fosse atrás de seu companheiro, pois muito tempo já havia se passado desde que ele tinha saído. O homem concordou e foi, pois também desejava beber do conhaque.

A festa já rolava alta, e alguns minutos depois Dioguinho saiu sem ser notado e foi rumo para encontrar os dois, propositalmente na noite deserta de uma das estradas da cidade. Não caminhou muito até encontrar os dois vindo em sua direção.

Simpático Dioguinho fingiu não se preocupar com a demora de ambos, e ouviu a explicação do soldado, que havia chegando na venda encontrou o sargento que lhe pediu ajuda para carregar um bêbedo qualquer até a cadeia.

Foram os três voltando para a festa. Conversando e sorvendo conhaque.

Dioguinho, enquanto isso, foi tirando a faca da bainha, conservando a lâmina colada no antebraço, de modo que não fosse vista por nenhum dos dois. Em seguida, foi se chegando cada vez mais perto do baixinho, muito matreiro; de repente, encostando-se nele, deu-lhe um pontaco bem no coração.¹⁸⁰

O outro, que acabava de entornar um grade gole de conhaque, virou-se e viu o companheiro caindo. Imaginando que fosse bebedeira ou algum ataque se abaixou sobre o corpo do companheiro. Mal viu o sangue foi atingido nas costas pela faca de Dioguinho, que passou a desferir vários golpes em ambos. Quando se cansou, voltou para a festa. Conversou, brincou, como se não tivesse saído dali.

Os corpos foram encontrados no dia seguinte. E o assassino dos soldados não foi descoberto.

Os crimes de Dioguinho se sucediam e a polícia se limitava a abrir inquéritos — quando o fazia — ou a enviar uma escolta em sua perseguição, composta de alguns poucos soldados, que davam uma volta pelas redondezas, perguntavam a um e outro se o tinham visto, iam até esta ou aquela fazenda, e regressavam, sem qualquer resultado prático.

¹⁸⁰ NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 137.

E, no entanto, todos sabiam onde o facínora podia ser encontrado. Em Cravinhos, ele era visto com frequência nos bares, bilhares, na casa do juiz de paz. Certa vez, foi visto na casa do próprio subdelegado! O povo sabia e as autoridades não podiam ignorar que tais e tais fazendeiros lhe davam asilo. E, contudo, ninguém ousava enfrentá-lo.

A impunidade de Dioguinho, se por um lado revoltava os cidadãos honrados, por outro os atemorizava. Isso explica, em parte, por que, durante mais de cinco anos¹⁸¹, esse bandoleiro fez das suas sem prestar contas à justiça.

Opor-se aos seus pedidos, negar-lhe asilo, desprezar-lhe a amizade importava em arranjar um inimigo perigoso, triçoeiro e persistente. Cair na sua antipatia podia significar uma tocaia no quintal da própria residência. Ou então, corria-se o risco de amanhecer de um dia para o outro esticado na beira de um caminho, com a boca cheia de formigas.

Assim pensava a maioria dos homens daquele tempo. E entre uma coisa e outra, preferiam, humanamente, viver em paz com Dioguinho e sua gente. É bem verdade que nem todos se limitavam às simples relações de cordialidade. Indivíduos houve que dele se aproveitaram como instrumento para a solução de suas querelas políticas e particulares, empreitando-o para eliminar desafetos.¹⁸²

A situação de impunidade de Dioguinho, da qual fala Amoroso Netto, começou a mudar conforme o aparelho repressivo implantado pelo governo republicano começou a se estender com mais intensidade as regiões interioranas do país, onde até então — de modo um pouco diferente do que já estava acontecendo em grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro —, mesmo com todas as mudanças feitas pelos dispositivos do Estado, ainda imperavam muitos resquícios de mandonismo local. Em muitas cidades do interior, onde Dioguinho vivia, a polícia naquela época trabalhava “[...] isoladamente, com destacamentos compostos de três ou quatro soldados, às ordens de autoridades leigas e ligadas por laços de parentesco, amizade ou subordinação política aos protetores [de Dioguinho]”.¹⁸³

O mapa abaixo, marca vários locais onde, segundo Amoroso Netto, Dioguinho atuou.

¹⁸¹ Em seu artigo *Além da justiça*: o homicida Dioguinho e seus cúmplices, Marília Schneider escreve que eram atribuídos à Dioguinho “mais de 50 assassinatos praticados entre os anos de 1894 e 1897”.

¹⁸² NETTO, João Amoroso, op. cit. p. 163-4.

¹⁸³ Idem, p. 164.



Fonte: Extraído do livro de João Amoroso Netto, p. 307. Captura via scâner.

Os acontecimentos que cercavam Dioguinho já eram noticiados na capital do estado com bastante intensidade. Além disso, queixas, cartas anônimas ou assinadas, vindas do interior, solicitando providências contra ele, se avolumavam na Chefatura de Polícia¹⁸⁴ de São Paulo, sob o comando de Francisco Martiniano da Costa Carvalho.

O chefe de polícia convocou, então, Antônio de Godói Moreira e Costa, seu 4º delegado auxiliar, e o incumbiu de organizar os trabalhos, dirigir as diligências e instaurar os inquéritos para a captura de Diogo da Rocha Figueira e de seus sequazes.

Munido de vários documentos, provas e depoimentos — entre eles, as declarações prestadas por Balbina Maria de Jesus a Fausto Dias Ferraz, 5º delegado de polícia, e os laudos de exame de corpo de delito feitos Inácio Mesquita e Bento Xavier de Barros — Antônio Godói iniciou os trabalhos.

Procurando espriar a ação em um raio maior de atuação, o chefe Francisco Carvalho incumbiu o alferes Benedito Manuel Pedroso foi designado delegado em São Simão, onde Dioguinho havia mesmo assassinado Marciliano Pereira Machado, o Marciliano Fogueteiro. Além disso, o alferes José Firmino foi instruído a atuar no município de São

¹⁸⁴ Em 1891, o governo republicano reestruturou a polícia estadual, dando origem a Chefatura de Polícia, e preservando o cargo de delegado.

Carlos. E um importante nome dessa missão, o tenente-coronel Pedro da França Pinto, subdelegado de Vila Mariana foi encarregado do setor que cobria a região de Botucatu, São Manuel e adjacências.

O inquérito — embora o sistema de investigação já existisse, foi somente no ano de 1871, que apareceu essa denominação vinculada a atividade policial — consistia na realização das diligências necessárias para o desenvolvimento das investigações dos crimes, de suas circunstâncias, e de seus autores e cúmplices. A inquirição realizada pela polícia servia para auxiliar as autoridades judiciárias ou o promotor para quando, posteriormente, seria produzida a prova que, por sua vez, resultaria na proposição da ação penal.

Como estratégia, Antônio Godói resolveu investigar inicialmente as pessoas suspeitas de acoitar Dioguinho, procurando provas disso para, em seguida, pedir a prisão preventiva desses suspeitos¹⁸⁵.

Com os planos traçados, Antônio Godói rumou para o distrito de Cravinhos, acompanhado do escrivão e de uma escolta armada, causando alvoroço no lugar.

Tomando conhecimento de que a força policial que havia desembarcado direto da capital, Reginaldo, juiz de paz Cravinhos, enviou uma carta às pressas avisando Dioguinho que uma escolta havia chegado à cidade com a intenção de prendê-lo.

Ao saber da notícia, Dioguinho e seu irmão deixaram rapidamente a fazenda de M. S. O., onde estavam passando uns dias.

Após se instalarem na subdelegacia de polícia e ordenar a repressão ao porte de armas na cidade. Antônio Godói recebeu uma correspondência vinda de seus colegas que estavam em Ribeirão Preto. Esta informava que Dioguinho poderia ser capturado na fazenda de M. S. O.

Imediatamente organizou uma diligência e rumaram para a fazenda, todos montando animais emprestados por cidadãos que desejavam colaborar com a polícia naquela missão.

Chegando à fazenda, os policiais revistaram todas as casas e ranchos da fazenda, até encontrarem Eliseu Prudente, também conhecido como Joaquim, um dos capangas de Dioguinho.

Eliseu disse ao comandante que, ao saber da aproximação da escolta, Dioguinho e seu irmão montaram em seus animais e saíram sem dizer nada a ninguém. Dito

¹⁸⁵ Segue como anexo número 4, uma cópia do inquérito (tal como descrito na literatura de Amoroso Netto) realizado por Antônio de Godói Moreira e Costa que foi despachado para a Comarca de Ribeirão Preto no dia 19 de abril de 1897. Nesse mesmo dia, segundo o autor, fora decretada a prisão preventiva dos indiciados.

isto, Eliseu conduziu os homens até a pequena barraca onde Dioguinho havia se instalado. Lá havia duas camas feitas de troncos de árvores, alguns grandes caixas e dois grandes baús. Além disso, foram encontradas armas, munições, arreios e animais, e o mais importante para as investigações, cartas e documentos trocados entre Dioguinho e seus contatos.

Após campear a fazenda de M. S. O., a escolta se dirigiu, no dia seguinte, para a fazenda de A. F. N.¹⁸⁶, vulgo Tatuca, lugar onde Eliseu, havia confessado ser o lugar de refúgio de Dioguinho nos momentos de maiores dificuldades. Lá também se sentiram frustrados, contudo, apesar de novamente não terem encontrado Dioguinho, os materiais colhidos foram bem aproveitados para o inquérito e para a manutenção da tropa: arreios, espingardas, garruchas e uma quantidade razoável de munição. Apreenderam também, doze equinos.

Além disso, mais cartas e um caderno de notas — contendo os nomes dos homens que trabalhavam para Dioguinho, e as quantias pagas a cada um deles — também foram apreendidos.

Assim que terminaram de recolher os materiais, incendiaram a barraca e retornaram à Cravinhos, para ler e investigar o que havia sido arrecadado.

Já na subdelegacia de polícia, Antônio Godói encaminhou um ofício para o chefe de polícia, relatando o resultados dos trabalhos realizados até então.

O ofício foi enviado, com o texto descrito abaixo, conforme apresentou Amoroso Netto.

Cravinhos, 13 de abril de 1897. Chegando ao meu conhecimento que fazendeiros e negociantes deste município e outros vizinhos protegem o assassino Diogo Rocha e seus capangas, asilando-os em suas casas e fazendas, prestando-lhes auxílios materiais e procurando ocultar os seus crimes, sabendo que são criminosos e para esse fim se reúnem, mando ao escrivão deste Juízo que autuando esta, intime as pessoas sabedoras, a fim de deporem hoje nesta Delegacia, às duas horas da tarde. O que cumpra. O Delegado em comissão.

Antônio de Godói Moreira e Costa.¹⁸⁷

Antônio Godoi inquiriu depois mais seis testemunhas: Horácio Resende Meireles, ex-subdelegado de Cravinhos e desafeto de Dioguinho; José Medeiros Filho, empregado da Estrada de Ferro Mogiana, este relatou que havia conhecido Dioguinho em Mato Grosso de Batatais e que naquela época, ele era cabo-comandante da Guarda Cívica,

¹⁸⁶ Antônio Fernandes Nogueira. Para mais informações vide: <www.estacoesferroviarias.com.br/t/tatuca.htm>.

¹⁸⁷ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 178.

enquanto o subdelegado era Luís Guedes; a terceira testemunha foi Antônio Serapião, administrador da Fazenda Arací, de propriedade de J. C. B. S., em São Simão — este último contou que soube de mais um assassinato cometido por Dioguinho, cuja vítima chamava-se José Júlio; a quarta testemunha foi o negociante Saturnino Leite da Silva, que não acrescentou muito de novo; o quinto depoente, Luís Costa, funcionário público ressaltou também a crueldade de Joãozinho, dizendo que, apesar de tão novo, por volta dos dezoito anos, já era tão ou mais cruel que Dioguinho; a sexta e última testemunha, Alípio César Rezende, também funcionário público na cidade de Cravinhos, também não acrescentou muitas coisas, além de citar um ou outro nome de pessoas ligadas a Dioguinho.

As seis testemunhas indicaram ao comandante vários nomes de fazendeiros e negociantes que protegiam Dioguinho. E assim, Antônio Godói procurou desestabilizar toda a rede protetora, prendendo e processando coiteira, afastando cúmplices, suspeitos e os que levavam notícias até Dioguinho. Para assim, conseguir encontrar o lugar onde ele e seu irmão haviam se escondido.

Trinta e quatro cartas foram apreendidas: catorze assinadas por R. M. G., 9 por J. A. M., 5 por M. G. de O.; 2 por C. C. de O.; 1 por J. M., 1 por J. S. 1 por A. H. A. F. e 1 por um tal de Vanico. Além de uma fotografia com a seguinte inscrição: “Oferecida ao meu bom amigo Diogo da Rocha Figueira, em sinal de íntima amizade. 26-1-96.”¹⁸⁸

Então, após ouvir as testemunhas, Antônio Godói escreveu um relatório (anexo 4) pedindo a prisão preventiva dos cúmplices de Dioguinho. Este relatório foi enviado ao juiz de direito da comarca de Ribeirão Preto. No mesmo dia, 19 de abril de 1897, o magistrado Manuel Aureliano de Gusmão decretou a prisão preventiva dos indiciados, que foram encaminhados para a cadeia pública da cidade.

No dia seguinte, Antônio Godói ouviu mais testemunhas: o comerciante português Atanásio de Matos; o comerciante português Manuel Francisco dos Anjos; o português e empregado do comércio José Lopes da Costa; o fazendeiro Alberto Lourenço Seródio; o comerciante português Francisco da Silva Vitoriano, e o carreteiro José Damásio Gonçalves, todos moradores da Cravinhos.

Dioguinho e Joãozinho estavam em São Simão quando souberam da operação policial. Em sua rota de fuga passaram por cinco fazendas, posando no máximo uma noite em cada uma delas, onde liam os jornais e se informavam ao ler as notícias do cerco policial. Da fazenda “Pantano” em São Simão, foram para um lugar conhecido por “Cortado”

¹⁸⁸ Idem, p. 206.

na sede de José Fernandes, onde pousaram uma noite e, no dia seguinte, seguiram para o “Retiro dos Veados”, em Guatapar, posando na casa de Cândido Teixeira da Silva. No dia seguinte, Cândido os conduziu até a fazenda de Juca Fernandes, em Araraquara. Apesar de este ter-lhe negado pouso, Dioguinho achou melhor evitar ruídos, pelo menos até fugir da escolta.

Prosseguindo na fuga, Dioguinho e seu irmão Joãozinho dirigiram-se para a fazenda Santa Eudóxia, no Município de São Carlos, cujas terras margeiam o rio Mogí Guaçu, conhecida também como Fazenda Cunha Bueno, que pertencia ao senador Alfredo Ellis, e de l, se dirigiram para a casa de José Pires de Santana, um parente distante.

Com a ajuda de Santana e de um experiente canoieiro chamado Urbano Pinto Colares, dirigiram-se até o rio Mogí Guaçu a procurar de um lugar seguro para construírem um rancho para lhes servir de abrigo e esconderijo. Chegando a outra margem do rio que funcionava como uma divisa natural entre os municípios de São Carlos e São Simão, Dioguinho e Joãozinho decidiram que ali no lugar conhecido como Pedrinhas, era adequado para ficarem. Construíram então uma barraca no alto de um grande barranco, depois de uma picada, cercado de troncos e árvores, estrategicamente situado, de modo que quem estivesse l em cima poderia ver qualquer um que se aproximasse sem ser pego de surpresa, já quem viesse debaixo não conseguia vê-los se não subisse o barranco, somente se viessem  vista.

Dioguinho

[...] começou a riscar com a ponta do facão a terra. Desenhou a planta do rancho.

Os homens fincaram as forquilhas nos lugares indicados, depois prepararam o sap, e foram ajustando tudo. Daí a pouco o rancho estava armado. Dentro foram construídas duas camas com paus amarrados com cipó e sap por cima, sendo uma grande e outra menos.¹⁸⁹

Findando a construo, passaram a organizar os objetos dentro do rancho.

Dioguinho havia contratado o trabalho de Urbano por uma significativa quantia em dinheiro, para que ele fosse responsável pela logística dos recursos que os irmãos necessitassem. Assim, quando uma encomenda era feita, Urbano descia o barranco, atravessava até a outra margem do rio Mogí, e caminhava alguns quilômetros até a casa de Santana, que funcionava como uma espécie de entreposto de suprimentos. Toda a ligao de Dioguinho com o ambiente externo dependia da confiança depositada em Urbano e Santana, os únicos que tinham conhecimento da localidade do seu esconderijo.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 230.

Dioguinho atualizava-se das informações a seu respeito por meio da leitura de jornais e cartas enviadas ao portador para ele, na casa de Santana. Uma das cartas que recebeu neste tempo que ali esteve foi a de um amigo que lhe enviou uma cópia da denúncia apresentada pelo promotor público de Ribeirão Preto, Pedro Árbues da Silva Júnior. Amoroso Netto apresentou-nos dois trechos deste documento¹⁹⁰:

O brilhante relatório da autoridade policial, que conscienciosamente presidiu o inquérito, apresenta à Justiça um resumo fiel das vigorosas provas da criminalidade dos denunciados. E de fato, diante das inatacáveis provas documental e testemunhal completas como o são, contidas no inquérito junto, verifica-se de uma maneira tão clara e positiva a criminalidade dos denunciados, como cúmplices do famigerado assassino Diogo Rocha e de sua quadrilha, que isso torna-se um fato racional e irremediavelmente incontestável. Esses documentos e esses depoimentos uniformes proclamam, com verdade e justiça, a culpa dos denunciados. A correspondência epistolar destes fornece a prova inabalável de que eles asilavam esses bandidos, sabendo perfeitamente que eles eram assassinos, como o são.

Está, pois, plenamente provado que os denunciados asilavam o assassino Diogo Rocha e seus sequazes, em suas casas de moradas, com plena ciência de que o assassinato era o que constituía, unicamente, a ocupação deles, praticando esses homicídios em suas próprias fazendas, como, talvez, os tivessem até mesmo testemunhado. É ainda, fora de dúvida que se esses assassinos não encontrassem amparo seguro por parte dos denunciados, não teriam praticado tantos assassinatos execráveis. Assim tendo feito, concorreram eles para a perda de muitos cidadãos, cuja falta é insanável, para o lar de suas famílias e para a sociedade. E, como, com tal procedimento, praticaram os denunciados o crime previsto pelo art. 294, parágrafo primeiro, combinando com o parágrafo quarto do art. 21 do Código Penal, vem esta promotoria dar-vos a presente denúncia, esperando que, julgada provada, sejam eles pronunciados como incurso nas penas desses artigos, e nelas, afinal, condenados. Esta promotoria protesta promover contra Diogo Rocha e seus sequazes, atualmente foragidos, os competentes processos relativamente a cada um dos assassinatos por eles cometidos, nesta comarca, para o que só aguarda a conclusão das diligências importantes que estão sendo procedidas pela polícia. Nestes termos, P. a. v. excia. que, recebida e A. esta, mandeis intimar as testemunhas adiante nomeadas, para virem depor no sumário de culpa o que souberem sobre os fatos constantes desta, em dia e hora designados por v. excia.¹⁹¹

Descobrimo o possível paradeiro de Diogo da Rocha Figueira e de seu irmão João Dabney, o tenente-coronel Pedro da França Pinto, acompanhado por uma escolta de doze policiais bem armados, rumou para a sede da fazenda Santa Eudóxia no dia 27 de

¹⁹⁰ Para aprofundar a análise por este aspecto ler: Nilce Camila de Carvalho. Dioguinho: o mítico representante da sociedade e do banditismo caipira. In: *GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*. n. 7. jan./jun. 2009, texto que se propõe a uma análise da ação policial e judiciária para a captura de Dioguinho, destacando o sentido político das fontes analisadas: narrativas literárias, crônicas jornalísticas e os julgamentos de *habeas-corpus* dos acusados de cumplicidade do criminoso.

¹⁹¹ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 268-70.

abril de 1897, onde encontraram Alfredo Ellis apresentando um telegrama escrito por Antônio Godói relatando que as investigações apontavam a presença de Dioguinho ali. De acordo com narrativa de Amoroso Netto, o senador desconhecia a presença de Dioguinho em suas terras, mas confirmou que José Pires de Santana morava na fazenda, a alguns quilômetros da sede, e se propões a contribuir com a diligência, disponibilizando tudo que fosse necessário.

O Sol já havia se posto quando rumaram para a casa de Santana. Entraram em sua casa e por meio da coação obrigaram o parente e o canoeiro Urbano a delatar Dioguinho e Joãozinho, e colaborar em suas capturas.

Além da força, França Pinto se utilizou de argumentos patrióticos para convencer os homens a ajudar a polícia — argumentos que corroboravam o novo sentimento republicano — coisas da ordem de “mostre-se um brasileiro digno”, “cumpra seu dever como cidadão e patriota”. A prisão de Dioguinho já estava sendo tratada, pelo menos, nos discursos policiais, como algo benéfico à nação, unitariamente. Além disso, deixavam claro que a justiça agora não se daria mais por meio da vingança imputada pelas milícias e capangas, mas a pela força policial designada pelo poder centralizador do Estado.

Assim, França Pinto organizou junto com os novos colaboradores, Santana e Urbano, um plano para a captura de Dioguinho e seu irmão. Contudo, se a escolta se deparasse com uma situação de conflito, o que colocaria a vida de seus homens em risco, França Pinto autorizou-os a atirar a vontade após uma ordem sua.

A estratégia consistia em atrair os irmãos para a margem do rio próxima a casa de Santana, sob o pretexto de trazerem-lhe a canoa maior que estava na outra margem para carregar os mantimentos.

Seguros, Dioguinho e Joãozinho muniram-se de algumas armas e desceram o barranco a fim de levar a canoa maior para Urbano na outra margem do rio, e ajudá-lo a carregar os fardos de mantimento para o rancho.

França Pinto organizou seus homens entrincheirados e camuflados atrás de árvores de ingá e grupiás, com as armas engatilhadas, sem fazerem o menor ruído, mas prontos para atirar.

A canoa foi afastando-se da margem, vagarosamente. [...]

Quando a canoa chegou no meio do rio, Dioguinho deu ordem ao irmão parar, fazendo sinal com a mão. Levantou-se, empunhando a carabina, apurou o ouvido e ficou olhando para o barranco da outra margem, sempre de ouvido atento. [...]

Dioguinho por fim sentou-se. Joãozinho deu mais algumas remadas e parou outra vez, a nova ordem do irmão. E também ele ficou atento, procurando ouvir alguma bulha. Mas, nada. [...]

Dioguinho, em dado momento, por simples cisma, ou porque tivesse realmente ouvido algum ruído, ergue a carabina à altura dos olhos, mirou exatamente o lado onde se achava amoitada a escolta, e ficou assim, na expectativa. Parecia até que adivinhara...

A canoa, levada pela correnteza, parara a uns dez metros da margem. [...]

[...] Joãozinho foi impelindo a canoa e daí a pouco já se achavam bem perto da margem, quase ao alcance de um varejão. Foi quando se ouviu um ruído. Talvez um pau seco pisado por algum dos homens da escolta, ou quem sabe, mesmo, o ferrolho de um fuzil ao ser armado. Dioguinho, ligeiro, disparou a carabina naquela direção.¹⁹²

A narração de Amoroso Netto é marcante, permeada de detalhes, nos prende até o próximo evento. Além disso, do ponto de vista literário, legou a posteridade uma visão ímpar da morte de um personagem muitíssimo singular como Dioguinho. Sua obra acabou por influenciar a composição musical *A morte de Dioguinho*, de Serrinha & Caboclinho que, a não ser pelo grande valor sentimental e dramático oriundo da melodia e das vozes impostas para contar o evento, é praticamente uma versão musicada do capítulo 44 da obra de Amoroso Netto:

O Dioguinho em São Carlos arranjou dois companheiros,

Era um tal José Santana e Urbano canoeiro.

E na fazenda Cunha Bueno, que era o seu paradeiro,

O Urbano e o Santana denunciavam os bandoleiros.

E assim chegou seu dia, foi o fim do valentão.

A escolta que os seguia avistou os dois irmãos.

Foi no rio Mogi Guaçu, manejando o varejão,

Vinham os dois numa canoa, sem saber da traição.

O coronel França Pinto, que era um militar de brio,

Quando deu sinal pra escolta, uma descarga partiu,

Dioguinho foi acertado e dentro d'água caiu,

Chamou por Nossa Senhora e nas águas se sumiu.

¹⁹² Idem, p. 268-70.

*Joãozinho foi se afastando, na canoa baleado
E numa curva do rio, já não foi mais avistado.
Mas depois de quatro dias, seu cadáver foi achado,
Já num tronco dentro d'água seu corpo tava enroscado.*

*Joãozinho foi enterrado pela escolta que o seguiu
Nas serras de Monjolinho, na margem esquerda do rio.
E o corpo do Dioguinho, no fundo d'água sumiu,
Ficou no Mogi Guaçu, com seu passado sombrio.¹⁹³*

Já havia anoitecido França Pinto resolveu que a busca pelos corpos deveria ser retomada no dia seguinte. E assim se deu. Além da procura nas águas do rio, parte da escolta liderada por França Pinto se dirigiu ao rancho onde Dioguinho, Joãozinho e Urbano haviam passado aqueles dias. Lá apreenderam: uma carabina de repetição, um punhal com bainha de prata, um livro *Horas Marianas*, uma oração para Santa Catarina, dois relógios, um de prata e outro de ouro, carteiras de couro com documentos, correspondências, barbas e cabelos postiços¹⁹⁴ e uma dentadura com alguns dentes de ouro.

Após vários dias foi finalmente a 5 de maio de 1897, o corpo de João Dabney, ou João Rocha de acordo com os registros policiais, foi encontrado preso a troncos na margem do rio. Em seus bolsos havia um conto e setenta e oito mil réis. Seu corpo foi enterrado rapidamente devido ao seu avançado estado de putrefação.

O corpo de Dioguinho, contudo, não foi encontrado. Os policiais, após extenuantes buscas, justificaram que a grande quantidade de armas que carregava seu corpo afundou, caindo em um lugar sujo cheio de troncos e raízes. Assim deram-no como morto e desaparecido no dia 1º de maio de 1897.¹⁹⁵

Antônio Godói chegou ao local e foi informado de todo o ocorrido. Encaminhou então um telegrama com o seguinte texto ao chefe de polícia:

¹⁹³ As composições "Os crimes do Dioguinho" e "A morte do Dioguinho" foram compostas por Ado Benatti, Anacleto Rosas Jr. e Serrinha, em 1950. Essas canções propiciaram um registro oral dessas adaptações por parte de uma esfera que possuía grande interação com o livro de Amoroso Netto.

¹⁹⁴ Segundo depoimento prestado à polícia por um capanga de Dioguinho, ele usava tais objetos como disfarce. Contudo, isso suscitou em alguns pesquisadores a hipótese de que Dioguinho poderia ser homossexual.

¹⁹⁵ O segundo mapa apresentado por nós, na página 103, mostra o local onde o cerco a Dioguinho ocorreu.

Acabo de encontrar, descendo o rio Mogí-Guassú, o cadáver do assassino João da Rocha, morto pela escolta na tarde do dia primeiro deste mês, quando resistia à prisão. Transportei o cadáver para o Porto Jataí¹⁹⁶, onde depois de lavar o auto de identidade e achada do cadáver, fi-lo enterrar à margem do rio, devido ao seu adiantado estado de putrefação. O cadáver de Dioguinho não boiou ainda porque, carregando muito armamento, supõe-se que houvesse ficado preso no fundo d'água, em alguma raiz. É enorme o regozijo da população desta Comarca.¹⁹⁷

As autoridades envolvidas na captura prestaram informações aos órgãos de notícia a partir de telegramas e relatórios dos agentes que atuaram diretamente no caso. O jornal *Correio Paulistano* anunciou em primeira mão, no dia 26 de abril de 1897, que o cerco ao bando a Diogo da Rocha Figueira havia obtido sucesso.

Os atos de Dioguinho pareceram coincidir com toda uma crise circular que acompanhou o ciclo do café, da opulência à decadência. Na essência desta crise, as pessoas ansiavam por justiça ou a vingança e, na maioria das vezes, ela se dava por meio de seus protetores, ou capangas de ricos senhores de terra, em termos que lhe garantisse a tranquilidade, o bem-estar, a felicidade, na medida do possível.

Quando a população tomou conhecimento de que o corpo de Dioguinho não foi encontrado, o imaginário popular formado acerca dele — que ainda antes de ser considerado morto pela polícia, já era ricamente constituído — reverberou, se alastrou, criou raízes. Seu vulto, que metia medo, passou a estimular o rural e também urbano do estado de São Paulo. Sua reputação de assassino cruel e invulnerável prosseguiu, apesar dos anos passados, após o cerco das forças policiais e repressivas do Estado.

Muitas pessoas acreditavam, anos após estes acontecimentos que Dioguinho ainda estava vivo e às vezes disfarçado perambulava pelo interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo, atuando de maneira mais discreta, mas não menos incisiva.

Dioguinho surgiu, viveu e morreu nessa época e nesse meio. E, assim como acontece com a maioria dos bandoleiros célebres, a lenda e a fantasia também o envolveram em suas intrincadas malhas, de tal forma que, mesmo ao tempo em que ele viveu, já era dificultoso, acerca de sua vida e de seus crimes, separar o verdadeiro do fictício, o real do imaginário, o plausível do inadmissível.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Amoroso Netto aponta um equívoco de Antônio Godói, pois segundo consta no auto de achada assinado por ele e também no termo de reconhecimento do corpo de Joãzinho, no dia 5 de maio de 1897, o lugar onde o fato aconteceu chama-se Monjolinho, conforme consta no processo n. 1789, arquivado atualmente em Jundiaí.

¹⁹⁷ NETTO, João Amoroso, op. cit., p. 289.

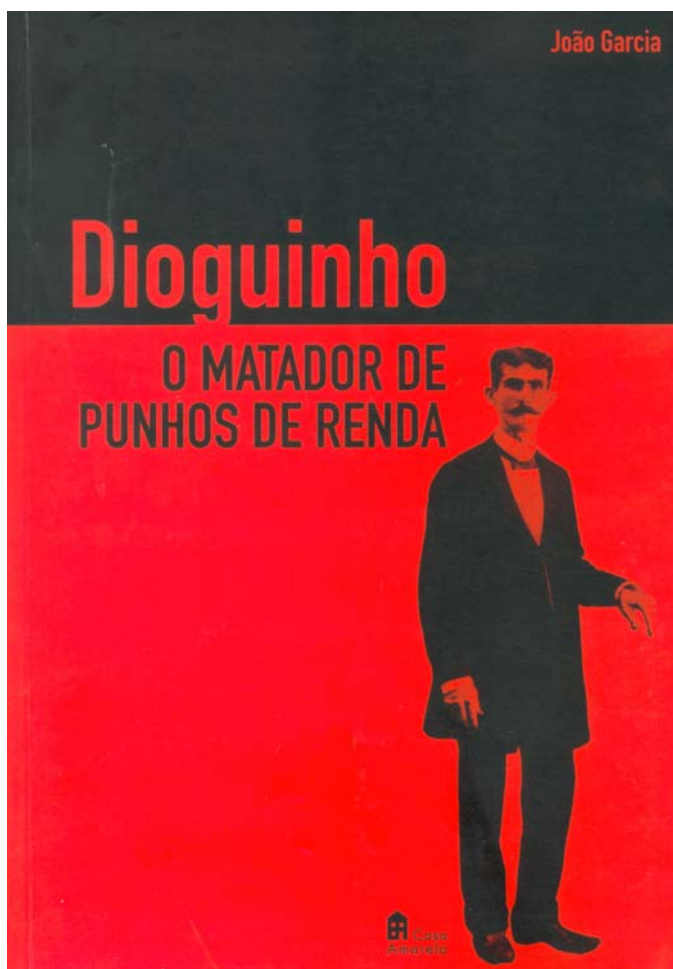
¹⁹⁸ Idem, p. 14.

Para além das fontes já citadas, outros trabalhos foram produzidos a respeito de Dioguinho.

João Amoroso Netto, visando contribuir com futuros pesquisadores listou os documentos aos quais recorreu para escrever sua obra: Jornais: *O Estado de S. Paulo* – 5, 6, 7, 9 e 10 de maio e 25 de julho de 1897. *Correio Paulistano* – 29 de abril, 7, 8, 9, 11, 16, 17, 18 e 19 de maio de 1897. *Diário Popular* – 7, 11 e 17 de maio de 1897. Processos (atualmente, para uma melhor conservação, os processos findos estão arquivados em uma empresa terceirizada, na cidade de Jundiaí): Instaurados em 30/07/1883, 03/11/1884, 16/02/1885, 04/09/1888, 17/09/1889, 20/02/1890, 12/12/1890, 04/09/1891, 20/12/1897. A UEL possui artigos nos microfilmes MF 102 – n. 026 e MF 101 – n. 025.

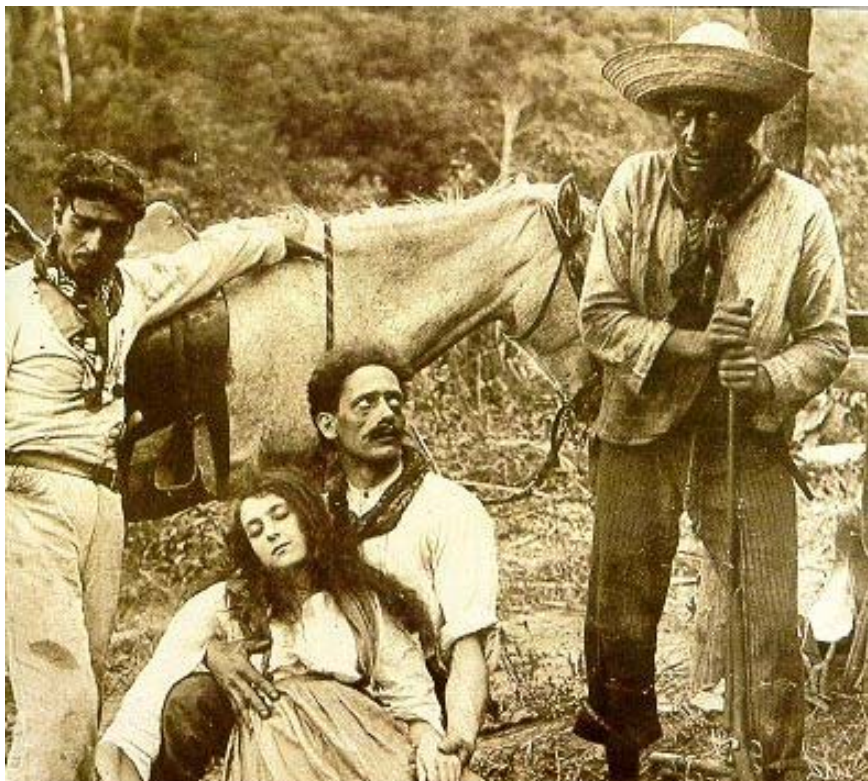
Silvestre da Matta, repórter do periódico *Correio Paulistano*, escreveu uma série de reportagens a respeito da prisão de um assassino conhecido como Antônio Modesto, em 1902, em Minas Gerais. Correu entre os populares que o preso não era outro senão Dioguinho. Argumentando a improcedência do boato, as reportagens foram reunidas em um volume intitulado *Dioguinho – narrativa de um cúmplice em dialeto*. (Biblioteca do *Correio Paulistano*. São Paulo: Tipografia Bentley Jor. e Cia, 1903).

Outra obra foi escrita pelo jornalista João Garcia Duarte Neto no ano de 2002, pela editora Casa Amarela, intitula-se *Dioguinho - o matador dos punhos de renda*. Nele João Garcia refaz o linguajar típico dos habitantes daquela região, retratando Dioguinho e os costumes, valores, conflitos, vivências e experiências de uma época singular de uma época de mudanças significativas na história do país, no Brasil do final do século XIX. Esta obra possui um riquíssimo valor literário, seus capítulos são narrados quase como “causos”.



Fonte: Captura via scâner.

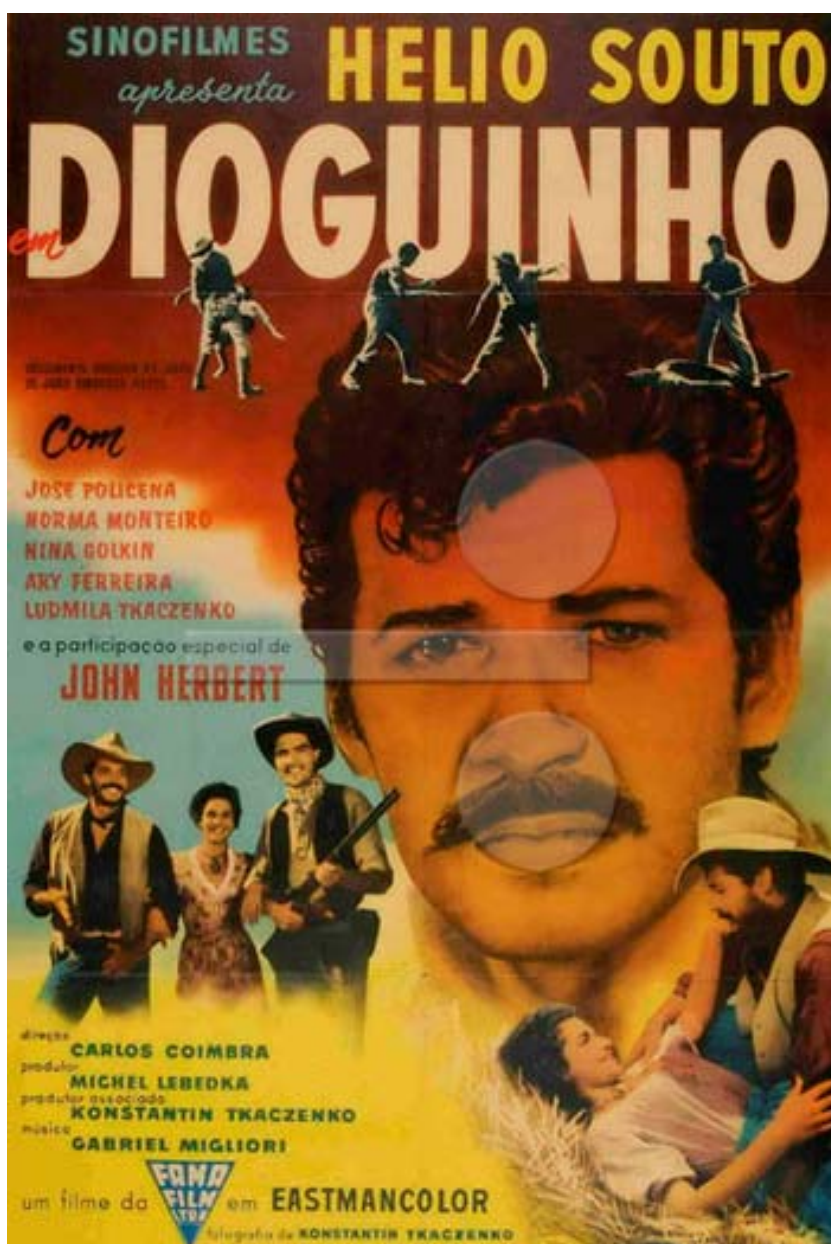
Além da rádionovela “*O Dioguinho*”, apresentada pela rádio Record, foram filmados, também, dois longas-metragens sobre Dioguinho. O primeiro, um longa-metragem mudo, em quatro atos, filmado em 1916 pela companhia Paulista Filme, intitulado *As aventuras de Dioguinho*, (72 min.) foi lançado em 01/02/1917! — apenas dezenove anos após a data em que foi dado como morto —, em São Paulo, produzido por Padalino e Farid Riskalah, e dirigido por Guelfo Andaló. O elenco era composto por Georgina Marchiari, (Mariquinhas, mulher de Dioguinho), Antônio La Hari (Dioguinho), Elvira Latari, Elvira, Copote e Paulon. De acordo com a apresentação feita no site da Cinemateca Brasileira, tratava-se de um drama-romântico. Os esforços empreendidos para a produção cinematográfica em 1916 do filme *Dioguinho*, corroboram na tese de que Dioguinho foi, ainda em vida, alguém notável. Contudo, infelizmente não encontrei nenhuma cópia disponível para visualização.



Fonte: MANZANO FILHO, Gabriel de (Dir.). *100 anos de República: uma revista ilustrada da História do Brasil – 1904-1918*. São Paulo: Nova Cultura, 1989, p. 50. v. 2. Fotograma do filme *As aventuras de Dioguinho*. Captura via scâner.

O segundo longa-metragem, *Dioguinho*, lançado em São Paulo em 1957 (76 min.), drama rural-policial-biográfico baseado na obra de João Amoroso Netto. O filme começa com o caso de Laudelino, um homem participaria de uma emboscada contra Dioguinho. Mostra sua amizade com grandes fazendeiros da região, inclusive com o coronel Tatuca. Mostra também o crime de envenenamento cometido contra o professor, comenta o caso de sua sobrinha, trata do caso da mulher adúltera, mostra também a briga entre seus capangas. Algo curioso, contudo, é que diferentemente do livro no qual se baseia, o personagem Dioguinho se assume como um assassino nato. E contraditoriamente, mantém com uma amante (Marina) uma relação cordial, expondo em seus diálogos a vontade de abandonar a vida criminoso e ir com ela para Minas Gerais.

Produzido por BG Filmes Ltda e Sinofilmes Ltda, teve como produtores Michel Lebedka, Konstantin Tkaczenko. Elenco composto por Hélio Souto (Dioguinho), Jonh Herbert (Joãozinho), Norma Monteiro (Marina), Nina Golkin (Henriqueta), José Policena (Manuel Urbano), Ary Ferreira (Tenente França Pinto), Maria Alba Sposito (Balbina), Rafael Carrero (Professor), Ludmilla Tkaczenko (Maria), S. Gawriluk (Santana), Jussara Menezes (Rosinha), Emílio Dumas (Coronel), Luiz Noronha (Raul), Manuel Dantas Filho (Joaquim).



Fonte: Cartaz do filme *Dioguinho*. Fonte: Site Cinemateca Brasileira. www.cinemateca.gov.br . Ver também: <<http://www.bcc.org.br/fotos/galeria/014042?page=2>>.

Para encerrar, aventaremos agora uma das mais interessantes fontes encontradas sobre Diogo da Rocha Figueira. Trata-se de uma carta escrita de “próprio punho” por Dioguinho e endereçada a alguém que ele trata por “amigo Luciano”. Esta é datada de 1º de julho de 1896, uma quarta-feira, exatamente 11 meses antes da data em que foi dado como morto, e foi redigida durante uma de suas estadas na fazenda Tatuca.

Considerarei oportuno tratar desta fonte neste momento, pois nesse discurso poderemos perceber alguns elementos do personagem, que a primeira vista, podem parecer paradoxais. Apesar de seu conteúdo simples, podemos interpretá-la como reveladora de

alguns aspectos da personalidade e do modo como Dioguinho concebia o círculo de pessoas que lhes eram mais próximas, ou ainda, como elemento de construção de duas “máscaras”, que ele próprio forjou: a máscara do ilustrado e a máscara do vitimizado.

É importante que se perceba como o discurso de Dioguinho se manifesta como uma ferramenta de ação deste personagem. Por isto, procuraremos deixá-lo falar, percebendo as particularidades que o próprio personagem deixa latente. Ao analisar o conteúdo da carta, não pretendemos excluir toda a singularidade que há no discurso de Dioguinho, como se nossa leitura e abordagem fossem privilegiadas fontes de razão, e que o que fora dito por Dioguinho apenas pudesse tomar forma a partir do olhar acadêmico. Não procuraremos nos indícios, nos elementos presentes na teia discursiva, reconstruir o real, ou mesmo desvendá-lo, mas, procuraremos de outro modo, tomar o discurso como um acontecimento discursivo e histórico que pode ser explicado.

Diante de tantas interpretações, de tantas máscaras imputadas por outras pessoas a Dioguinho, acreditamos ser interessante dar voz ao próprio, e permitir que seu discurso, dotado de singularidade, não seja suprimido por tantos outros discursos de verdade a seu respeito.¹⁹⁹

A carta escrita por Diogo da Rocha Figueira, datada de 1º de julho de 1896, e assinada sob o pseudônimo de *Dioguinho Condor*²⁰⁰. De maneira contrária aos outros nomes dos quais Diogo da Rocha Figueira ocasionalmente utilizou como pseudônimo, com a intenção de ocultar sua identidade batismal, como o nome civil e consuetudinário, por motivos de conveniência pessoal e, sobretudo, como estratégia para burlar intencionalmente um ato jurídico do qual era réu, tais como Diogo da Silva Rocha, não se trata, nesse caso, de um pseudônimo que poderia atentar contra a fé pública ou encobrir seu nome de batismo.

¹⁹⁹ Essa perspectiva nos foi influenciada pelo brilhante texto de Durval Muniz de Albuquerque Júnior: “Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. ensaio de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007. p. 101-112.

²⁰⁰ Na Idade Média a figura do lince, rápido, astuto e perspicaz era quase sempre associada ao Diabo. Visto que se atribuíam à ele a capacidade de olhar por através de muros e paredes, sendo associado, também, nas representações dos cinco sentidos, como a personificação da visão (“olhos de lince”). Uma crença medieval atribuíam ao olhar do lince o poder de penetrar muros e muralhas e que ele percebia sobre as imagens o reflexo dos objetos que lhe eram ocultos. Já a figura do condor, apesar de atualmente ser usada de maneira pejorativa, era tida como um símbolo de nobreza e molestá-lo era um ato criminoso. Nas concepções mitológicas de alguns povos, é tido como um símbolo de poder purificador e doador de vitalidade proveniente do fogo e do Sol. Mesmo para os maias, onde o condor simbolizava a morte, era visto como o ser que conhecia o segredo da transmutação das matérias sem valor, em força vital, ao comer carniça, por exemplo. Na Antiguidade, o condor prenunciava o destino com seu voo. O condor é a maior ave de rapina do mundo, chega a ter 1,3 metros de comprimento e com as asas abertas atingem 3 metros de envergadura, voa cerca de 500 quilômetros por dia e vive em média setenta e sete anos. O termo ave de rapina é usado para se referir aos pássaros predadores dotados de garras afiadas e bicos especiais para capturar alimentos. Ele é quase todo preto, com manchas brancas nas asas, pescoço vermelho e cabeça com tons amarelados. Tem visão e olfatos aguçados.

Nesse caso, o pseudônimo *Dioguinho Condor*, que é assinado por ele como auto de fé no fim da correspondência escrita em 1º de julho de 1896, deixando transparecer um aspecto autobiográfico, de natureza privada, mas que é tornado público, compartilhado.

As cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico. [...] Nas cartas, [...] é a configuração do momento biográfico que rege o contar da vida por meio da junção de experiências referidas a tempos e contextos sempre heterogêneos. [...] “[...] a prática da escrita de cartas, por conta do aspecto relacional que a caracteriza, instala processos autoreferenciais para além das trocas dinâmicas com o outro, o interlocutor a quem elas se destinam. O domínio da imagem de si é fundamental e a prática epistolar exige, antes de tudo, a credibilidade daquele que recebe a correspondência. [...]”²⁰¹

Reflexões historiográficas contribuíram para que o discurso a respeito do mundo que nos é mais próprio, a História, se articulasse com objetos da vida privada, apropriando-os e procurando dar-lhes algum significado por meio do discurso narrativo.

[...] [Essa] nova perspectiva historiográfica levou o florescimento da narrativa, à revalorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre cultura, abrindo um espaço importante para os escritos biográficos e autobiográficos. A menor ênfase na História quantitativa e serial e nos grandes modelos explicativos e o “retorno” do político juntamente com o da curta duração do evento singular possibilitaram essa mudança. Os *escritos autobiográficos* abrem um grande campo de possibilidades para o historiador. Resultam de atividades solitárias de introspecção [...]. Trata-se de *escrita de si*, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta. Nos documentos que a expressam [...], a palavra constitui o meio privilegiado de acesso a atitudes [...] [do personagem]. [...] as cartas constituem um gênero cultivado desde a Antiguidade como forma literária e fontes de informações para os estudos biográficos. Desde o século XVIII, assumiram também uma dimensão educativa, passando a ser utilizadas na formação dos jovens, graças ao reconhecimento de seu papel como “arte formadora da existência” (tem nota). [...]”²⁰²

Na correspondência endereçada a Luciano (?), Dioguinho assume uma posição reflexiva em relação a algumas experiências pelas quais teria passado em alguns momentos de sua vida. Ele ratifica mais uma vez ser um personagem realmente singular, quando em certo momento, procurando alçar argumentos para aconselhar Luciano, ele demonstra possuir certa erudição, tecendo comentários a respeito de história e filosofia grega clássica (leitor de clássicos e conhecedor de filosofia), e ainda envia dinheiro à seu

²⁰¹ MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 200-1.

²⁰² MALATIAN, Teresa. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.), op. cit., p. 195-6.

correspondente, solicitando que este compre uns livros²⁰³. As cartas permitiam isso, ou seja, por meio delas era possível solicitar serviços, como a encomenda de livros.

A partir do século XVIII, refletir e falar de si se tornou um hábito mais comum, contudo, somente na segunda metade do século XIX, a partir de uma alfabetização mais ampla, as cartas ocuparam um importante papel para a expressão dos sentimentos e das experiências, fazendo com que a correspondência se tornasse um hábito bastante difundido para dar vazão aos assuntos de família, amor, amizade, censura, entre tantas outros.

Os meios de transporte também tiveram um papel importante nesse processo. Com a chegada do trem ao interior, o envio de cartas, telegramas ou postais tornou-se muito mais rápido e ágil. Em pouco tempo, uma correspondência poderia chegar a um lugar distante com maior rapidez. O trem diminuía distâncias. Observamos isso, por exemplo, no momento em que Dioguinho solicitou a seu capanga que fosse entregar um telegrama, que deveria chegar nas mãos do distante destinatário no mesmo dia.

[...] As cartas expressavam a vida privada [...] e apresentavam uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade. Nelas um jogo sutil se estabelece entre o público e o privado, o íntimo e o ostensivo. Longe de serem espontâneas, as cartas ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentações de si, numa imagem pessoal codificada. O ato de escrever cartas [...] reuniu indivíduos ansiosos por receber notícias dizíveis [...] e apenas fazer supor as indizíveis [...]. Criava e sustentava um desejo de reciprocidade, pois o envio de uma carta trazia implícito ou explícito um pedido de resposta na conversação realizada à distância.

Mas comportava, como todo diálogo, silêncios, rupturas, retomadas ao sabor dos interesses e das afeições. As reações provocadas por oscilações no fluxo de cartas são bem visíveis nas linhas irritadas, decepcionadas ou angustiadas dos correspondentes.

[...] Elas [as cartas] poderiam ser guardadas ou destruídas após a leitura por sugestão ou solicitação do remetente, temeroso de ver revelado seu eu além do desejado, chegando a comportar o uso de pseudônimos, cifras e códigos para driblar a censura e a espionagem. [...] ²⁰⁴

²⁰³ Vale lembrar que, como citou Boris Fausto em seu *História concisa do Brasil*, na segunda metade do século XIX, a maioria da população era carente de instrução, sobretudo, no meio rural.

Em 1872 [...], o índice de analfabetos atingia [...] entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, sem excluir as crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 17% da população entre 6 e 15 anos frequentava escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chagava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país.²⁰³

Porcentagem da população livre que sabe ler e escrever

Província	Livres	Instruídos	%
São Paulo	680.742	141.067	20,7

Fonte: Censo de 1872. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 475. v.2.

²⁰⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe, op. cit. p. 197-8.

As cartas moveram sentimentos de preservação da intimidade, sobretudo quando segredos eram compartilhados. Muitos destinatários pediam que suas correspondências fossem queimadas após a leitura, ou que fossem guardadas a “sete chaves”. A vontade de alguns em manter vivos vestígios de vínculos estabelecidos contribuiu para que muitos documentos sobrevivessem até hoje. Pois, cabe ao destinatário, no fim das contas, decidir se irá preservar ou destruir as cartas.

Há na carta escrita por Dioguinho, uma ideia fundamental, que de certa maneira justifica a relação que ele mantinha com muitas pessoas que se tornaram próximas a ele: a ideia de *fidelidade*.

A ideia de fidelidade não é estranha ao ambiente social e temporal onde Dioguinho transita. É a ideia de fidelidade que permeia e assenta os laços e as relações estabelecidas entre muitas pessoas, sobretudo nos casos de apadrinhamento. Contudo, não existe fidelidade sem troca, e antes de ser um valor moral, a fidelidade é uma necessidade social, que não passa necessariamente pelo reconhecimento das leis.

A fidelidade, é antes de mais nada, um percurso, um percurso de obstáculos, e por vezes monstruoso. É necessário avançar, combater, vencer e retornar. O que já não é fácil. Mas esse percurso pressupõe uma direção, um alvo a ser atingido: não há fidelidade — sem objetivo, mesmo que ele mude durante o caminho e que o fim venha a se tornar o meio. E esse percurso pressupõe uma memória. É o último símbolo do fio de Ariadne, esse fio é a memória visível, que permite a continuidade do caminho, a continuidade da vida. [...] A fidelidade tem origem de onde se parte, para onde se volta, assim como o labirinto tem um entrada, um centro e uma saída — a entrada e a saída estão no mesmo lugar, mas não ocupam o mesmo espaço.²⁰⁵

Justamente este valor, a fidelidade, e sua crença nela, podem ter levado Dioguinho a morte. Ele morreu confiando a fidelidade dos seus, e foi pego em uma tocaia, entregue por seu parente, assim como Hércules que foi morto envenenado pela túnica mergulhada no sangue do centauro Nesso, que sua esposa Djanira lhe havia enviado, acreditando assim ganhar de volta seu amor.

O texto abaixo foi extraído de uma correspondência preservada de Dioguinho. Consta anexo ao capítulo XXIII da obra de Amoroso Netto, páginas 147, 148, 149 e 150. De acordo com autor, a carta era parte do acervo de uma tradicional família paulista, e foi disponibilizada pelo advogado Edmundo Dantés Nascimento, que a teria recebido da família do citado Luciano.

²⁰⁵ CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A fidelidade: um horizonte, uma troca, uma memória*. Porto Alegre: L&PM, 1992. p. 9.

Esta correspondência poderia ser mais uma das máscaras de Dioguinho, a máscara que ele mesmo investiu.

“Am.o Luciano
Fazenda do Tatuca,
1.º de Julho de 1896

Recebi tua extença carta hontem a noite por que adivinhei mandar em Cravinhos, e hoje passo arresponder; não faço como fez o Luciano, que para responder a minha carta foi preciso passar em sabão n'elle, respondendo ao 1.º topico que pergunta-me com que direito desconfio de tua amisade, e que sejas meo amigo intimo não desconfiei disto, sei que és meo Amo. não há duvida, mais pode-se ser amo. e não querer prestar muitas vezes, a um serviço pessoal, julgando-se ser elle talvez um sacrificio, e por isso, não se fornece ocasião de um encontro, para o requerente apresentar seo requerimento, e quando depois de commentado, da-se o encontro o requerente já dezapontado não tem mais aquelle direito antigo, vexa-se e retira o que pretendia requerer; julgo que a minha carta a voce é da quéllas que talvez, não se conte a terceiro e ter recebido feita por este punho, não me consta que tenha te offendido com esta ultima carta, se bem que a linguagem della seja sevéra, é franca e leal, fiz te ver que não ia ezijir de si sacrificios pecuniários, e que ate dezistia do servisso pessoal mais que mesmo assim queria ver-te e abraçar-te e nisto perzisto, não retiro-me d'este Estado sem primeiro ver-te, so sim, já não vos dou a gloria que queria dar-te, de mais tarde poderes dizer a quem por mim perguntasse, a voce, eu o mandei para tal parte, está nestas e nestas condições; é so a queixa que de si tenho e qdo. sinto fallo, escrevo. X. X.

Sou seo Amo. e Deus permita que nunca precizes de um Condor. Se eu recebesse uma carta do Luciano ou receber dizendo que precisa de mim para negocio seo em qualquer lugar, eu apresentar-me-hia sem fazer objeções que tal e tal negocio ou circunstancia não me permitirão, por que julgo que qdo. se roga a Deus é por que se precisa muito, e nelle tem-se fé, e um crédulo perziste sempre na fé viva e muitas vezes Deus já lhe virou as costas e o penitente ignora.

Dizer que sabe que soffro, é verdade que soffro mais com coragem e rezignado, e não maldigo da sorte, por que tudo tudo quanto Deus faz é bom, e tenho fé nelle que heide morrer de morte nactural, em minha cama, rodeado dos meos.

Quanto a me dizer que és um moço bem enfeliz ignoro e sinto profundamente o teo sofrêr, ainda mais pela forma que se esplicou, se não é que estejas

enganado, mais mesmo que sofras, e que tenhas certeza do teu certo sofrer é necessário que saiba levar a sorte e ter Filosofia para vencer, nunca pensar no suicídio, pois os suicidas são loucos. Prometeo esteve preso no monte Caucazo, aonde uma Águia, vinha lhe roer os intestinos, a momento que lhe hião crescendo, Hercules o livrou do suplicio, eu serei o Hercules para o Luciano, nada pense, nada resolva, nada faça sem primeiro me ouvir, tenha coragem como eu tive, e tenho no correr da minha vida; nos principios de minha perdição, eu sentia as dores da ingratidão de uns amigos, então pensava no suicidio tinha tudo preparado e meos sonhos dourados era suicidar-me, e sentia mesmo lenitivo no meo sofrêr quando olhava para o caixão que de vespera tinha preparado, vespera um ano e tanto, lembrava-me da Filozophia de Solon, este que fez parte dos sete sabios da Grecia, era tido como sabio, entre os mais sabios, sendo chamado para formular os Codigos, penal e criminal, para tudo achou digo para todos os crimes, achou pena, so não pode achar pena para o crime da ingratidão, se eu tivesse aproveitado este principio de Filozophia, não me teria perdido, mas dizia eu comigo eu não sou Solon e nem quero ser, ainda mais que comecei a conhecer que os meos eis amigos procuravão enloquecer-me, e procuravão matar-me de qual quer maneira, e ate final puzerão em ezeção, em o anno de 1894. Mais Deus não quis, eu podia deixar matar-me não se podia provar quem matou-me, nem quem mandou matar-me, eu o unico que sabia de tudo e por tudo (So este pedacinho leva uma noite para te contar) eu se deixasse matar-me, tendo certeza que hia ser assassinado seria um covarde, podia não ser se eu perzistisse no suicidio, eu seria um suicida na minha consciencia, que pensava naquillo, mais não quis ser nem suicida e nem quis aproveitar a Filozophia de Sólon, que não tendo achado crime digo pena para o ingrato, deo o desprezo, eu fiz-me um Condor, o que é um Condor: Agora esplico-te o que quer dizer Condor, e o que é Condor. Condor uma especie de Abutre do Peru, habita os Andes, Condor. Ave sedenta de vingança de sangue.

Luciano não avalias com as dificuldades que tenho luctado com falta de recurços se me veres talvez que não me conheças conservo nos pés um par de Botinas de Vaqueta, para não andar descaço, q.to a roupa faz-me vergonha lembrar que já me vesti bem e hoje viver maltrapilho, mais vivo contente e satisfeito, por que não penso na sociedade e so apareço para algum amigo íntimo e mais ninguem;

Como sabes sou curto de inteligencia e alguns livrinhos que eu tinha ficou no Matto Grosso, com tudo mais que eu tinha, safei-me de lá com a roupa do corpo e em dois animaes, e nada mais; quanto a dar-me o nome de Lince, é um bonito nome não há duvida, mais desconheço o que é Lince, e sua historia; e o nome que uso diz mais com minha vida, pois eu nunca fui máu e nem perverso, fiz-me vingativo por ser homem de brio, e vergonha.

Quanto a vos contar minhas circunstancia o que levou-me ao cazo é o seguinte, não te vou pedir grande couza em valor pecuniario p.a ti, mais para mim vale muito são dois Dicionarios portuguez, e Dicionario dos Sinonimos, que mandará o quanto antes, prefiro viver maltrapilho e detesto mesmo certas grandezas mais não quero ignorar certos termos.

Pesso-te licença para fallar em uma pessoa, que eu não fallaria, se voçe não tocasse no nome d'elle, que é o senr. Affonso. Eu o qualifico na qualidade dos homens, incapaz de ser amigo, de seo Am. elle deve ter comprehendido que me escreveo quatro ou cinco cartas e não lhe dei resposta, alguma elle me fez que me obrigou a proceder assim, e lhe digo que elle é um vil, um miseravel um enfame, e faço ponto para não falar mais nelle, sou capz para tudo.

No principio desta diçe que não me retirava sem estar com voçe mais se demorar a aparecer, pode ser que eu seja forçado a retirar-me, porisso vê se quer estar comigo deve ser o quanto antes. Ficarei satisfeito em receber teo retrato, principalmente vindo por si, não vos ofereço o meo retrato porque agora não tenho e nem pretendo Photographar-me, porque vivo retrahido de tudo e por tudo.

A poucos mezes fui vizitar meos velhos, la estive poucos dias, tendo repartido com elles o pouco que levei, e senti não poder deixar mais, pois é o único gosto que posso ter e de vez em quando eu posso repartir com minha mai os abulos que recebo de alguns Amigos, nem de todos acçeito, note-se que não tenho orgulho, e nem soberbia, se fosse filante não passaria necessidades e privações como tenho passado, de chegar ocazião de não ter quarenta reis para matar o bixo, creia que é verdade no entanto muitos principalmente dos meos entendem que tenho oro. Oxala que tivesse, unica couza que tenho bom é um Cavallo, e ainda conservo a Besta Suzana e a Especial. Creia Luciano que nunca tive tenções de offender-te na linguagem de minha carta, voçe deve comprehender, que sou franco e leal, e tanto que te considero que escrevo a voçe o que nuca escrevi e nem nunca confiei nem a irmão, e não vos auctorizo a confiar a ninguem, ainda mais que a pessoa que mais voçe concidera eu detesto e não quero vel-o e não saber della, e nem que saiba se sou vivo ou morto, se estou bem ou estou mal, se um individuo é rico e tem que cozinhe beba e tome cristel, e quando elle julgar-se muito grande eu o applicarei Azeitonas, introduzidas pelos poros, que é couza sublime e não respeita Categorias, ponha este h, onde falta.

Estimo que estejas animado na tua vida commercial e faço votos ao supremo que estejas bem feliz. Queira acçear saudades do Joãozinho e um abraço. Acçear minhas saudades e um saudozo abraço com bem força do Vosso Am. Certo e

Ogbm.

Dioguinho Condor

P. S. — Vou mandar ficar com o Gomes, em Cravinhos, para vos ser entregue cem mil reis, com um notta pa. Fazer-me uma compra a tua escolha, em S. Paulo. D. R. F.”

CONCLUSÃO

Em nosso trabalho, procuramos apresentar, e sem jogo de palavras, várias facetas de um personagem singular, buscando a partir de uma fecunda fonte literária estabelecer diálogos com a História. Diogo da Rocha Figueira foi, sem sombra de dúvidas, uma daquelas pessoas, de carne e osso, que por meio de seus atos se tornaram excêntricos personagens, que mesmo após mais de 115 anos de ter sido oficialmente dado como morto, ainda estampa as páginas de publicações literárias, reportagens policiais, de músicas, de mais uma grande infinidade e diversidade de publicações, inclusive no meio acadêmico, como é prova nosso trabalho.

E assim, matéria da metalinguagem, Dioguinho foi revestido de máscaras em cada uma das interpretações que foram feitas a seus respeito. Assim como a divindade hindu Brama, ele foi tornado um personagem polimorfo. Ora assassino cruel e sanguinário e irremediável, ora justiceiro e querido, ou então um bandido social fruto de uma sociedade injusta e corrupta. O herói sertanejo. O fiel traído. Era religioso. Homossexual, é? Ou simplesmente um caipira, um típico valentão, como tantos outros de seu tempo. Mais ainda, um intelectual letrado, que viveria em velhos trapos, mas não sem um bom livro em suas mãos.

A experiência histórica e o imaginário social, rompendo as fronteiras do real e ficcional. Tantos Dioguinhos quantas forem as interpretações.

REFERENCIAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio*. *Revista Resgate*, n. 2, 1991. p. 2.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007.
- ALDÉ, Lorenzo. A sedução dos bandidos: de Lampião a Leonardo Pareja, o que nos atrai nesses fora da lei? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, p. 16-23.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil: império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.
- ALMEIDA, Renato. *Manual de coleta folclórica*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1965.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso; ALVAREZ, Marcos César. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira República. *Justiça e História*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 1-24, 2003.
- ALVES, Paulo. *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na Ordem Republicana (1890 – 1921)*. São Paulo: Arte & Ciência/UNIP. 1997.
- BARDI, P. M. *Lembrança do 'Trem de ferro'*. [São Paulo]: Banco Sudameris, 1983. (Arte e cultura, 6).
- BARRENECHEA, Miguel Angel; CASANOVA, Marco Antônio; DIAS, Rosa; FEITOSA, Charles. (Orgs.). *Assim falou Nietzsche III*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- BARROS, José D' Assunção. *Teoria da história: os paradigmas revolucionários*. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 3.
- BASTOS, Aguinaldo de; CABRAL, Alexandre Marques; REZENDE, Jonas. *Ontologia da violência: o enigma da crueldade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. *Corpo fechado: tradição fetichista, as bolsas de mandinga ofereciam proteção contra males do corpo e do espírito e se popularizaram na Colônia*. *Revista de História*, 12 set. 2007.
- BORNHEINM, Gerd A. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix. 1977.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1998.
- BUENO, José Antonio Pimenta. *Apontamentos sobre o processo criminal brasileiro*. 5. ed. corr. e aum. Rio de Janeiro: J. R. dos Santos, 1922.
- BURKE, Peter. *O que é a história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, Nilce Camila de. Dioguinho: o mítico representante da sociedade e do banditismo caipira. *GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL*, n. 7, jan./jun. 2009.

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- CAVALCANTI, Luitgarde. *A derradeira gesta: Lampião e Nazarenos guerreando no sertão*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.
- CHAVES, Edilson Aparecido. Lições do caipira. *Educação*, maio 2007.
- CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- CZECHOWSKY, Nicole (Org.). *A fidelidade: um horizonte, uma troca, uma memória*. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Forma e sentido do texto literário*. São Paulo: Ática, 2007.
- DANTAS, Iberê. *Coronelismo e dominação*. Aracajú: UFS, 1987.
- DEL PRIORI, Mary. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. São Paulo: Edições 70, 1970.
- DELEUZE, Gilles. *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- DORNELLES, João Ricardo W. *O que é crime*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert. *O Processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 2.
- ELLIS, Myriam. *O café: literatura e história*. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- FALCON, Francisco. *História cultural: uma visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2002.
- FERREIRA, Antonio Celso. História e literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. *Pós-História: Revista de pós-graduação em História*. Assis: Unesp, 1996. v. 4.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de história do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- FOSTER, E. M. *Aspects of the novel*. London: Edward Arnold, 1937.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. São Paulo: Nau, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um Autor?* Lisboa: Vega, 1992. (Coleção Passagens).
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

- FRITZEN, Celdon. *Imagens da criança na geração de 1870: o problema dos instintos*. Disponível em: <http://www.gedest.unesc.net/seilacs/1870_celdonfritzen.pdf>. Acesso em: 22/11/2008.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Glaydson José da. *Teoria da história*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GANCHÓ, Cândida Vilares. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 1991.
- GARCIA, João. *Dioguinho: o matador dos punhos de renda*. São Paulo: Casa Amarela, 2002.
- GIANNATTASIO, Gabriel. *Próxima parada: o haras humano (ensaio)*. Londrina: Atrito Art Editorial, 2004. p. 9.
- HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. Barcelona: Crítica, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *Os Revolucionários*. São Paulo: Paz e Terra, [200-?].
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Zahar: Rio de Janeiro, 1970.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- IVANO, Rogério. *Negro e amargo: vestígios da história no "Romance do Café"*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Assis 2005.
- JAEGER, Werner Wilhelm. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001.
- LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 36-37.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa; posfácio: Silvano Santiago. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.
- MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. *O trabalho nas fazendas de café*. São Paulo: Atual, 1994.
- MENEZES, Rogério. *Estações ferroviárias do Brasil*. Disponível em: <www.estacoesferroviarias.com.br/t/tatuca.htm>. Acesso em: 14 abr. 2008.
- MISSE, Michel. O final da cadeias: interpretações da violência no Rio. In: CASTELO BRANCO, Guilherme; NEVES, L. F. Baeta (Org.). *Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência*. Rio de Janeiro. NAU; Londrina, PR: CEFIL. 1998.

MOISÉS, Massaud. *Dicionários de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1997.

NETTO, João Amoroso. *História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho*. São Paulo: [s.n.], 1949.

NIETZSCHE, Friedrich . Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral (1873). In: NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os pensadores)

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

PEREIRA, Antonio Fernando. *Botucatu e cultura*. Antonio Fernando Pereira blog. Disponível em: <<http://botucatuicultura.blogspot.com.br/2010/05/foto-de-diogo-da-rocha-figueira.html>>.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PRIORE, Mari Del; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

QUEIROZ, Suely Reis de. “15 de novembro de 1889: Proclamação da República”. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *Dicionário de datas da história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 265-6.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria da narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ROSSET, Clément. *O princípio da crueldade*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

SANT’ANNA, Romildo. *A moda é viola: ensaio do cantar caipira*. São Paulo: Arte & Ciência; Marília: UNIMAR, 2000. p. 25.

SCHNEIDER, Marília. Além da justiça: o homicida Dioguinho e seus cúmplices. *Justiça & história*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 131-159, 2003.

SILVA, Gonçalo Ferreira da (Org.). *100 cordéis históricos segundo a Academia Brasileira de Literatura de Cordel*. Mossoró: Queima-Bucha, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

SOARES, Angélica. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1993.

SOBRINHO, Alves Motta. *A civilização do café*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SOUZA, Carlos Roberto de. Viagem ao tempo do cinema silencioso. *Nossa História*, set. 2004.

VASCONCELOS, José Antonio. *Quem tem medo de teoria?: a ameaça do pós-modernismo na historiografia americana*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

VASQUEZ, Pedro. *A fotografia no império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Trad. Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. *Meta-história*. São Paulo: Edusp, 1992.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.

WHITE, Hyden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 52.

ANEXOS

ANEXO A

806

DIOGUINHO

N.º 3

Arquivo da Curia Diocesana

BOTUCATU

Certidão de Batismo

de DIOGO

CERTIFICO que, no Livro de Batizados da Paróquia de -Botucatu,- do ano de -1942- existente no ARQUIVO GERAL DA CURIA DIOCESANA DE BOTUCATU a folha nº -123- . . . encontra-se o assentamento seguinte.

Mes -treze - de Outubro de mil novecentos e sessenta e três, nesta paróquia batizei solemnemente a DIOGO nascido em a quatro dias, de de mil de filho de Avellino da Silva Rocha e Emirera Augusta d'Oliveira,

Foram padrinhos: Francisco José de Barros e sua esposa D. Maria Benedita de Campos, Todos santos.

O Pároco, Pe. Salvador Ribeiro dos Santos Mello.

Nada mais continha o sobredito assentamento a cujo original fielmente me reporto e dou fé.

Botucatu, 20 de Julho - . . . de 1942.

Pe. Salvador Ribeiro dos Santos Mello
Secretário do Bispo

Emolumentos:
Taxa Cr\$ 20,00
Busca Cr\$ -.-
Selos Cr\$ -.-
Pirno Cr\$ -.-
TOTAL Cr\$ 20,00,00.



Mod. 31
Reg. B. 24-50 2, 1942
3/17.

Fonte: NETTO, João Amoroso. História completa e verídica do famoso bandido paulista Diogo da Rocha Figueira, mais conhecido pelo cognome de Dioguinho. Oficinas Gráficas da Rua do Hipódromo: São Paulo: [s.n.], 1949. p. 306.

ANEXO B

“Visto. Dos presentes autos e depoimento de testemunhas vese não ter nenhuma prova contra os acuzados, antes algumas dellas abe (ilegível) por tanto requeiro que seja julgada improcedente aprezenha denuncia passandoçe mandado de sultura a Favor do acuzado presente que si acha prezo. São Simão 13 de 9bro. de 1884. O Promotor adoc. *José Nicacio Figueiredo*”⁽²⁰⁶⁾.

“Vistos e examinados os presentes autos, Julgo improcedente o presente sumario crime ex officio, contra contra os acuzados Diogo da Silva Rocha e Ant.º Ribeiro da Silva Castro, por não izistir contra os mesmos prova en que seirão otores dos ferimentos feito na pessoa de Bernardino Alves de Sena Acioles eporrisso mando que se passe mandado de surtura em favor do acuzado Diogo da Silva Rocha, e que seirão Cassado o mandado di prizão preventiva contra o acuzado Antonio Ribeiro da Silva Castro e condeno a mansipalidade nas custas. Na forma da lei Recorro deste despaxo para o Juiz De direito da Comarca para quem mando que subão estes aotos. S. Simão 14 de 9br. ° de 1884. *Antonio José de Paula*”⁽²⁰⁷⁾.

“Visto estes autos. Nego provimento ao recurso exaoficio para sustentar como sustento o despacho de dispornuncio aos querelados Diogo da Silva Rocha e António Ribeiro da Silva Castro por não estar conformi a lei e os autos. Pagas as custas pela Municipalidade em as quais o Condeno. Devolvão os autos ao Juiz donde vierão para os fins legais. Ribeirão Preto 6 de dezembro de 1884. (a.) *João de Freitas Pacheco*”⁽²⁰⁸⁾.

²⁰⁶ Requerimento do promotor público da vila de São Simão, no processo crime instaurado pela justiça contra Diogo da Silva Rocha e António Ribeiro da Silva Castro, por crime de tentativa de morte na pessoa do sargento Bernardino Alves de Sena Acioli. Instaurado em 3-11-1884 (fls. 27).

²⁰⁷ Sentença do Juiz Municipal de São Simão, no mesmo processo (fls. 27 e verso).

²⁰⁸ Despacho do Juiz de Direito da Comarca de Ribeirão Preto, idem (fls. 28 e verso).

ANEXO C

SEBASTIÃO TEIXEIRA BRAGA, Escrivão do Juri e das Execuções Criminais desta Comarca de Batatais, Estado de São Paulo, etc..

CERTIFICA a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo em o Cartório a seu cargo os processos arquivados, dêles, em o maço número trinta e dois, verificou constar o *processo crime* em que figura como Autora A Justiça Pública, e réus DIOGO ROCHA e DONÉLIO DE TAL, e a fôlhas duas consta a denúncia do teor seguinte: DENÚNCIA. Exmo. Snr. Juiz de Direito. O Promotor Público desta comarca, usando da atribuição que a lei lhe confere, vem perante V. Excia. denunciar Diogo, morador no distrito de Mato Grosso e ora ausente, e Donélio de tal, camarada daquele, morador também no distrito de Mato Grosso, ambos foragidos, pelo fato que passa a referir. Havendo Diogo Rocha se inimizado com JOSÉ BATISTA DE SOUZA MAIA, quando morador em Jaboticabal, e posteriormente com JOSÉ VENÂNCIO DE AZEVEDO LEAL, por se oporem êles a que mantivesse relações com Zèquinha Maia, filho daquele e genro dêste, prometeram matar a ambos, tendo nisso falado a várias pessoas, em diversas ocasiões, procurando sempre ocasião em que fácil lhe fôsse a perpetração de seus criminosos desígnios. Sabendo que José Batista de Souza Maia devia vir a esta cidade para daqui, em companhia de José Venâncio, seguir para Mato Grosso, a fim de aí assistir ao batizado de um filho de Zèquinha Maia, tudo preparou para em posição segura, de uma só vez, desembaraçar-se dos dois respeitáveis pais de família, que impedia, acautelando a respeitabilidade de suas respectivas famílias, a continuação de relações, segundo depuseram no inquérito o dr. Eduardo Guedes e outros, criminosas de pederastia entre êle e Zéquinha Maia. Às oito horas da noite do dia vinte e cinco de março do corrente ano, Donélio, camarada de Diogo Rocha, foi ao restaurante de Pedro Pereira Soares, nesta cidade, e encomendou duas camas, uma para sí e outra para seu patrão, e fêz recolher a um pastinho dois animais. À uma hora da madrugada, apresentaram-se no referido restaurante Diogo Rocha e seu camarada, indo êste, com permissão do dono da casa e a pedido daquele, aquecer na cozinha a matula que consigo traziam. Feito isto, prepararam os animais e seguiram para o Ribeirão de Batatais, onde se recolheram a um capão existente aí, e, em tocaia, ficaram à espera de José Venâncio e José Batista de Souza Maia, que juntos deviam dirigir-se por aí a Mato Grosso de Batatais. Às nove horas da manhã do dia vinte e seis, por aí passando os dois últimos, Diogo Rocha e o camarada contra êles atiraram, produzindo nos pacientes os ferimentos descritos nos autos de corpo de delito e autópsia e que causaram a morte instantânea a José Venâncio de Azevedo Leal e posteriormente a de José Batista Maia.

Procurando desviar as suspeitas, imediatamente dirigiram-se os dois criminosos à casa de várias pessoas de suas relações. Combinada porém as horas em que se deu o fato criminoso e o aparecimento dos denunciados nas casas de seus conhecidos, bem como aquele em que foram vistos galopando no caminho de Mato Grosso, fácil é concluir que nenhum fundamento resta à dúvida possível. Assim sendo, cometeram os Réus o crime previsto no artigo duzentos e noventa e quatro, parágrafo primeiro, do Código Penal, e, para que com as penas do mesmo artigo e parágrafo sejam punidos, se oferece a presente denúncia, que se espera seja recebida e afinal julgada provada, prosseguindo-se nos mais termos da formação da culpa, com ciência desta promotoria. Assim sendo, pede-se que D. e A. Sejam intimadas as testemunhas abaixo arroladas para deporem em dia e hora previamente marcados, com ciência desta promotoria. Batatais, dezoito de dezembro de mil oitocentos e noventa e cinco. Ernesto de Moraes (ilegível). Rol de testemunhas. Luís Freire, em Batatais, Pedro Pereira Lopes, idem, Joaquim Quirino Alves, José Joaquim da Silva, João Luís Teixeira, Joaquim Ferreira Cardoso, Inácio Casimiro de Souza — falecido (sic) — Rufino Pereira da Silva. CERTIFICA mais que dos mesmos autos, à fôlhas onze, consta o seguinte: AUTO DE PERGUNTAS AO OFENDIDO — Aos vinte e seis de março de mil oitocentos e noventa e cinco, na Fazenda denominada Batatais, onde reside o cidadão João Cândido Alves Ferreira, presente o Delegado de Polícia Capitão José Alves de Oliveira Negrão, comigo seu escrivão adiante nomeado, e sendo aí presente o ofendido JOSÉ BATISTA DE SOUZA MAIA, a quem o Delegado passou a fazer as perguntas pela forma que segue-se. Perguntado qual seu nome, estado, idade, filiação e naturalidade e profissão. Respondeu chamar-se José Batista de Souza Maia, quarenta e quatro anos, casado, residindo em Jaboticabal, filho de João Batista Ribeiro Mais, e natural do Estado de Minas. Perguntado como se tinha passado o fato, respondeu: que chegando a Batatais, digo chegando em Batatais, com destino a Mato Grosso, a fim de batizar um netinho, posou nesta cidade, por não ter encontrado a condução que devia esperá-lo, pois que tinha escrito de Jaboticabal, onde reside, a seu filho José, morador em Mato Grosso, e genro de José Venâncio; por causalidade porém, encontrou êste, e com êle alugou um animal para empreenderem a viagem que efetivamente empreenderam, saindo da cidade às oito horas da manhã mais ou menos, quando inesperadamente ouviram estampidos de tiros que partiam do mato, sentindo-se ambos feridos, e por instinto de conservação, trataram de correr, vendo logo José Venâncio cair do animal, continuando êle a galopar. Que suspeita que seu ofensor e assassino de José Venâncio é Diogo Rocha, isto por antigas desavenças que tinha com o mesmo, desde Jaboticabal, por ter Diogo seduzido seu filho ainda menor a acompanhá-lo para Mato Grosso, contra a vontade de seus pais, acrescentando mais a circunstância de Diogo ser

inimigo de José Venâncio e família, tendo sempre feito ameaças de assassiná-lo, ainda mais porque não tem inimigos aqui e nem onde mora, sendo a primeira vez que vem a Batatais, e que o mesmo acontece a José Venâncio, que era homem bem-quisto, honesto e pacato, e que por conseguinte nem um nem outro podiam esperar o menor mal, a não ser de Diogo Rocha, homem turbulento, inimigo de ambos e acostumado a praticar atos de selvageria. E como nada mais declarou e nem mesmo lhe foi perguntado, deu-se por findo êste, que sendo lido e achado conforme, assina. Eu, João Augusto Teixeira, escrivão o escrevi. Alves Negrão. José Batista de Souza Maia. Testemunhas: José Mendes Ferraz, Manuel Gonçalves Rosa. CERTIFICA mais, que dos mesmos autos, à fôlhas vinte e três, consta o seguinte: ASSENTADA. Aos trinta de março de mil oitocentos e noventa e cinco, nesta cidade de Batatais, sala das audiências, presentes o Delegado de Polícia Alves Negrão e Doutor Promotor Público, passaram a inquirir as testemunhas pela forma abaixo. Eu, Bento Arruda, escrivão escreví. Nona testemunha. DIONÍSIO FERREIRA DINIZ, de vinte e sete anos, solteiro, agente de negócios, residente nesta cidade. Aos costumes disse nada. Jurada na forma da lei. Sendo inquirida, respondeu: que foi ontem à fazenda de António Rosa, e aí chegando, perguntou ao administrador Cardoso se Diogo Rocha lá se achava, ao que Cardoso respondeu que não; mas insistindo o depoente, dizendo a Cardoso que Diogo Rocha lá se achava por saber disso o depoente, então Cardoso mandou chamar Diogo Rocha, que segundo disseram ao depoente, tinha ido passear no cafezal. Que então, conversando o depoente com Diogo Rocha, êste lhe dissera que tinha se retirado para a casa de Cardoso porque sabia que nesta cidade imputavam-lhe o assassinato de José Venâncio e de Maia; que êle Diogo não era autor de tal crime, mas um tal de Tanoeiro, também conhecido por “Siriri”, assassino de profissão que se achava em Mato Grosso e era inimigo capital de José Venâncio. Que Diogo lhe dissera mais, referindo-se ao crime, que sabia que aquilo ia acontecer, mas que não avisou José Venâncio e Maia porque eram seus inimigos; que Diogo disse-lhe também, ontem, que ia a Mato Grosso, mas primeiro ia mandar buscar armas em Batatais, porque as suas tinham ficado em Mato Grosso. Disse mais que a referência que faz a Tanoeiro ouvir dizer a Diogo Rocha; que este lhe dissera mais que, no caso de ser atacado no caminho de Mato Grosso pela polícia lá, não se entregaria porque essa polícia o odiava e que só se entregaria à polícia de Batatais. Respondeu mais que também viu Donélio ontem, em companhia de seu patrão Diogo Rocha e que estavam armados, Diogo Rocha com uma faca e uma garrucha e o camarada com um facão; que sabe que Diogo Rocha, alémdas rmas de fogo, usa navalha e um box. Respondeu mais que referindo-se o depoente ao fato de ter sido encontrado restos de comida na emboscada, Diogo Rocha disse-lhe que isso não era prova, porque êle Diogo sempre

carregava comida quando viajava, e que na véspera do assassinato ainda êle Diogo, como de costume, em Mato Grosso, matou a tiro uma galinha para fazer matula; e que o seu camarada, ignorando isso, também matou outra galinha e então mandaram preparar uma delas por uma mulher e a outra deixaram. Respondeu mais que Diogo Rocha perguntou ao depoente se tinham encontrado nos ofendidos ferimentos de bala e chumbo “paula souza”; e respondendo-lhe o depoente afirmativamente, Diogo Rocha perguntou-lhe se essas balas tinham se reconhecido como de carabina e que Diogo Rocha perguntou-lhe também em que lugar tinha sido encontrado o cadáver de José Venâncio; e que quando o depoente respondia, o camarada de Diogo Rocha, que tinha ouvido a sua resposta, aproximou-se e perguntando-lhe que distância tinha entre a tocais e o lugar onde os homens receberam os tiros. Disse mais, que tendo o depoente falado a Diogo Rocha que, na manhã do crime, alguém que passava pela estrada, no lugar da emboscada, tinha visto no mato uma pessoa que parecia mulato, Diogo disse-lhe: “Já vê que não fui eu”; e respondendo-lhe o depoente que se não foi êle Diogo, que é branco, podia ser o seu camarada, que é mulato; e então Diogo nada lhe objetou, mas pôs-se a rir. Dada a palavra ao Doutor Promotor e sob pergunta, respondeu: que no seu entender foi Diogo Rocha um dos assassinos, pois o acha capaz disso, apesar de Diogo Rocha dizer que são outros os culpados. Que Diogo Rocha perguntou-lhe também se estavam fazendo inquérito e se tinham inquirido testemunhas de Mato Grosso, ao que o depoente respondeu que não sabia. Respondeu mais que também se achava ontem em cada de Cardoso, Manuel Ribeiro, e que Diogo Rocha, perguntando ontem por Urias, filho de José Venâncio, Manuel Ribeiro respondeu-lhe, não sabendo o depoente o que; que Diogo Rocha pediu ao depoente para avisá-lo de vez em quando do que se passasse na cidade; sob pergunta respondeu mais que quando o depoente chegou à cidade, digo, à fazenda, Cardoso pediu ao depoente para fazer com que Diogo fôsse embora da fazenda, pois estava em têrmos de deixá-lo louco, e que se Diogo não se fôsse embora, êle Cardoso abandonaria a fazenda. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, do que lavrei êste, que sendo lido e achado conforme, assinam. Eu, Bento Arruda, escrivão, escreví. Alves Negrão, Dionízio Ferreira Diniz, Tomé Camargo. CERTIFICA mais e finalmente, que dos mesmos autos, à fôlhas noventa e oito verso, consta a seguinte sentença. SENTENÇA: Vistos e bem examinados estes autos, das provas neles existentes resulta a convicção de que os autores dos crimes nas pessoas de José Venâncio de Azevedo Leal e José Batista de Souza Maia, foram os denunciados Diogo Rocha e Donélio de tal, se camarada. E se não há testemunhas oculares do fato, aí estão os depoimentos de muitos, quer no inquérito, quer no sumário, referentes a fatos e circunstâncias de uma coincidência tão singular, relações tão íntimas e lógicas, bastante natural em sucessões, que mui

significativamente claream a criminalidade dos denunciados. É o que passamos a demonstrar com a referência do fato principal e suas circunstâncias, apreciados em face das provas dos autos. O denunciado Diogo Rocha, há muito que votava séria inimizade a José Venâncio, como referem várias testemunhas, e também já havia questionado com José Maia, por motivos bastantemente constantes dos autos; e tão mal continha seus sentimentos, que vivia repetindo a várias pessoas, em diversos lugares, que havia de matar José Venâncio (testemunhas de fls. treze, dezessete, dezenove verso, quarenta e quatro, cinqüenta, sessenta e sete, setenta e três e noventa e um); o que era muito de acreditar-se, atenta a índole má e perversa do denunciado, já avezado ao crime, segundo referem várias testemunhas, e portanto de tôda temibilidade. Como se vê dos autos, ainda no dia vinte e cinco de março, véspera do crime, em casa da testemunha Eugênio Alves, nesta cidade, manifestou o denunciado, ostensivamente, sua intenção criminoso, e daí a horas, isto é, na madrugada de vinte e seis, dia do crime, prepararam os denunciados matula no restaurante de Pedro Soares, nesta cidade, almoçaram antes das oito horas no hotel de Benedito fernandes, saindo logo ambos a cavalo e a caminho de Mato Grosso; demoraram-se alguns momentos em casa da testemunha Albano Alves Pereira, onde serviam-se de leite (testemunha fôlhas sessenta), e daí a pouca distância, na ponte do Ribeirão de Batatais, às nove horas do dia, mais ou menos, foram feridos por tiros partidos de um capão de mato aí existente, vindo a falecer José Venâncio imediatamente, e José Batista Maia, posteriormente, dias depois (auto fôlhas onze e testemunhas fôlhas vinte e verso). Entrando a Justiça na indagação do fato e da autoria do crime, verificou-se: que exatamente no dia vinte e seis, como acima iam referindo, Diogo Rocha e seu camarada Donélio saíram desta cidade antes das oito horas ou a essa hora mais ou menos, do hotel de Benedito Fernandes, a caminho de Mato Grosso, isto momentos antes de haverem seguido as vítimas o mesmo destino, pois como claramente se verifica dos depoimentos combinados das testemunhas Albano Alves e José Joaquim da Silva (fôlhas sessenta e quarenta e cinco) fôra visto em casa da primeira testemunha, sita à margem da estrada, no lugar denominado “Saltador”, Diogo Rocha tirando leite de uma vaca (isto momentos antes de aí passarem Venâncio e Maia); e daí seguiram logo o mesmo caminho até o capão do Ribeirão de Batatais. Nessa parte da viagem foram sempre precedidos, Diogo e camarada, da testemunha José Joaquim da Silva, que os trouxera sempre de vista até o referido capão; daí em diante, tendo os denunciados ficado a dar de beber aos animais no Ribeirão, e seguindo a testemunha o seu caminho, não mais fôra alcançada pelos denunciados, sendo que ela testemunha caminhava devaga e levava uma hora, mais ou menos, para chegar à encruzilhada; não havia outro caminho a seguirem, de modo que os denunciados ou teriam voltado e, portanto, sido vistos

por um carreiro que vinha logo atrás dêles, o que não se deu, como se vê nos autos, ou teriam necessariamente ficados ocultos no capão donde haviam partido os tiros. Não havia de fugir. E isto ainda é corroborado pela testemunha Joaquim Quirino (fôlhas quarenta e quatro verso), que passando pelo capão, logo depois da testemunha última referida, e notando aí um barulho animal, procurou verificar, vindo-lhe então do mato uma voz imperiosa que lhe perguntava o que queria e que seguisse o seu caminho; e ainda as testemunhas de nomes Vitalino e Inácio Cassiano (fôlhas vinte e oito e vinte e nove), que referem haverem saído do lado do capão onde se haviam dado os tiros, dosi cavaleiros. Conseqüentemente, já pelo que referem essas testemunhas, já pela consideração do tempo e distância e venceram-se entre o lugar “Saltador” (casa de Albano) e a ponte do Ribeirão de Batatais, ninguém mais podia se achar neste lugar do crime às nove horas, mais ou menos, senão os denunciados. É mais de notar-se que o denunciado Diogo Rocha fazia crer, como disse em casa da testemunha Albano, que pretendia chegar naquele mesmo dia (vinte e seis) a São Sebastião do Paraíso, e no entanto nesse mesmo dia, após o crime, apresenta-se nessa cidade em casa da testemunha Freire, nem mais falando em tal viagem; e não se poderá supor que o denunciado viesse atraído pela curiosidade do que havia acontecido, porquanto é êle próprio que mostra ignorá-lo, quando a respeito falavam do assassinato, em casa de Freire (testemunha fôlhas dezenove verso). Não era pois a intenção do denunciado ir a São Sebastião do Paraíso, a menos que depois de haver cometido o crime viesse à cidade sondar os efeitos do mesmo ou o que se providenciava a respeito. Mais: o denunciado, já prevenindo a sua defesa, na mesma ocasião, em casa de Freire, declara que no dia do assassinato (vinte e seis) estivera na fazenda de António Rosa (testemunha fôlhas dezenove verso), o que está formalmente contestado pela testemunha Joaquim F. Cardoso (fôlhas vinte e cinco verso), a qual refere que os denunciados estiveram com êle depoente na referida fazenda, no dia vinte e sete de março, e que no dia vinte e cinco fôra procurado e não encontrado pelo denunciado Rocha, mas isto ao meio dia; o que nada exclue a possibilidade de haver o denunciado estado no lugar do delicto, com tempo bastante para a essa hora achar-se na fazenda referida. Não aproveita pois ao denunciado o álbi assim preparado em sua defesa. Ora, estes fatos e circunstâncias assim apreciados, em face das provas dos autos, denunciam eloqüentemente a criminalidade dos denunciados, porquanto constituem êles provas circunstanciais, as quais, em regra, são suficientes não só para a pronúncia como também para a condenação; e não serve de razão em contrário o disposto no artigo sessenta e sete do Código Penal, quando se refere a presunções veementes, porquanto são estas bem distintas das provas circunstanciais de que se trata na hipótese dos autos; o que é tanto verdade quanto é certo que já por tribunais do juri do Estado, casos idênticos têm sido

julgados com as condenações dos réus e confirmadas estas pelo Egrégio Tribunal. Por tais fundamentos, julgo de toda procedência a denúncia de fôlhas, para pronunciar, como pronuncio, aos denunciados Diogo Rocha e Donélio de tal, incursos nas penas do artigo duzentos e noventa e quatro, parágrafo primeiro do Código Penal, e os sujeito a prisão e livramento. O Escrivão lance os nomes dos réus no rol dos culpados, passando contra os mesmos mandado de prisão. Custas pelos réus. P. Intimado, sigam-se os mais termos. Batatais, vinte e dois de fevereiro de mil oitocentos e noventa e sete. António Bento Domingues de Castro. Nada mais continha em ditas peças, para aquí bem e fielmente transcritas do próprio original ao qual reporta. O referido é verdade e dá fé. Batatais, catorze de julho de mil novecentos e quarenta e nove. Eu, *Sebastião Teixeira Braga*, escrivão, dactilografei, conferi, subscrevi e assino.

ANEXO D

Verifica-se do presente inquérito, pelos depoimentos de seis testemunhas e trinta e cinco documentos juntos, que o assassino Diogo Rocha, vulgo Dioguinho, contra o qual existe precatória do Juízo Criminal de Batatais, por crime de homicídio, freqüenta esta Comarca, onde se asila, com seus capangas, em casas de fazendeiros que o protegem. Eis aí um fato que, sobre ser vergonhoso para os foros de civilização deste Estado que orgulhosamente se ufana de ser o centro da movimentação do progresso, é ainda crime previsto pelo artigo 21, parágrafo 4.º do Código Penal, que assim se exprime: “Serão cúmplices os que derem asilo ou prestarem sua casa para reunião de assassinos e roubadores, conhecendo-os como tais e o fim para que se reúnem”. Ninguém ignora nesta zona quem seja o Dioguinho; qualquer criança poderá desconhecer o alfabeto, mas com certeza já se apavora quando se lhe fala no bandido. A atmosfera de terror em que vive envolto, como um Satã, este criminoso célebre, bem se pode comparar ao extraordinário pânico à Cidade de Roma espalhou o nome de Aníbal. Como chegasse esta notícia à Capital, fui encarregado de vir até esta comarca, a fim de capturar o assassino. Baldado intento! Logo que desembarquei na Estação de Cravinhos o cidadão R.G., Juiz de Paz da Freguesia, despachou um portador a galope para a Fazenda de M. S. De O., onde se achava Dioguinho, prevenindo-o da minha diligência. O assassino, ainda uma vez fugindo à prisão, teve ocasião incerta de conhecer que tem amigos certos.

Escapou-se-me o criminoso mas a sua bagagem foi apreendida, parte numa barraca, no meio de mato bravo e parte numa fazenda velha pertencente ao fazendeiro A. F. N., vulgo Tatuca. Essa bagagem compunha-se de canastras com roupas, espingardas, garruchas, facas, carabinas, munição, cabeleiras e barbas postiças, arreios, vinte animais, etc.. Numa canastra, desveladamente guardada, achava-se toda a correspondência do bandido.

Pelos livros de notas apreendidos sabe-se que o assassino tem grande número de camaradas; anda também em sua companhia um seu irmão, o Joãozinho, bem jovem ainda, se bem que já velho no crime; e todos, patrões e camaradas, ouriçados de armas, temidos e protegidos, assoalham por toda parte a fama dos seus feitos e dos seus crimes, para que este povo continui a viver esmagado pela pressão desse pavor medonho, que lhe rouba a coragem de uma censura e a energia viril de uma reação. Dominados pelo pânico todos entendem de fantasiar uma lenda qualquer sobre o nome do bandido. Ora foi o indivíduo A. que viu mostrar, numa venda, a meia dúzia de espectadores estarecidos, um rosário de orelhas humanas, murchas e secas, onde ele reza a oração dos seus crimes; ora o indivíduo B. informa que o assassino, montado no “Leviano”, destroçou um grupo de agressores com as patas do

cavalo; ora o indivíduo C., na treva da noite, viu-o passar vestido de mulher... E o Dioguinho está em tôda a parte, no mesmo dia, à mesma hora, como um ser ubíquo. Foi visto em Batatais, na Estação do Cerrado, no Pântano, no circo de cavalinhos do Ribeirão Preto, em Sertãozinho, em Jaboticabal, na China, em Macucú, no Egito...

Um dia destes ainda ele teve a amabilidade de nos escrever uma carta de São Paulo onde chegou com boa viagem, louvado Deus; nessa carta avisava-nos da próxima vinda do seu advogado até esta Freguesia, aconselhando-nos, de envolta com ameaças, que nomeássemos depositário fiel encarregado da guarda dos seus bens.

A proteção escandalosa que se dispensa a este assassino é tão vergonhosa e tão torpe quanto inacreditável e incompreensível, por isso que, tratando-se de um criminoso, célebre por suas covardias e traições, pelos crimes horríveis e barbaridades cometidas, ninguém acredita, de boa fé, que haja um só pai de família capaz de recolher esse monstro em seu lar, a não ser que esse pai utilize do monstro para instrumento de seus próprios crimes. E protegesse, auxilia-se, asila-se, convida-se, escreve-se e ama-se um homem que já se transformou em chacal, e cujos delitos contam-se às dezenas; um homem que vive para o crime pela fôrça do hábito, irresistivelmente, e que o matar já não lhe sacia o apetite sanguinário: ele procura agora requintar o gôzo do crime, torturando a vítima, picando ou queimando o cadáver para delícia dos próprios instintos bestiais.

Este inquérito é um tremedal: passai de largo, almas serenas: corações bondosos, passai de largo, para que não tisonardes as pontas das asas da pureza, para não terdes a medida exata do insondável abismo do crime, da corruptibilidade da consciência humana, da perversidade e vileza de certas criaturas, da objeção a que pode chegar a alma, da gangrena do vício que faz apodrecer o coração... Foi preciso ir-se à própria cova da fera para trazer-se de lá a prova irrecusável da cumplicidade de seus amigos e protetores, que passavam aos olhos da polícia por vítimas do terror que o assassino inspirava, mas que entretanto, desgraçadamente, com êle se conluiaram, com ele conviviam, com êle se confundiam nos mesmos crimes, porque a eles estavam presos pelas algemas da cumplicidade. Confundidos nos mesmos crimes, entrelaçados no mesmo afeto, reunidos debaixo do mesmo teto, mutuando-se na reciprocidade de benefícios, encontraram-se neste mesmo processo para serem também confundidos na mesma pena. Bem aja a Justiça!

Os depoimentos das seis testemunhas inqueridas claramente revelam a proteção que ao bandido Diogo da Rocha dispensam fazendeiros desta Comarca; vê-se que esses depoimentos fora ditados pelo exclusivo e acendrado amor à verdade e à Justiça, porque os próprios depoentes declararam rezear, caso o assassino não seja preso, não só os arreganhos dessa fera,

como ainda a cólera dos seus protetores. Por êsses depoimentos está plenamente provado que o criminoso Diogo Rocha, seu irmão Joãozinho e seus capangas, todos criminosos, se asilam nas fazendas de C. C. de O., M. G. de O., J. A. M., M. S. de O., A. F. N. e nas casas dos negociantes R. M. G., C. V. B. e J. dos S., além de outros lugares, como nas fazendas de C. de B., dr. H. J., A. T. de A., M. G. de O., L. A. etc..

Além da prova testemunhal que é completa e perfeita, ainda, para maior esplendor da verdade e desagravo da Lei, os documentos apreendidos na bagagem do bandido suprimem qualquer dúvida, que porventura se pudesse ter, sobre o asilo que se lhe dispensa nesta Comarca e outras vizinhas. Leia-se o documento número vinte e cinco, uma carta assinada por M. de O., datada de S. Paulo, na qual se lêem os seguintes trechos: “não tenho te escrito ainda por ignorar o teu paradeiro depois da catástrofe que se deu com você, mas escrevi ao Gomes saudando-te. Fico imensamente satisfeito em saber que estás em nossa casa; sabes que hás de ser aí tratado com toda dedicação e conte comigo para o que for prestável”. O fato de dar asilo a assassinos é crime previsto pelo Código, que pune com as penas de cumplicidade; o que, porém, o Código não prevê, mas a moral condena e a sociedade execra, é dar-se o referido asilo com tão íntimo júbilo, protestando-se dedicação de amigo a criminosos habituais, como fazia o sr. M. de O.. Leia-se mais o doc. n.º 26, uma carta assinada por C. C., da qual transcrevemos estes dois períodos: “Estou ciente de tudo que se deu; é preciso você agora não fazer mais parada em minha casa, até que as coisas melhorem. Sinto a morte do Fábio; eu estava querendo bem a ele; ao menos o português pagou; foi pena deixarem o outro escapar, porque vai contar tudo”. Estes dois períodos deixam claramente transparecer a cumplicidade criminosa que existe entre C. C. e a quadrilha de Diogo Rocha. M. de O. asila os assassinos, satisfeito de prestar-lhes esses auxílios; C. C. também os asila, mostrando gozar a notícia dos delitos que eles cometem, em sua fazenda, e incitando-os ainda, perversamente, à multiplicação vergonhosa dos seus crimes. Protetor e conselheiro, C. C. é duas vezes cúmplice dos assassinos, pelo que deve incorrer nas penas do Código e no desprezo da sociedade.

Pelo documento n.º 14, uma carta de J. A. M. dirigida a C. C., vê-se que Diogo e sua quadrilha também se asilavam em casa desse fazendeiro, conforme a transcrição abaixo: — “Aqui chegou o Diogo; é a razão que não posso comparecer, conforme tratamos, na caçada de macucos; pois peço-lhe desculpa e ficará para quando V. Mcê. voltar da viagem”. Aí está como o sr. M. procurava cercar de homenagens e obséquios a quadrilha de Diogo, a ponto de sacrificar seus passeios e caçadas para melhor hospedar esses amigos assassinos. Em outras cartas, juntas ao inquérito, o Sr. M. pede capangas a Diogo e refere-se a uma espécie de

sociedade que eles lá fundaram, não sei com que fim, e que é um verdadeiro perigo para o sócio que dela se afasta.

O sr. R. M. G., Juiz de Paz da Freguesia, também asilador da quadrilha de Diogo Rocha, representa o papel de agente secreto, que talvez lhe foi distribuído pela sociedade do sr. M. Nessa qualidade de agente o sr. G. é indefectível: tudo ele cheira, sonda, observa, desvenda, descortina, escuta, inquire, espreita, esquadrinha e fareja, para de tudo dar contas ao seu amigo João Ferreira Gomes... (Êste sr. João Ferreira Gomes é o nome com que a sociedade do sr. M. crismou o assassino Diogo Rocha). Assim, pois, o sr. R. dá-se ao doce trabalho de escrever epístolas ao seu amigo, com prodigiosa facúndia, anunciando-lhe as novidades da terra e prometendo-lhe enviar qualquer aviso necessário. O que é certo é que o sr. R. cumpre com as suas promessas... Pelo doc. n.º8, numa carta de R. a Diogo, verifica-se que este assassino é tão amigo de seus protetores, que até foi encarregado pelo signatário da epístola, de delicada missão de família, que foi desempenhada pelo assassino, tanto que R. lhe agradece o serviço por ele prestado, procurando unir dois corações que nasceram um para o outro. Não é preciso prosseguir na narração dos fatos constantes deste inquérito, nem apontar outras provas, para concluir-se pela certeza da cumplicidade desses indivíduos, asiladores de criminosos, que se acham incursos no dispositivo do art. 21, parágrafo 4.º do Código Penal.

Ora, tratando-se de crime inafiançável e sendo certo, conforme os depoimentos das testemunhas, ser impossível a captura do bandido Diogo Rocha diante da proteção que lhe dispensam fazendeiros desta Comarca, oficia-se ao meritíssimo Juiz de Direito representando-lhe sobre a necessidade de ser decretada a prisão preventiva dos indigitados cúmplices do assassino Diogo da Rocha. Cravinhos, 14 de abril de mil oitocentos e noventa e sete. O Delegado em comissão, António de Godói Moreira e Costa.